

Robson Narciso de Moraes

O *SONDERWEG* DE HANS-ULRICH WEHLER:  
MODERNIDADE POLÍTICA NO KAISERREICH

Mariana  
Instituto de Ciências Humanas e Sociais da UFOP  
2018

Robson Narciso de Moraes

O *SONDERWEG* DE HANS-ULRICH WEHLER:  
MODERNIDADE POLÍTICA NO KAISERREICH

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito para a obtenção do título de mestre em História.

Área de concentração: História

Linha de pesquisa: Ideias, Linguagens e Historiografia

Orientador: Prof. Dr. Sergio da Mata

Mariana  
Instituto de Ciências Humanas e Sociais da UFOP  
2018





Robson Narciso de Moraes

“O Sonderweg de Hans-Ulrich Wehler: Modernidade política no Kaiserreich”

Dissertação apresentada ao programa de Pós-graduação em História da UFOP como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Mariana, 26 de Outubro de 2018.

  
**Prof. Dr. Sérgio Ricardo da Mata**

Departamento de História/UFOP

  
**Prof. Dr. Jefferson Queler**

Departamento de História/ UFOP

  
**Prof. Dr. Arthur Alfaix Assis**

Departamento de História/Universidade de Brasília (UNB)

## Agradecimentos

O sr. Keuner louvou bastante um homem que o havia ajudado em algo. “Você o louva para que logo ele o ajude novamente” disse um ouvinte maldoso/aborrecido. Ora, defendeu-se o sr. Keuner, “mas eu quero ser ajudado apenas por pessoas louváveis.”

*Bertolt Brecht*

Agradeço sinceramente àqueles que contribuíram para a feitura desta pesquisa. Ao Professor Sergio da Mata pela leitura atenta sempre seguida de comentários pertinentes à medida que eram produzidos cada um dos capítulos que compõem o presente trabalho. Pela instigante disciplina por ele ministrada em 2016: “Visões da modernidade”, muito importante para a posterior estruturação dessa investigação ora apresentada, que, naquele momento estava ainda incipiente. Aos professores da banca e do exame de qualificação pela leitura e observações pertinentes: Arthur Alfaix Assis e Jefferson Queler e à Luciana Nascimento, secretaria do Programa de pós-graduação em História da UFOP.

Gostaria ainda, de grafar aqui meus agradecimentos a todos os membros da minha família, tanto “aos Lima”, quanto “aos Moraes”. Ao grupo de amigos, “Os Inevitáveis”, pelo apoio e amizade notável. Ao meu amigo Breno Mendes, grande incentivador para que um projeto de mestrado envolvendo historiografia alemã e Hans-Ulrich Wehler fosse proposto na UFOP. De modo especialíssimo, à minha esposa Lucialine e minha filha Sofia, que participaram ativamente da produção desta pesquisa desde o processo de seleção para o mestrado. Sem o suporte delas este trabalho jamais teria chegado ao fim.

À todas essas “pessoas louváveis” o meu muito obrigado.

As coisas neste mundo raramente se resumem no esquema do preto e branco, nas alternativas claramente definidas. Os sentimentos e as maneiras de agir são tão variáveis quanto as gradações entre um nariz aquilino e um nariz chato.<sup>1</sup> (Goethe, 2007: 57)

Die Menschen unterschieden sich nicht in gute und böse, das Kaiserreich war nicht gut und nicht böse oder nach Gutem und Bösen deutlich unterscheidbar. Die Grundfarben der Geschichte sind nicht Schwarz und Weiß, ihr Grundmuster nicht der Kontrast eines Schachbretts; die Grundfarbe der Geschichte ist grau, in unendlichen Schattierungen.<sup>2</sup> (Nipperdey, 1992, v.2: 905)

---

<sup>1</sup> Original: [...] „In der Welt ist es sehr selten mit dem *Entweder-Oder* getan; die Empfindungen und Handlungsweisen schattieren sich mannigfaltig; die Empfindungen und Handlungsweisen schattieren sich so mannigfaltig, als Abfälle zwischen einer Habichts- und Stumpfnase sind“. (Goethe, 1985: 41).

<sup>2</sup> "As pessoas não se diferiam em bons e maus, o Kaiserreich não era bom nem mau ou claramente distinguível por bem e mal. As cores fundamentais da história não são a preta e a branca, seu padrão não é o do contraste de um tabuleiro de xadrez; a cor fundamental da história é cinza, num sombreado infinito". Sugestão de tradução nossa.

## Resumo

A presente pesquisa se insere, num plano mais amplo, na já longeva investigação da comunidade de historiadores que buscam interpretar a política, a economia, a sociedade e a cultura do Kaiserreich (1871-1918), e conseqüentemente compreender de modo satisfatório sua importância e seu significado. Um de seus propósitos é ampliar o acesso do público acadêmico brasileiro a um dos problemas centrais da historiografia alemã pós 1945: a duradoura e áspera discussão em torno da *Sonderwegsthese*. Tese segundo a qual, estruturas autoritárias e antidemocráticas existentes no Estado e na sociedade alemã, especialmente na segunda metade do século XIX, teriam atrasado a entrada da Alemanha na modernidade. De modo específico, trataremos da contenda, na qual se envolveram historiadores de duas importantes escolas historiográficas europeias. A saber, a ciência social histórica alemã encabeçada por Hans-Ulrich Wehler e a contraposição feita a este por um representante da historiografia social inglesa, Geoff Eley. Entretanto, o maior intento é analisar o tratamento dado por Wehler ao conceito de *Sonderweg* antes, durante e depois do referido embate.

Palavras chaves: Hans-Ulrich Wehler; Geoff Eley; *Sonderweg*; Modernidade política.

## Abstract

The present research fits in a broader perspective into the long-standing research of the community of historians who seek to interpret Kaiserreich's politics, economy, society and culture (1871-1918), and consequently to understand its importance and its meaning. One of its purposes is to expand the access of the Brazilian academic public to one of the central problems of German post-1945 historiography: the long-lasting and rough discussion around the *Sonderwegsthese*. The thesis that authoritarian and undemocratic structures in the German State and society, especially in the second half of the nineteenth century, would have delayed Germany's entry into modernity. In a specific way, we will deal with the controversy, in which historians of two important European historiographical schools were involved. Namely, the German historical social science headed by Hans-Ulrich Wehler and the contrast made to it by a representative of English social historiography, Geoff Eley. However, the greatest attempt is to analyse the treatment given by Wehler to the concept of *Sonderweg* before, during and after the said clash.

Keywords: Hans-Ulrich Wehler; Geoff Eley; *Sonderweg*; Political modernity.



## Sumário

### Introdução

Apresentação da dissertação, delimitação do objeto e perspectivas teórico-metodológicas ..... 10

### Capítulo 1

Hans-Ulrich Wehler diante do desafio historiográfico de sua época ..... 20

1.1 Em busca da *clavis* historiográfica de Wehler ..... 22

1.2 Primórdios da carreira acadêmica de Wehler ..... 23

1.3 A Universidade de Bielefeld e Wehler ..... 24

1.4 Historiador consagrado ..... 31

1.5 Ciência social histórica versus historicismo ..... 37

1.6 O desafio da história cultural para a ciência social histórica ..... 52

### Capítulo 2

O *Sonderweg* na controvérsia historiográfica entre Wehler e Eley ..... 55

2.1 Mapeamento do conceito de *Sonderweg* até 1980 ..... 57

2.2 “Deutscher Sonderweg und englisches Vorbild” (1980) ..... 61

2.3 *Das deutsche Kaiserreich: 1871-1918* (1973) ..... 64

2.4 Proposições de Eley, respostas de Wehler e nossos acordos ..... 66

2.5 O *Sonderweg* após a controvérsia entre Eley e Wehler ..... 77

2.6 Desdobramentos da Querela ..... 79

2.7 Desgaste das teses de 1970 ..... 83

2.8 Normalização ..... 85

2.9 O *Sonderweg Streit* na Revista Merkur ..... 85

2.10 Réplica de Eley a Wehler ..... 93

2.11 Tréplica de Wehler ..... 95

### Capítulo 3

Impactos do „*Sonderweg Streit*“ na obra *Deutsche Gesellschaftsgeschichte* ..... 96

3.1 Estrutura do Capítulo final do Terceiro Volume ..... 98

3.2 A figura bifronte de Janus ..... 101

3.3 <i>Deutsche Gesellschaftsgeschichte</i> (1995) em relação a <i>Das deutsche Kaiserreich: 1871-1918</i> (1973).....	102
3.4 “Sonderweg” .....	107
3.5 As doze peculiaridades do <i>Sonderweg</i> .....	108
Considerações Finais.....	116
4.1 A poderosa e peculiar herança imperial .....	117
4.2 A utilidade das querelas para a história da historiografia.....	118
Anexo	
Panorama da história e historiografia do Kaiserreich .....	123
5.1 O Kaiserreich antes do Kaiserreich.....	124
5.2 História do Kaiserreich entre a <i>Gründung</i> e a derrota.....	127
5.3 Interpretações sobre o Kaiserreich na República de Weimar e no Terceiro Reich .....	130
5.4 Discussões fundamentais após 1945 .....	134
5.5 O irrompimento dos anos de 1970 .....	134
5.6 Desenvolvimentos após a Reunificação .....	138
Referências.....	141
1 Bibliografia de Hans-Ulrich Wehler .....	141
2 Bibliografia Geral.....	142

## Introdução

### Apresentação da dissertação, delimitação do objeto e perspectivas teórico-metodológicas

A presente pesquisa que ora se apresenta à banca de mestrado é resultado de nossa tentativa de produzir uma discussão abrangente da bibliografia em torno dos debates e disputas que buscaram um significado do *Kaiserreich*<sup>3</sup> fundado em 1871. E, por conseguinte, de sua modernidade política centrada na polêmica tese do *Sonderweg*.

De modo bem amplo, pode-se dizer que o *Kaiserreich* foi o primeiro Estado-nação alemão. Utilizando-se de uma metáfora biológico-orgânica, é possível dizer que, a guerra é uma ocorrência comum, tanto à sua gestação, quanto ao seu declínio e morte. Foi constituído após três guerras, Guerra dos ducados em 1864, Guerra austro-prussiana em 1866 e Guerra franco-prussiana em 1870, unificado a partir de dezenas de Estados alemães em 1871 e encontrou sua queda em 1918 com a derrota na Primeira Grande Guerra. Em seus quase cinquenta anos de existência foi governado pelos Hohenzollern. Uma monarquia autoritária amparada, de um lado, por uma potente elite militar e uma burocracia eficiente por outro. Em seu cerne, a população era confrontada por impactantes mudanças sociais ocasionadas pela rápida industrialização.

O *Kaiserreich* pode ser didaticamente dividido em duas fases, levando-se em conta as duas grandes figuras que dominaram a cena política do Segundo Reich, uma das quais antes mesmo de sua Fundação: Bismarck e Guilherme II. O primeiro praticamente foi o gênio político responsável pelo parto que deu vida ao *Kaiserreich* através das guerras de unificação entre 1864 e 1870; enquanto o segundo está indelevelmente marcado como condutor dos rumos políticos que levaram ao declínio e morte do *Kaiserreich* através da Guerra Mundial entre 1914 e 1918. Em resumo, a Alemanha bismarckiana inicia-se em 1862 e termina em 1890, isto é, coincide com o tempo em que Bismarck foi ministro-presidente e chanceler, ao passo que a Alemanha guilhermina começa em 1890 com a demissão do velho Bismarck pelo jovem imperador Guilherme e se encerra em 1918.

---

<sup>3</sup> O termo “império” é o equivalente a *Kaiserreich* na língua portuguesa de acordo com o Dicionário Langenscheidt (Langenscheidt, 2001: 893). Segundo o historiador britânico Richard Evans, “manter o alemão é uma forma de mistificação, até de romantização, que deve ser evitada”, porém, existiriam algumas exceções como *Reich*, *Kaiser* e *Führer*, que despertariam memórias históricas específicas e poderosas. (Evans, 2011: 33). Nesse sentido, ao longo de nossa narrativa manteremos o termo em alemão: *Kaiserreich*.

Apesar da guerra ser uma espécie de patrimônio comum a ambos os ícones, dois importantes conceitos podem ser apontados aqui na tentativa de diferenciar a Alemanha de Bismarck daquela de Guilherme II: *Realpolitik* e *Weltpolitik*. O primeiro termo, tem a ver com um estilo diplomático que surgiu na condução dos assuntos internacionais por Bismarck, ainda na década de 1850, enquanto era embaixador prussiano na Confederação Germânica. Infelizmente não há tradução adequada para o termo *Realpolitik*.<sup>4</sup> Jonathan Steinberg, biógrafo de Bismarck, apresenta uma definição prática do termo: “faça o que funciona e o que serve a seus interesses”. (Steinberg, 2015: 167). Segundo palavras do historiador estadunidense Sean McMeekin, “desde a unificação da Alemanha sob a liderança prussiana em 1871, Bismarck havia se contentado em consolidar os limites do novo império alemão, tentando a todo custo evitar aventuras desnecessárias fora deles”. (McMeekin, 2011: 22). Em contrapartida, McMeekin relata que a estação “Haydarpasha foi projetada para ser a mais importante estação da preciosa ferrovia do Kaiser Guilherme II, ligando Berlim a Bagdá. Ali se concretizava pela primeira vez a *Weltpolitik* do imperador alemão, destinada a unir o Oriente e o Ocidente, a Ásia e a Europa, assentando então a Alemanha firmemente no caminho para ser a detentora do poder mundial”. (McMeekin, 2011: 16). Com a *Weltpolitik*, a política internacional alemã passou a ser realizada através de crescentes ameaças de emprego de violência. O que por sua vez levou à coalizão contrária à Alemanha. Inicialmente, com o acordo diplomático entre França e Grã-Bretanha de 1904 (Entente Cordiale) e depois com a Tríplice Entente em 1907, que além das duas potências citadas incluiria a Rússia. (Vidigal, In: Magnoli, 2006: 314).

O pensamento histórico alemão é muito profícuo em confrontos historiográficos. De acordo com Sergio da Mata, essa “tradição” que se inicia com a disputa entre Johann Gustav Droysen e Henry Thomas Buckle em meados do século XIX, chega até o “debate Goldhagen” ocorrido após a publicação de *Os carrascos voluntários de Hitler* em 1996. (Mata, In: Araújo, 2017: 139)

Com base nesta longa tradição de embates historiográficos, espera-se conseguir demonstrar, ainda que minimamente, como o Kaiserreich também foi tema de acirradas

---

<sup>4</sup> De acordo com o “Deutsches Universalwörterbuch”, *Realpolitik* é uma “política que parte do possível e dispensa programas abstratos e postulados ideais”. (Duden - Deutsches Universalwörterbuch, 6. edição Mannheim 2006). Uma definição mais completa é oferecida pelo “Fremdwörterbuch”, *Realpolitik* é uma “política que não leva em conta princípios morais ou ressentimentos nacionais, mas é baseada no conhecimento sóbrio dos fatos e daquilo que se pode alcançar realmente”. (Duden – “Fremdswörterbuch” 10ª edição. Mannheim 2010).

discussões entre historiadores: por um lado, ele é visto como uma espécie de produto tardio dos anseios da criação de um Estado-nação alemão; por outro, ele também é tido como o causador da Primeira Guerra Mundial e da catástrofe nacional de 1918. Suas outras facetas também são controversas. A já extensa pesquisa histórica sobre o Kaiserreich jorra luz sobre temáticas como: os outros caminhos possíveis para a sua fundação, a própria “fundação interna”, a política colonial de Bismarck, o tratado de seguridade social, o “regime personalista” de Guilherme II, a discussão da culpa pela Primeira Guerra (“a controvérsia Fischer”), o ambiente sócio moral do Kaiserreich e a modernidade do *Reich* guilhermino, que é o foco de investigação da presente pesquisa (Frie, 2004:118).

A polêmica é um fenômeno onipresente na história intelectual alemã dos últimos cento e cinquenta anos. Desde meados do século XIX, os historiadores alemães parecem ter levado a sério o dito popular *aus der Streit kommt die Wahrheit* (“do embate surge a verdade”), que faria da Alemanha o país clássico dos combates pela história. (Mata, In: Araújo, 2017: 139)

Gostaríamos de deixar claro que nossa pretensão em nenhum momento será esgotar o assunto, seja sobre o passado histórico do Kaiserreich ou no que se refere a sua historiografia. Pautamo-nos pelo imperativo categórico didático, por assim dizer, de sintetizar a apresentação buscando narrar e refletir, mas também de controlar o volume de informações sob pena de inviabilizar os objetivos da dissertação de mestrado.

A modernização político-econômica e social do Kaiserreich (1871-1918) foi objeto de controvérsia entre dois grupos de historiadores na década de 1980. A discussão da especificidade na comunidade alemã tornou-se um problema fundamental da historiografia pós 1945. (Martins, 2007: 48 e 54). A polêmica em torno do *Sonderweg* parece ter sido tão relevante para a historiografia alemã que, na virada do século XX para o XXI, ou seja, já no contexto da Alemanha reunificada seria bastante difícil ignorar o termo. Ainda que “um acorde final tardio” (Frie, 2004: 15) e centrado na questão do Estado (Kitchen, 2013: posição 367), a monumental apresentação de Heinrich August Winkler *Der Lange Weg nach Westen* [O longo caminho para Oeste], publicada em 2000, pode ser um bom exemplo desta incontornabilidade. O livro trata da questão do *Sonderweg* e descreve o caminho em direção a um Estado-nação alemão e também

para a democracia na Alemanha: do fim do Império Sacro-romano Germânico em 1806 até a Reunificação alemã em 1990. (Winkler, 2000).

Central em quase todos os diagnósticos da tese do *Sonderweg* estaria a noção de um processo de modernização incompleto, no qual a evolução da cultura política falhou em manter o ritmo com a inovação e crescimento na esfera econômica (Clark, 2007: xx). Além do espírito militar, o Kaiserreich seria notadamente marcado pela tentativa de ultrapassar as grandes potências europeias na esfera econômica. Com tal intuito, segundo os defensores da tese do *Sonderweg*, imprimiu-se um processo de modernização que ficou marcado, por um lado, pela rápida industrialização, grande crescimento populacional, urbanização e migração interna; e por outro lado, pela lentidão rumo a uma democratização das instituições do Estado e ainda por forte estratificação social. (Wehler, 1994: 11-18).

Desse modo, a Alemanha teria tomado um caminho divergente do desenvolvimento das democracias ocidentais: entenda-se, França, Inglaterra e Estados Unidos. A tese do *Sonderweg* ocupa lugar central nos estudos do historiador Hans-Ulrich Wehler (1931-2014) e dos representantes da ciência social histórica alemã (*Deutsche Historische Sozialwissenschaft*). No entanto, essa tese é duramente criticada por representantes da história social inglesa, especialmente, Geoff Eley. Ele formava com David Blackbourn e Richard Evans a cúpula de um grupo de historiadores ingleses que nos anos de 1970 começaram a publicar sobre a história alemã do final do século XIX e início do XX e se consideravam marxistas não ortodoxos (Frie, 2004: 108).

Para Geoff Eley, a tese do *Sonderweg* está relacionada ao fracasso e aos erros da revolução burguesa na história alemã e suas consequências para o desenvolvimento político da Alemanha no século XIX e XX. Ela estaria presente na maioria das interpretações do passado daquele país, sejam marxistas ou não. As implicações deste ponto de vista iriam muito além da história alemã e incluiriam semelhantes conceitos simplificados da história de outras nações, especialmente Inglaterra e França, bem como avaliações específicas de desenvolvimento político moderno em geral. O principal assunto de seu ensaio é fazer uma crítica a essa crença profundamente arraigada no *Sonderweg* alemão. (Eley, 1980: 7)

Importante destacar desde já que a abordagem se dará através de dois textos principais. Os argumentos de Wehler a respeito do *Sonderweg*, especialmente, a partir, de seu livro *Das deutsche Kaiserreich* publicado em 1973 e a crítica de Eley ao trabalho de Wehler no que diz respeito ao *Sonderweg*, a partir, de seu artigo “Deutscher

Sonderweg und englisches Vorbild”, do livro *Mythen deutscher Geschichtsschreibung* publicado em conjunto com David Blackbourn em 1980.<sup>5</sup>

Dedicar-nos-emos a textos em alemão, a saber: A obra de Hans-Ulrich Wehler, “Das deutsche Kaiserreich” [1973], será analisada em nossa pesquisa, pois, através de uma investigação detalhada do Kaiserreich, a intenção do historiador alemão era apresentar o produto de um novo olhar interrogativo e interpretativo sobre o Kaiserreich, inaugurando uma nova era na historiografia alemã. Segundo René Gertz, a intenção dos historiadores-sociais alemães era enfrentar e superar o Historicismo. (Gertz, 2011: 151). De acordo com Wehler, as “convenções de interpretação e apresentação da historiografia alemã que dominavam desde o século XIX” deveriam ser superadas. (Wehler, 1994: 11). A partir desta obra se estabelecerá mais tarde o conceito “Wehlers Kaiserreich”. Tal conceito identificaria o perfil elevado, bem como o modo pessoal de interpretação de Wehler. (Nipperdey, 1976). No livro publicado 100 anos depois da “Unificação”, ele procurou fazer um balanço crítico daquele meio século em que perdurou o Kaiserreich (Wehler, 1994: 11).

Publicado em 1980, nenhum outro livro teve na ciência histórica alemã nessa época semelhante má recepção como *Mythen deutscher Geschichtsschreibung* [Mitos da Historiografia Alemã] de Geoff Eley e David Blackbourn, e trazia o subtítulo de “a fracassada revolução burguesa de 1848”. Cada um dos autores redigiu um texto no pequeno livro. O menos polêmico e mais forte historicamente cultural artigo de Blackbourn atraiu para si menos críticas que o ensaio de Eley. Nosso foco, porém, incidirá sobre o artigo de Eley, “Deutscher Sonderweg und englisches Vorbild”. Eley não acreditava que o trabalho de Wehler fosse história social. O historiador inglês dizia que o trabalho de Wehler tratava-se de uma sequência da história política alemã com outros meios desafortunados e ainda ineptos. Wehler lutaria contra as tradições da história política alemã, mas sem sucesso. O autor alemão ainda transitaria em torno de uma história de cima, em torno de uma história do Estado, uma história na qual a população existia somente como objeto de manipulação das elites. O peso do capitalismo no Kaiserreich não seria o problema principal, mas sim a ocupação obsessiva com do pesquisador com Max Weber e Eckart Kehr. (Frie, 2004: 108 e 109).

---

<sup>5</sup> *Mythen der Deutsche Geschichtsschreibung* recebeu em 1984 na Inglaterra, uma tradução revisada e ampliada, sob título de *The peculiarities of German history*.

Será objeto de nossa atenção os artigos publicados na revista Merkur, onde a controvérsia (*Historikstreit*) em si foi discutida em 1981. Essa “Revista alemã para o pensamento europeu” (*Deutsche Zeitschrift für europäisches Denken*), publicada mensalmente pela Editora Klett-Cotta desde o ano de 1947, apresenta ensaios políticos e culturais do espaço geográfico dos países de língua alemã.

Da monumental obra de Wehler *Deutsche Gesellschaftsgeschichte* [1987-2008] nosso recorte se limitará ao Terceiro volume [1995], de modo específico ao capítulo intitulado “Deutschland am Ende des langen 19. Jahrhunderts: Das Janusgesicht von Moderne und Tradition vor dem Beginn des neuen “Dreißigjährigen Krieges””, no qual Wehler faz uso da figura mitológica do busto de Janus, a fim de se referir metaforicamente à complexa relação entre modernidade e tradição no Kaiserreich. Na análise do mencionado capítulo, verificaremos se houve modificações de suas teses sobre o Kaiserreich após os desdobramentos da querela ocorrida no ano de 1981.

Nossa pesquisa está dividida em três capítulos.

No primeiro capítulo, analisamos um duplo aspecto a respeito de Hans-Ulrich Wehler: sua carreira acadêmica e os desafios historiográficos de sua época. Portanto, inicialmente faremos um sobrevoo através da biografia de Wehler, de modo especial, seu caminho na academia. Eventos relacionados à sua vida pessoal, somente serão elencados quando estritamente necessário pela sua relevância. Contrariando certa máxima gostaríamos de dizer que, Wehler “não” dispensa apresentações, pois, este historiador, apesar da longa carreira na Alemanha, parece ser conhecido no Brasil apenas por um número restrito de intelectuais. Destacaremos o contexto em que ele viveu e publicou suas obras, porém com o devido cuidado para não reduzir o autor ao contexto e vice-versa. A análise do desafio historiográfico de sua época é levada a cabo através de um estudo sobre a ciência social histórica alemã em contraposição ao historicismo. Como veremos, a instituição à qual Wehler esteve vinculado ao longo da maior parte de sua carreira, influenciou diretamente na escolha de seus métodos e até mesmo na concepção dos interesses de pesquisa e nos documentos por ele investigados.

O segundo capítulo está dividido em três partes. Inicialmente, fazemos um monitoramento do conceito do *Sonderweg*. Ele está no cerne da controvérsia historiográfica que extrapolou as fronteiras do espaço de língua alemã: o *Sonderweg Streit*. A publicação em 1980 de *Mythen deutscher Geschichtsschreibung* por David Blackbourn e Geoff Eley dá início a um embate entre historiadores britânicos e alemães. Antes, porém, apresentamos um mapeamento do conceito de *Sonderweg* que se estende



de meados do século XIX até 1980. A partir das coordenadas fornecidas por esse mapeamento, apresentamos as críticas de Geoff Eley ao pensamento de Wehler contidas no artigo “Deutscher Sonderweg und englisches Vorbild”. Seguida de uma análise das ideias contidas em *Das deutsche Kaiserreich: 1871-1918*, livro que recebeu o maior peso das críticas de Eley endereçadas à Wehler. Depois, identificamos algumas proposições de Eley e a resposta de Wehler a elas. E então, o *Sonderweg* para além da referida controvérsia entre Eley e Wehler. Na segunda parte, examinaremos os desdobramentos produzidos pela querela do *Sonderweg* como as reações alemãs, as novas pesquisas sobre o Kaiserreich, o desgaste das teses de 1970 e a normalização da pesquisa sobre o Kaiserreich. A terceira parte diz respeito ao embate que ocorreu entre Hans-Ulrich Wehler e Geoff Eley na Revista Merkur. Analisamos os três textos em que os historiadores defendem suas posições.

No terceiro capítulo, empreendemos uma investigação sobre o último capítulo do terceiro volume da obra de *Deutsche Gesellschaftsgeschichte*, afim de passar em revista as proposições de Hans-Ulrich Wehler. Possíveis afirmações ou modificações de suas teses contidas no livro de 1973: *Das Deutsche Kaiserreich: 1871-1918*. Na análise do mencionado capítulo, verificamos se houve modificações de suas teses sobre o Kaiserreich após os desdobramentos da querela ocorrida no ano de 1981.

Nas considerações finais, procuramos ressaltar uma característica fundamental da ciência histórica: seu dinamismo. Como o distanciamento temporal é importante para o historiador em seu ofício. Seja do ponto de vista em relação ao seu objeto de pesquisa ou dentro de sua própria carreira profissional. Tanto Hans-Ulrich Wehler, quanto os historiadores sociais ingleses alteram seus posicionamentos com a passagem do tempo. Além disso, tecemos algumas linhas acerca da poderosa herança imperial sobre a República de Weimar e a utilidade das querelas para a história da historiografia. Enfim, é possível dizer que nos últimos passos desta travessia nos aproximamos daquela sentença proferida por Goethe de que “Em nossos dias já não se duvida de que a história tem que ser, de tempos em tempos, reescrita”. (Goethe apud: Koselleck, 2006: 177).

No anexo apresentamos um estudo abrangente de caráter eminentemente historiográfico sobre a bibliografia em torno dos debates e disputas que buscaram um significado ao longo da história para o Kaiserreich fundado em 1871. Ou seja, fizemos uma aproximação horizontalizada de nossa temática através da investigação dos embates historiográficos que dizem respeito ao Estado-nação alemão. Veremos que a primeira controvérsia se deu antes mesmo de sua fundação. Será possível testar a máxima de que

o presente com suas dúvidas e problemas é que orienta, e em certos casos até modifica, o olhar sobre o passado.

Pretendemos concentrar as nossas investigações sobre a questão da modernidade política sem perder de vista em momento algum, por assim dizer, contraditório “estado de coisas” no Kaiserreich:

“A Alemanha bismarckiana era contraditória: um Estado unitário e uma confederação, uma monarquia absoluta e uma democracia parlamentar. Era um Estado de compromisso entre o poder central e os particularismos regionais. As contradições se mantinham equilibradas por esse compromisso garantido pela força e pela burocracia”. (Reis, 2011: 139).

A leitura que propomos dos textos de Hans-Ulrich Wehler e de Geoff Eley é formatada por questões, métodos e abordagens pertinentes aos estudos da história da historiografia. Entretanto, um dos objetivos de nossa investigação é colaborar, ainda que modestamente, para o avanço do diálogo entre os estudos históricos produzidos na Alemanha e no Brasil. Esta pesquisa, pretende ser uma espécie de aproximação, queremos crer, aberta, inacabada, imperfeita e longe de ser totalizante.

Como metodologia, adotaremos os três pontos da estratégia descrita a seguir<sup>6</sup>:

A) Abordagem intratextual: leitura analítica das obras e textos que selecionamos para abordar a temática da presente pesquisa. Quando se fizer necessário uma leitura minuciosa dos textos será levada a termo.

B) Intertextualidade interna: como o conceito do *Sonderweg* aparece na obra “Das Deutsche Kaiserreich” de 1973 de Wehler? Trata-se de mapear e analisar a maneira como o historiador Wehler retoma seus argumentos ao longo de seus textos, ressaltando o que mudou de uma abordagem para a outra e aquilo que permaneceu.

C) Intertextualidade externa: Procurar evidenciar os autores com os quais Hans-Ulrich Wehler dialoga enquanto desenvolve sua argumentação.

O marco teórico está posicionado entre duas escolas históricas europeias “contemporâneas”: história social inglesa e ciência social histórica alemã. No entanto, no que diz respeito, em especial ao campo do político, levar-se-á em conta o arcabouço

---

<sup>6</sup> A metodologia aqui adotada foi inspirada na investigação de Breno Mendes sobre a representação do passado em Paul Ricoeur. (Mendes, 2013: 16).

teórico metodológico do “Historicismo”, de pensadores como Max Weber, Reinhart Koselleck, Norbert Elias e Eric Hobsbawm.

É de suma importância apresentar e discutir os pressupostos teórico-metodológicos das três vertentes historiográficas, a fim de lastrear a presente pesquisa. Wehler fez parte da jovem geração de historiadores alemães que começaram a publicar seus trabalhos na década de 1960. Eram historiadores politicamente engajados na esquerda e fortemente influenciados por Weber<sup>7</sup>. (Kitchen, 2013). A seara principal de Wehler e os representantes da ciência social histórica era o Kaiserreich, mas investigaram-no, tendo em vista a futura barbárie nacional socialista, (Frie, 2004: 109). Buscavam identificar singularidades no passado alemão que pudessem explicar a situação em que a Alemanha se encontrava após a Segunda Guerra Mundial. Ou seja, a motivação para as indagações sobre o Kaiserreich era fornecida por um duro núcleo traumático da consciência histórica alemã, constituído de três elementos principais: o genocídio dos judeus, o regime totalitário nazista (Martins, 2007: 48), e acima de tudo a fragorosa derrota no maior conflito armado da história humana. A geração que pertenceu a nata da ciência social histórica começou seus estudos entre o fim dos anos 1940 e início da década de 1950 na atmosfera da “grande catástrofe”. (Mata, 2011: 52)

Com base no que foi dito no parágrafo anterior, depreende-se que, na investigação do contexto da formação acadêmica e atividade profissional, em especial, de Hans-Ulrich Wehler, ou melhor, na construção desta perspectiva histórica, inspirar-nos-emos na combinação daquilo que Michel de Certeau na *Operação Historiográfica* chamou de um lugar social, de práticas científicas e de uma escrita (Certeau, 2007).

Temática importante nessa “Operação Historiográfica” diz respeito à tentativa dos historiadores sociais alemães de enfrentar e superar o historicismo. Para Wehler, nos 15 anos após 1945 ainda predominava uma antiquada História política (Wehler, 2001: 89). Nesse sentido, a presente pesquisa não poderia se esquivar e deixar de trazer à superfície essa confrontação, que foi bastante significativa na fundação e desenvolvimento dessa escola a partir da década de 1970. Segundo René E. Gertz, A ciência social histórica proporia que “a realidade do presente, com seus problemas e suas preocupações, é que deveria nortear a aproximação e as perguntas ao passado” e o objetivo seria de buscar

---

<sup>7</sup> Segundo René Gertz, de modo geral, como alternativa à prática do Historicismo, Mommsen propunha uma aproximação com as Ciências Sociais para investigar aspectos estruturais da sociedade, sobretudo da moderna sociedade industrial. (Gertz, 2011: 154).

explicar de modo causal o passado, ao passo que “O Historicismo não mostraria interesse nessa direção, pois partiria do princípio oposto de que todo fenômeno histórico deve ser visto e interpretado a partir de si mesmo, do passado em direção ao presente” e atribuiria papel basilar à compreensão empática do historiador para redesenhar o passado (Gertz, 2011: 151-55).

De acordo com Ewald Frie, os historiadores sociais ingleses, isto é, Eley, Blackbourn e Evans se conceituavam como marxistas não ortodoxos. Quando se referiam ao edifício de ideias que norteava seu próprio ofício, a história social, isso significaria “uma história de baixo e de dentro, uma história do cotidiano, das pessoas comuns, uma história das regiões, cidades e vilarejos. A política não fora com isso excluída, especialmente deveria receber novo entendimento a interação entre elites e grupos sociais com suas ancoragens regionais, sociais e culturais”. Fascinava-os no Kaiserreich a rápida ascensão econômica, a vivacidade e variedade cultural e social. Repressão e modernas formas de ação num oscilante sistema político. A Alemanha Guilhermina (1890-1914) era seu campo de trabalho privilegiado. (Frie, 2004: 108 e 109). Essa argumentação parece ser corroborada pelo prefácio de um dos próprios historiadores em questão: “Mesmo após o advento da fábrica e da cidade grande, agricultura e a pequena empresa, campo e centros comerciais continuaram a ter alguma importância que muitas vezes é esquecida” (Blackbourn, 2003: xix).

Não poderemos prescindir da ajuda que nos poderá ser prestada através das implicações histórico-críticas da história dos conceitos. Seja na questão da articulação entre História social e História dos conceitos, seja na teorização sobre modernidade, Reinhart Koselleck é um autor imprescindível. (Koselleck, 2006: 97-118).

## Capítulo 1

### Hans-Ulrich Wehler diante do desafio historiográfico de sua época

O historiador Hans-Ulrich Wehler não era uma estrela, nem um rosto de celebridade que as pessoas reconheceriam na rua. Ocasionalmente, ele aparecia como convidado em programas de entrevistas na televisão, comentando história alemã e identidade nacional, ou se manifestava criticamente quanto a compatibilidade entre Islã e os valores ocidentais. (Nolte, 2015: 07).

Hans-Ulrich Wehler foi um historiador, cuja carreira acadêmica estendeu-se por mais de meio século. É possível considerar a defesa de sua tese de doutorado em 1960, *Sozialdemokratie und Nationalstaat* como sua primeira importante publicação em 1962 e *Die neue Umverteilung: Soziale Ungleichheit in Deutschland* como sua última em 2013. Wehler foi professor em algumas universidades alemãs: Colônia, Bielefeld e Berlim. E como professor convidado em outras no exterior: Harvard (1972, 1989), Princeton (1976), Stanford (1983-84, 2004), Yale (1997). O historiador alemão também foi o editor chefe, ao lado de Hans Berding e Jürgen Kocka, da revista *Geschichte und Gesellschaft* de 1975 até 2004.

As principais obras de Wehler são *Das deutsche Kaiserreich: 1871-1918* (publicado em 1973) e *Deutsche Gesellschaftsgeschichte* (cinco volumes publicados entre 1987 e 2008). Apesar da vastidão da sua obra, a reflexão histórica de Wehler acabou se restringindo aos países de língua alemã. Até 2016, somente o seu *Das deutsche Kaiserreich* encontrava-se traduzido em inglês (Breuilly, 2016: e3). Em nossa análise sobre a modernidade política do Kaiserreich teremos a oportunidade de investigar mais aprofundadamente a referida obra de 1973 como também um substancial capítulo contido no terceiro volume de *Deutsche Gesellschaftsgeschichte*.

Caso quisermos fazer jus à obra Wehler, é de bom grado se concentrar, ainda que minimamente, ao contexto em que ele viveu e produziu seus trabalhos acadêmicos, a escola em que estudou, as universidades em que esteve, que historiadores marcaram a sua formação, sua carreira acadêmica, sua inserção em uma constelação intelectual, as tradições políticas das quais pertenceu, se tinha interesses políticos e a história política de seu tempo. De que maneira ele se relacionou com os desafios do campo historiográfico de sua época. Que constelação historiográfica influenciou sua carreira. Nesse sentido

nossa análise do desafio historiográfico de sua época é feita através de uma contraposição da ciência social histórica alemã ao historicismo.

Na referida contextualização sobre Wehler, três textos formam a espinha dorsal sobre a qual a primeira parte do capítulo foi produzido, a saber: “Innovation aus Kontinuität: Hans-Ulrich Wehler (1931-2014) in der deutschen Geschichtsgesellschaft” organizado em 2014 por Paul Nolte; “Memorial Hans-Ulrich Wehler 1931-1914” de David Blackbourn publicado em 2015; “Hans-Ulrich Wehler: A tribute” de John Breuilly publicado em 2016. No núcleo da referida espinha dorsal está biografia acadêmica de Paul Nolte sobre Wehler publicada em 2015: *Hans-Ulrich Wehler: Historiker und Zeitgenossen*.

Na segunda parte do capítulo, isto é, na análise dos pressupostos da ciência social histórica nos basearemos, principalmente, em textos de Jörn Rüsen e de Jürgen Kocka, ambos publicados em *A nova historiografia alemã* pelos organizadores Abílio Neves e René Gertz. De Rüsen, “Reflexão sobre os fundamentos e mudança de paradigma na ciência histórica alemã-ocidental” e de Kocka “Tendências e controvérsias recentes na ciência histórica da República Federal Alemã”.

Na busca de construir uma imagem de Wehler e seu trabalho acadêmico, ainda que de modo superficial, pautar-nos-emos por um delineamento de uma “*Bild wehleriana*” que faça jus às ambivalências, contradições, rupturas e às zonas de transição em sua biografia e em seu trabalho científico.

## 1.1 Em busca da *clavis* historiográfica de Wehler

Na avaliação de Paul Nolte, Wehler foi:

Um importante historiador do século XX, um intelectual característico e poderoso, um educador moral e um pedagogo político da República Federal Alemã, um inovador em seu campo e um intérprete crítico da história alemã à sombra do nacional-socialismo. (Nolte, 2015: 149).

Como delinear a importância de Hans-Ulrich Wehler de forma precisa e diferenciada? Esta tentativa de sopesar o trabalho acadêmico de Wehler deve iniciar-se com importantes obviedades. Ele, como nenhum outro, mas com muitos outros, trouxe êxitos à ciência histórica alemã, desde meados da década de 1960. Sem ele, a transformação da disciplina história em um novo estado de agregação teria sido, no mínimo diferente e provavelmente mais lenta. É importante ressaltar a tarefa a que Wehler se propôs, ou seja, de levar adiante uma renovação dentro da ciência histórica, não era nada simples. Tal renovação se voltava contra a historiografia alemã do século XIX. A Alemanha daquele século deu ao mundo a história como uma ciência moderna. Esse modo de fazer história alcançou reputação internacional baseando-se nas fontes e orientada por métodos: em suma no escopo do trabalho de historiadores como Leopold von Ranke e Johan Gustav Droysen.

É preciso ressaltar o ímpeto por mudança perseguido por Wehler, porém, é necessário dizer que ele não “inventou a roda”. Transformações estavam acontecendo em diversos lugares desde o início do século XX, inovações na disciplina da história surgiram em outros países: nos EUA com a “Nova História”<sup>8</sup>, na França com a Escola *Annales*, na Inglaterra com uma história social marxista a partir da década de 1950. Abordagens inovativas também surgiram no início da República Federal Alemã, por exemplo, com Werner Conze em Heidelberg. O sentido enfatizado por nós aqui, é que Hans-Ulrich Wehler foi o pioneiro para o avanço triunfante de uma “nova história” na Alemanha, que obviamente, já estava em estágio muito mais avançado em outros países ocidentais.

---

<sup>8</sup> No sentido de uma ruptura com os acontecimentos políticos podemos lembrar aqui o trabalho de Frederick Jackson Turner “O significado da fronteira na história americana” (1893), porém no início do século XX, um movimento é lançado por James Harvey Robinson sob a bandeira da “Nova História”. Por método, “A nova história deverá utilizar-se de todas as descobertas sobre a humanidade, que estão sendo feitas por antropólogos, economistas, psicólogos e sociólogos”. (Robinson, In: Burke, 2010: 21)

## 1.2 Primórdios da carreira acadêmica de Wehler

Hans-Ulrich Wehler nasceu em 11 de setembro de 1931 em Freudenberg no seio de uma família calvinista e morreu em 5 de julho de 2014, aos 82 anos, em Bielefeld.

Quando a guerra chegou ao fim, Wehler tinha quatorze anos. “velho o bastante para ter estado na Juventude Hitlerista, mas muito jovem para ter exercido um papel significativo”. (Breuilly, 2016: e3). Seu pai foi dado como desaparecido na Segunda Guerra e somente em 1963, a família soube que sua morte se deu em um campo de prisioneiros. (Blackbourn, 2015: 700). Para Paul Nolte, a marca da juventude hitlerista deve ter sido profunda, mas não tão incisiva quanto o horror do último ano da guerra e as lembranças de vítimas carbonizadas pelas bombas incendiárias em Colônia. (Nolte, 2014: 595). Uma de suas funções era ajudar a apagar incêndios e retirar corpos carbonizados dos escombros. (Blackbourn, 2015: 700). Como veremos, os EUA desempenharam uma grande influência sobre Wehler depois de 1945, enquanto lugar para estudar e trabalhar, como modelo de uma sociedade livre e bem-sucedida. As ciências sociais estadunidenses, em vez da tradicional historiografia política e intelectual alemã ou o marxismo dogmático pareciam fornecer-lhe as ferramentas necessárias para garantir a compreensão sobre o Terceiro Reich.

Wehler iniciou seu curso de História na Universidade de Colônia em 1952. Um de seus principais professores foi Theodor Schieder. Doutorou-se em 1960 com uma tese sobre o problema da nacionalidade da socialdemocracia alemã, especialmente na perspectiva polonês-prussiana.<sup>9</sup> A partir daí publicou uma série de ensaios sobre o campo político do Kaiserreich. Passou uma temporada em Washington, entre 1962 e 1963, onde, com toda a energia vasculhou os arquivos para um estudo do imperialismo dos EUA até 1900 e fez um manuscrito. A partir desse manuscrito ele produziu uma série de artigos. (Nolte, 2014: 593). Numa entrevista concedida anos mais tarde, disse que quando jovem buscava figuras paternas, dentre as quais ele incluía Theodor Schieder e Hans Rosenberg. (Blackbourn, 2015: 701).

---

<sup>9</sup> Hans-Ulrich Wehler, *Sozialdemokratie und Nationalstaat*. Die deutsche Sozialdemokratie und die Nationalitätenfragen in Deutschland von Karl Marx bis zum Ausbruch des ersten Weltkriegs. Würzburg 1962, Ndr. Göttingen 1970.



De onde surgiu o interesse de Wehler pelo Kaiserreich? A partir de sua experiência pessoal marcante com os horrores da guerra, quando no contexto acadêmico de seus primeiros anos, a Alemanha do século XIX, em particular o Segundo Reich, surge como uma chave para se entender a Alemanha do século XX. (Breuilly, 2016: e3). A abordagem crítica de Wehler à história do Kaiserreich já era evidente em seu livro *Bismarck und der Imperialismus* de 1969.

De acordo com Paul Nolte, a partir da infância calvinista e desde seu o primeiro contato com a Universidade de Ohio em Athens entre 1952 e 1953, Wehler assimilou o hábito de vida dos universitários estadunidenses de unir estudo e prática de esportes. Tornando-se bem-sucedido na aplicação de energia, perseverança e conquista que o acompanhara durante toda a sua carreira acadêmica baseado num modo de vida excepcionalmente ascético e disciplinado. (Nolte, 2014: 595).

### **1.3 A Universidade de Bielefeld e Wehler**

Wehler *war* Bielefeld. (Nolte, 2015: 60)

Em 1970, ano seguinte à fundação da Universidade de Bielefeld, Wehler já se alinhava programaticamente com uma produção do conhecimento histórico que rejeitava a história da humanidade como política ou narrativa dos acontecimentos históricos, mas enquanto história social com impulso crítico da sociedade e da tradição. Para David Blackbourn, Wehler viu a tarefa de modernizar a história alemã como uma questão de reformulá-la a partir de um modelo anglo-americano. O Max Weber de Wehler era o Weber americanizado de Talcott Parsons e Edward Shils, que havia sido exportado para os EUA e reimportado para a República Federal alemã. (Blackbourn, 2015: 704).

A “nova ciência histórica” velejava nas décadas de 1960 e 1970 sob a bandeira da “história social”. O próprio Wehler se referia a essa nova história como “ciência social histórica”. Essa nova ciência histórica intentava escapar do pensamento limitado das tradições nacionais, expandir sua área de atuação e orientar-se na proximidade interdisciplinar com as ciências sociais, economia e ciências políticas, valendo-se de um estado permanente de auto reflexividade sobre seu próprio trabalho. Na linguagem da época essa busca era chamada de orientação teórica e “necessidade teórica” (Reinhart Koselleck). Porém, essa fase de complexa construção teórica durou cerca de duas décadas e perdeu força em meados da década de 1980. É possível dizer que essa análise teórica se

tornou uma característica diferenciadora dos historiadores sociais alemães, especialmente, em comparação aos historiadores sociais à Oeste do Reno e ao Norte do Canal da Mancha. Referimo-nos aqui aos *Annales* no primeiro grupo e a história social inglesa no segundo grupo de historiadores.

Duas grandes inovações da ciência social histórica foram: sua teorização no sentido de uma auto reflexividade, por um lado, e sua curiosidade absorvente pelo aparato acadêmico de disciplinas afins, por outro.

“Em Bielefeld, Hans-Ulrich Wehler utilizou de forma enérgica e proveitosa uma janela de oportunidade institucional e idealista para validar sua ideia de uma nova ciência histórica”. (Nolte, 2015, 152). Wehler queria construir um novo sistema de coordenadas de sua disciplina. De acordo com Nolte, ele não queria abandonar ou destruir completamente suas tradições, mas atualiza-las em tempo hábil. Consciente de seu talento excepcional, esse inovador rebelde queria se inscrever nas tradições da disciplina. Uma extensa história alemã: iniciada por Treitschke, renovada de modo inacabado por Franz Schnabel, e encerrada na “história social” de Hans-Ulrich Wehler

O caminho escolhido inicialmente por Wehler, não era sobre si mesmo, mas sobre as abordagens científicas soterradas, politicamente reprimidas, marginalizadas desde os tempos do Kaiser até 1945. Em suma, trazer à tona o trabalho de socialdemocratas, radicais, liberais decididos e judeus. Direcionou seu ímpeto para a reabilitação e recepção de críticas e vítimas do nacional-socialismo, especialmente na emigração estadunidense.

Ao longo de sua profícua e produtiva carreira Hans-Ulrich Wehler se manteve fiel às suas visões pessoais básicas, suas posições científicas e políticas? De acordo com Paul Nolte, “alguns dirão: muito fiel, muito pouco disposto a mudar”, apesar de permanecer devotado aos seus princípios pessoais, sua posição no campo científico e intelectual mudou. Do marginal do início de carreira para o centro da corrente histórica principal e daí ao individualista de fins de carreira.

Para Wehler, a primeira metade da década de 1970 foi um período de agenda movimentada em nome da história social crítica. A produção de volumes editados em uma escala verdadeiramente heroica e a criação de um contra cânone de historiadores progressistas ocorreu paralelamente à produção impressionante de Wehler. (Blackbourn, 2015: 707)

Na década de 1960, no começo de sua carreira com Theodor Schieder “ele foi condenado ao ostracismo e estigmatizado devido à sua defesa ativa da renovação metodológica da disciplina”. Como marginal, ele recebeu uma chance na Universidade reformista de Bielefeld e a partir de então se opôs ao *status quo* estabelecido e se tornou bem-sucedido, pois uma década depois ele havia alcançado uma posição de destaque na ciência histórica da Alemanha Ocidental. “Poder institucional em revistas e séries de livros combinados com o reconhecimento da realização científica”. (Nolte, 2015: 154). O *Historikstreit* dos historiadores de 1986 e 1987 confirmou este novo centro de gravidade. Wehler interviu de forma polêmica nesta querela, colocando-se de maneira contrária ao consenso, mas depois acabou deixando esse papel para historiadores com um perfil mais mediador como Christian Meier, Dieter Langewiesche ou mesmo para Jürgen Kocka, amigo e colega de Bielefeld.

É óbvio que Wehler não estava sozinho, havia outros historiadores em Bielefeld.<sup>10</sup> Wehler era o cabeça da Escola de Bielefeld [*Bielefelder Schule*]. A expressão de Nolte “Wehler war Bielefeld” diz respeito a uma simbiose, devido aos poucos quilômetros, entre a casa de Wehler e o seu escritório. Nestes dois ambientes foi pensada *Deutsche Gesellschaftsgeschichte*. No verão de 1971, Wehler muda com sua esposa e três filhos de Berlim para Bielefeld. Nos dois primeiros anos foi o pioneiro na construção de sua disciplina. A poucos passos se encontrava o Centro para a pesquisa interdisciplinar [ZiF] *Zentrum für interdisziplinäre Forschung*.

Bielefeld fazia parte de uma onda sem precedentes na fundação de universidades que revirava a paisagem de formação acadêmica na Alemanha Ocidental. Muito antes do movimento estudantil no entorno da virada da década dos anos sessenta para os setenta. Há quem diga que o que ocorreu em Bielefeld se aproxima do que se sucedeu na Universidade de Estrasburgo, reconstruída como instituição francesa após a Primeira Guerra Mundial, que se beneficiou dos talentos combinados de Marc Bloch, Lucien Febvre e Maurice Halbwachs. (Blackbourn, 2015: 703). Segundo Paul Nolte, as

---

<sup>10</sup> De acordo com David Blackbourn, um número extraordinário de jovens historiadores talentosos passou por Bielefeld, e gostaríamos de reproduzir aqui uma lista com 31 nomes feita por ele com a ajuda de Sven Oliver Müller: Olaf Blaschke, Dirk Bönker, Rudolf Boch, Gunilla Budde, Ute Daniel, Andreas Etges, Ute Frevert, Robert von Friedeburg, Christian Geulen, Vito Girona, Svenja Goltermann, Hedda Gramley, Manfred Hettling, Christina von Hodenberg, Stefan-Ludwig Hoffmann, Bernd Holtwick, Ralph Jessen, Frank-Michael Kuhlemann, Birthe Kundrus, Thomas Mergel, Josef Mooser, Sven Oliver Müller, Paul Nolte, Till van Rahden, Andreas Renner, Hanna Schissler, Hans Waltert Schmuhl, Cornelius Torp, Thomas Welskopp, Monika Wienfort, and Benjamin Ziemann. (Blackbourn, 2015: 708)

“universidades eram uma âncora da infra-estrutura moderna; tal como a construção de *Autobahnen* [auto-estradas], as regiões subdesenvolvidas deveriam ser urbanizadas e revalorizadas pelas escolas superiores”. (Nolte, 2015: 61). Havia uma grande defasagem de formação no campo, em especial as filhas dos trabalhadores rurais católicos<sup>11</sup>, mas também os filhos dos trabalhadores nas cidades. Ótimo exemplo é o caso da Ruhr-Universität Bochum, que em 1962 se tornou a primeira na República Federal Alemã nos moldes de uma “universidade campus” em termos de arquitetura e planejamento urbano. *Reformuniversitäten* foram universidades criadas, onde se buscava ligar diferentes disciplinas científicas, como as ciências humanas e as ciências sociais. A maioria das fundações remonta aos anos 1960 e 1970. A Universidade de Bielefeld foi fundada com base nas ideias do sociólogo Helmut Schelsky (1912–1984) como uma universidade deste tipo. Outro exemplo é a Universidade de Konstanz, fundada em 1966. É preciso ressaltar o duplo caráter dessa reforma universitária. Inicialmente conservadora, a partir de 1965 ganhou uma conotação socialdemocrata. O jurista Ernst-Wolfgang Böckenförde ilustra bem essa duplicidade, pois era socialdemocrata e católico. Entre 1965 e 1970, a atmosfera política mudou fundamentalmente, a reivindicação por reformas agora era da ala esquerda do espectro político, “emancipadora e igualitária”; o caminho para uma mudança geracional havia se iniciado.

Antes de seguir adiante, é preciso destacar que essa dupla face da reforma deu às constelações intelectuais de Bielefeld o seu charme especial: “na tensão entre Niklas Luhmann e a tendência dominante de esquerda da Faculdade de Sociologia; com o papel de anarquista conservador e editor de *Merkur* de longa data Karl Heinz Bohrer em estudos literários; com Hentig em pedagogia – e com a tensão generacional e política, intelectual e habitual entre Reinhart Koselleck e Hans-Ulrich Wehler entre os historiadores”. (Nolte, 2015: 63)

É bastante didática a diferenciação que Paul Nolte faz entre Koselleck e Wehler quanto a “a origem, o temperamento e a orientação”. Acreditamos que é relevante reproduzir esta contraposição aqui devido à ampla penetração do nome de Koselleck na disciplina histórica no Brasil.

---

<sup>11</sup> Em seu texto Nolte se refere ao provérbio “filhas do camponês católico”, que na verdade, é uma formulação que remonta ao sociólogo Ralf Dahrendorf para retratar, a partir de meados da década de 1960, a desvantagem educacional da Alemanha Ocidental.

[...] aqui Koselleck, o burguês intelectual, lá o Wehler ascendente; aqui o soldado da Wehrmacht, que retornou à pátria do cativo soviético em 1946, lá o de 1945; aqui o schmittiano (depois de sua dissertação) e hegeliano (após sua habilitação), o Koselleck profundamente enraizado no pensamento político prussiano-alemão conservador, lá o liberal, ocidental, orientado para os americanos, aqui e ali, enquanto marxista suspeito, Wehler. (Nolte, 2015: 64)

Apesar das diferenças, Koselleck e Wehler estavam juntos pela renovação estrutural de suas especialidades.

Mais tarde, Jürgen Kocka, um jovem talentoso vindo da Frei Universität de Berlim, juntou-se a Wehler em Bielefeld. Apesar de uma diferença de dez anos de idade, logo uma verdadeira amizade se estabeleceu entre Wehler e Kocka. De acordo com Estevão de Resende, Kocka é seguramente o segundo maior representante da Escola de Bielefeld (Martins, 2007: 59). Kocka nasceu em 1941, portanto pertencia à geração dos “tardios de 45” [*spätere 45er*]. Quando jovens, os integrantes desta geração viriam a compartilhar intuições básicas pessoais e políticas anti-nacionaisocialismo, tinham fé na democracia liberal da República Federal da Alemanha e, como no caso de Kocka, uma inclinação mais acentuada para os Estados Unidos. Para essa geração uma cadeira como professor universitário aos 32 ou 35 anos não era algo incomum. Fiando-nos em Nolte, “as novas universidades fundadas, como Bielefeld, desempenharam seu papel na rápida mudança de elite e até mesmo sem precedentes que a Alemanha ocidental experimentou em 1970 em quase todas as áreas da sociedade”. (Nolte, 2015: 67)

Em 1980, a cadeira de história da economia foi ocupada pelo historiador britânico Sydney Pollard. Judeu de origem vienense, Pollard fugiu para a Inglaterra na época do nacional-socialismo, entrou para o exército britânico durante a guerra, por isso, anglicizou seu nome que era Siegfried Pollack. Após a guerra, trabalhou por dois anos como tradutor das forças de ocupação da zona britânica na Alemanha, entrou para Sheffield em Londres, lá ele se tornou um importante historiador econômico e social com ampla visão sobre a história da industrialização europeia. Em 1971 atendeu ao chamado de Bielefeld. (Nolte, 2015: 68)

Nos primórdios, o ambiente de trabalho em Bielefeld era improvisado. Para além das inúmeras nomeações, os currículos universitários tiveram que ser desenvolvidos de acordo com os programas de estudo e até mesmo a biblioteca deveria ser construída. O financiamento não era problema, na década de 1970, o dinheiro ainda fluía, o que

possibilitada a compra de estoques mais antigos e as explorações de acesso livre do novo edifício ofereciam excelentes condições de pesquisa. (Nolte, 2015: 68)

A título de centro intelectual se estabeleceu um Colloquium, que ocorria às sextas-feira no final da tarde. De acordo com Nolte, nos acirrados debates prevalecia uma atmosfera de relativa igualdade, independentemente do status, seja professor ou aluno. A discussão ocorria, à partir de um manuscrito apresentado por Kocka, Wehler ou algum convidado de fora. Aos coloquios de sexta-feira, cada vez mais Wehler trazia seus manuscritos para rivalizar com a história do cotidiano e a nova história cultural. O estilo de debate correspondia às convenções anglo-americanas. Era o “Colloquium zur modernen Sozialgeschichte”. (Nolte, 2015: 69). Para David Blackbourn, participar de um coloquios em Bielefeld era uma experiência intelectualmente cansativa, mas estimulante e gratificante, e ilustrava duas qualidades de Wehler. Uma delas era sua excelente capacidade de conduzir discussões, seja em um seminário ou conferência. Normalmente essa é uma realização subestimada pelos historiadores. “Wehler fazia isso de forma soberba, não apenas direcionando o tráfego, mas permitindo que temas surgissem, agrupando questões, acompanhando a discussão e – não menos importante – garantindo que os palestrantes respondessem às perguntas feitas”. A outra qualidade a que se refere David Blackbourn, diz respeito ao charme pessoal de Wehler, que sempre fora um anfitrião afável e solícito que irradiava calor. E o mais importante, desacordos sobre questões históricas nunca foram acompanhados de rancor pessoal. (Blackbourn, 2015: 709).

Sob condições de apresentação tão pessoais e generosas e um número relativamente pequeno de estudantes, um tipo de espírito de corpo [*Korpsgeist*] se desenvolveu nas cátedras individuais, mas também se estendia ao “corredor S3” do prédio principal, no qual estavam abrigadas as áreas de trabalho de Wehler, Kocka e Koselleck. (Nolte, 2015: 69)

Para Nolte, vista retrospectivamente, essa dinâmica acadêmica faz lembrar uma universidade de tipo antigo; ao mesmo tempo, em que o conceito teórico de Helmut Schelsky de faculdades orientadas para a pesquisa foi realizado de forma notável quando institutos em grande escala colaboram intensivamente entre si. (Nolte, 2015: 69)

Hans-Ulrich Wehler se manteve fiel à universidade e à cidade até sua aposentadoria e mesmo depois. No ano de 1988, ano anterior à queda do Muro de Berlim,

Reinhardt Koselleck também se aposentou e Kocka atendeu o chamado da Universidade Livre de Berlim. Dois anos após a aposentadoria, Wehler passou um ano no “Wissenschaftskolleg zu Berlim”. (Nolte, 2015: 70)

E quando começou a circular o termo “Escola de Bielefeld”? No final da década de 1970. Porém, resumidamente é preciso explaná-lo em dois níveis. Naquela época, no sentido mais amplo, significava todo o perfil de uma faculdade orientada para a teoria, é possível incluir aí, até mesmo Koselleck; no sentido mais estrito esse perfil era voltado para a direção histórico-social de Wehler e Kocka – caso se reduzisse ainda mais o já estrito sentido, a análise final recairia na pessoa e no programa de Hans-Ulrich Wehler. (Nolte, 2015: 70).

Porém, Nolte ressalva que hoje, valendo-se de um julgamento histórico retrospectivo, não se deve deixar enganar ao recorrer a tais auto-estilizações, ou mesmo estendê-las à afirmação de que a “Escola de Bielefeld” seria predominantemente uma “construção”, e isso quando não “um rumor”: “de que o direcionamento da história social, chamada Escola de Bielefeld, não tinha ela mesma conteúdo social”.<sup>12</sup> Certamente, sempre é possível enfatizar os limites, as tensões internas em Bielefeld, começando com a de Wehler e Koselleck. “No entanto, não pode haver dúvida sobre o significado da jovem Universidade de Bielefeld para a história da ciência e da história intelectual da Alemanha Ocidental”. (Nolte, 2015: 72).

A Escola de Bielefeld teve um conteúdo social eminente com o armazenamento de tres gerações em seus quadros. 1ª daqueles que combateram na Segunda Guerra Mundial [*Kriegsteilnehmer*], 2ª da geração que nasceu durante a guerra, mas não a tempo de combater [*später 45*] e a 3ª geração que viveu a reviravolta cultural de 1968 [*älteren 68er*]. Soma-se a isso, uma sólida indústria editorial com revistas, compilações e séries, que são – em termos sociais – nada mais do que marcadores de pertencimento e compromisso; e por último, mas não menos importante: como uma superfície de projeção, na qual até mesmo os céticos irão trabalhar por um longo período de tempo. (Nolte, 2015: 72).

A ciência social histórica de Wehler e Kocka não pode ser separada de Koselleck e Luhmann, Hentig e Bohrer, Böckenförde e Offe. (Nolte, 2015: 70)

---

<sup>12</sup> Essa afirmação foi retirada por Nolte da introdução de Sonja Asal e Stephan Schlack do livro organizado por eles, “Was war Bielefeld?” (Asal & Schlack, apud Nolte, 2015: 7)

#### 1.4 Historiador consagrado

Desde a década de 1990, tornou-se cada vez mais difícil atribuir um campo a Hans-Ulrich Wehler: sua feroz rejeição da nova história cultural e de algumas posições políticas (como a Turquia e o Islã). “No entanto, um novo status de marginal não o ameaçou; seu poder institucional, sua reputação como autor da *Deutsche Gesellschaftsgeschichte* e sua posição pública como intelectual e “decano” não só da história social, mas também da ciência histórica alemã. Desta forma, o cabeça da escola de Bielefeld tornou-se um individualista que era bastante independente (e muitas vezes errático) em favor de suas próprias posições; é possível dizer: a própria “marca” de Hans-Ulrich Wehler. (Nolte, 2015: 155).

Como a historiografia de Wehler pode ser resumida, assim como como seu perfil intelectual? Para os tradicionalistas da década de 1970, ele não era um historiador, mas um sociólogo; para a nova história cultural, simplesmente, um analista estrutural seco. Para Paul Nolte, ambos estão enganados. Wehler sempre narrou histórias, até mesmo de forma altamente dramática, independentemente de quem fosse: Bismarck, ou a classe média educada como uma classe social. “Anônimos” eram as “estruturas e processos” a que a historiografia deveria se dedicar. “Teoria – e depois narrativa; “Os homens fazem história” – e eles retrocedem atrás de imperativos funcionais e condições estruturais sociais: é precisamente nessas tensões que a historiografia de Wehler foi constituída”. (Nolte, 2015: 155).

Wehler tinha uma consciência de forma? Poderíamos dizer, até mesmo uma aversão à falta de forma que perpassa todos os níveis e fases do seu trabalho. Tudo tinha que encontrar seu lugar, tudo tinha que ser sistematizado. Dito de modo bastante simplista: uma série de formulários, os quais buscava preencher de conteúdo. Ele procurava classificar o passado histórico nas categorias “estrutura” e “processo”, mais precisamente em “condições estruturais” e processos de desenvolvimento” (*Strukturbedingungen* e *Entwicklungsprozesse*). No capítulo IV da presente dissertação será possível nos aproximar mais destas categorias utilizadas por Wehler em sua *Deutsche Gesellschaftsgeschichte*. Havia condições estruturais e processos de desenvolvimento da economia, da desigualdade social, da dominação política, da cultura. Ele foi fiel ao sistema de classificação original da história social até o fim. “Um argumento não se movia sinuosamente diante dele, mas era analisado através de uma série de “pontos de vista objetivos”, de modo que sua historiografia se tornou parte de uma cadeia de enumerações



sempre novas”. (Nolte, 2015: 156). Wehler foi um historiador de perspectiva centralizada, da narração autoral, de focalização sintética. E permaneceu como um defensor de uma ciência histórica calcada na realidade. (Nolte, 2015: 157).

“Você fala obscuramente, e nada esclarece ao falar”. Assim, o Senhor Keuner de Bertolt Brecht rejeita o conteúdo de um professor de filosofia que lhe gabava sobre sua própria sabedoria. Como historiador, Wehler falava e escrevia claramente. A ambiguidade era estranha a ele, assim como ao senhor Keuner, talvez até mesmo a repudiasse. (Brecht, 2013: 11)

“História como mera construção aos olhos do espectador? História como uma história de memória, como uma questão de “como se lembra hoje” em vez de “como foi então”? Isso o historiador Hans-Ulrich Wehler não podia fazer”. (Nolte, 2015: 157)

De acordo com Paul Nolte, a visão de Wehler sobre as principais interpretações da história sempre foi profundamente política, de modo que as objeções metodológicas e políticas a seus críticos estavam próximas. (Nolte, 2015: 158).

É possível falar em um impulso moral na obra de Wehler? Sim, especialmente, nos anos iniciais de sua carreira. Não era apenas moral, mas pedagógico também. Wehler estava inserido numa comunidade acadêmica que pode ser caracterizada pela tentativa de autorreflexão dos impactos de uma transição da ditadura para a democracia. Thomas Nipperdey, Hermann Lübke e Odo Marquard trabalharam também neste desafio moral da história. Na década de 1980, o debate em torno das lembranças do nazismo e do Holocausto, “transformou o impulso moral originalmente emancipatório em um projeto simultaneamente nacional e oficial, garantido por historiadores como Wehler através de seus artigos de jornal e outras intervenções”. (Nolte, 2015: 159)

Com base nesta questão moral é possível compreender a preferência dos historiadores em se debruçar sobre o passado alemão, e isso servia-lhes como justificativa num período em que após a ditadura nazista procurava se implementar a democracia. Como já foi dito, o trabalho de Wehler, sobretudo sua *Deutsche Gesellschaftsgeschichte* pode ser vista na continuidade de uma historiografia nacional especificamente alemã desde o século XIX. No prefácio do primeiro volume de *Deutsche Gesellschaftsgeschichte*, ao introduzir sua interpretação do passado alemão, Wehler lembra quatro esforços notáveis de historiadores predecessores que tentaram entender a história alemã nos séculos XIX e XX. As obras de Heinrich von Treitschke e Franz Schnabel ficaram inacabadas. A *História constitucional alemã desde 1789* de Ernst Rudolf Huber também foi mencionada, apesar de ter se tornado mais uma fonte de

informação lexical; finalmente Thomas Nipperdey com a sua obra *Deutsche Geschichte 1800-1866* como padrão contemporâneo à sua própria interpretação. Wehler tem consciência da concorrência entre seu livro e o de Nipperdey apesar da diferença entre problemas, análises e período temporal abordados. “Com Treitschke, Schnabel e Nipperdey, Wehler conecta uma rede de referências internas. No caso de Nipperdey, uma larga trilha de diálogo e intertextualidade através dos volumes”. (Nolte, 2015: 159).

Para Paul Nolte, “o quadro histórico nacional da ciência e da historiografia acadêmica perdeu sua posição de primazia: em favor das perspectivas europeias e globais e ainda mais na dissolução de um enquadramento político-espacial da história, especialmente, na nova história cultural”. (Nolte, 2015: 160).

Quais nomes poderiam ser citados neste período de transição e continuidade: “Os de 45. Uma geração entre fascismo e democracia”. Segundo Wehler, aqueles que nasceram entre 1927 e 1941, incluindo a si mesmo – resultado geracional específico da ditadura, experiência da guerra, derrota e holocausto – marcaram a formação de intelectuais e professores na Alemanha Ocidental por décadas. Figuras representativas como: Jürgen Habermas, Ralf Dahrendorf, M. Rainer Lepsius, Christian Meier, Thomas Nipperdey, Ernst-Wolfgang Böckenförde, Dieter Grimm, Wolfgang e Hans Mommsen. E ainda os mais jovens como Heinrich August Winkler e Jürgen Kocka. (Wehler, 2008, v 5: 188-189).

Hans-Ulrich Wehler transformou fundamentalmente a historiografia alemã desde a década de 1960, mas ele não fez isso sozinho. A história social como uma nova área de abordagem, bem como uma visão de toda a história projetada e praticada por Werner Conze e Jürgen Kocka. Mas, no cruzamento de inovações, Hans-Ulrich Wehler as promoveu, como nenhum outro, com energia intelectual e pessoal, combinando vários papéis: o papel do visionário programático e o prolífico historiador, estudioso solitário e construtor de instituições; do *networker* e o papel do cientista e do intelectual público. (Nolte, 2015: 164).

É possível discernir etapas na vida acadêmica de Hans-Ulrich Wehler? Quais os impactos causados pela sua produção acadêmica? Como Wehler, o historiador, reagiu ao processo de reunificação alemã? Houve mudanças significativa em sua conduta acadêmica devido a este grande acontecimento?

Paul Nolte faz uso de três substantivos para caracterizar a biografia acadêmica de Wehler: “*Außenseiter*, *Mainstreamer*, *Individualist*”. Marginal, representante da tendência dominante e individualista. (Nolte, 2015: 7)

Wehler era muito afeito à “estepe Westfaliana”. Na escrivania de sua casa, sem perturbações externas, ele teve uma notável produção de obras de história digna de menção: livros, artigos, textos para publicação em jornais, resenhas de livros de outros autores e etc. Textos que causaram impacto, por exemplo, “sua interpretação do Kaiserreich como um estado autoritário e, com isso, a raiz principal do nazismo desempenhou um papel importante nas aulas de história das escolas alemãs”. (Nolte, 2015: 8). Sua monumental *Deutsche Gesellschaftsgeschichte*, que cobre três séculos, desde 1700 até a Reunificação em 1990, encontrou no público leitor uma ampla recepção e é considerada uma obra de referência confiável, tanto das condições sociais do início da industrialização, quanto as estruturas de dominação do regime nazista.

Wehler foi um acadêmico que não se entrincheirou dentro da Universidade. Posicionou-se publicamente através de entrevistas em jornais, revistas, programas de TV e rádio e painéis de discussão. Participou energicamente do *Historikerstreit* de 1986/87 sobre a singularidade dos crimes nacional-socialistas. (Nolte, 2015: 8). Wehler não tomava parte em discussões cujos tópicos pudessem logo ser esquecidos no dia seguinte, mas em questões fundamentais de orientação social e cultural, desde que os argumentos pudessem ser aprendidos da experiência histórica. Questões como: a Turquia deve pertencer à União Europeia? Wehler era cético em relação às diferenças culturais e político-religiosas com o Oriente, pois seriam diferenças que remontam à antiguidade. Por que a desigualdade social na Alemanha está aumentando e o que pode ser feito a respeito? Em 2010, o autor desta pesquisa de mestrado, teve a oportunidade de assistir uma palestra de Wehler na Stiftung Demokratie Saarland na cidade de Saarbrücken intitulada “Geschichte der Ungleichheit in Deutschland”, onde alertava para o aumento das diferenças entre ricos e pobres que depois formariam o seu último livro *Die neue Umverteilung: Soziale Ungleichheit in Deutschland* e comparando-as com as condições mais equilibradas das décadas anteriores. (Nolte, 2015: 8).

Tomando-se tudo em conjunto: o efeito produtivo sobre a disciplina, os beligerantes intelectuais públicos, o tecedor de redes e construtor de instituições, e não menos importante, as obras eruditas com o ponto culminante da sua *Deutsche Gesellschaftsgeschichte*, então Hans-Ulrich Wehler foi provavelmente o historiador mais influente da República Federal Alemã e talvez de todo o século XX na Alemanha. (Nolte, 2015: 9).

De acordo com Nolte, Hans-Ulrich Wehler é uma espécie de Habermas da história desde os anos 1970. (Nolte, 2015: 9). O trabalho acadêmico de Wehler, nascido em 1931, pertence a uma geração inconfundível na história alemã do pós-guerra. Uma geração que tinha uma missão política e educacional na República Federal Alemã, que emerge a partir dos escombros do Terceiro Reich. (Nolte, 2015: 10)

O jovem e o velho Wehler. O inovador e vanguardista dos tempos de início de carreira, ao final de sua vida lutou veementemente contra o desenvolvimento da história cultural, que provavelmente envolve uma transformação fundamental de outras ciências humanas e sociais. (Nolte, 2015: 11)

No começo, ele era o *intruso* hostil; em seguida ganhou seguidores, uma parte significativa da disciplina mudou-se para o seu lado, bem como se alterou a situação do discurso político e cultural da República Federal: a partir de fora, a aranha se moveu para o centro da rede, o *Mainstreamer*, durante o curso da década de 1980 parecia quase marginalizar os outros. Porém, mais e mais Hans-Ulrich Wehler se desenvolveu em um *individualista*; bem próximo de se dizer: um solitário. (Nolte, 2015: 12)

A conclusão da colossal obra *Deutsche Gesellschaftsgeschichte*, através da publicação do quinto e último volume em 2008, pode ser vista como uma afirmação do terceiro momento da carreira acadêmica de Wehler. Com certeza, ele não era mais aquele do início da década de 1970, empenhado em impulsionar um incipiente programa que propunha novos caminhos para a ciência histórica. O encerramento da *Deutsche Gesellschaftsgeschichte* apresenta uma interpretação de Wehler da história alemã para si mesmo. Naquele momento, mais uma vez, a ciência histórica alemã se abria para o novo, entretanto, desta feita Wehler preferiu manter uma posição defensiva, em especial, em relação à nova história cultural.

Wehler possuía um temperamento belicista de confronto, mas não foi um revolucionário. Seria mais correto caracterizá-lo como um reformador que buscou a inovação a partir da própria continuidade, não apenas da apropriação e recuperação de tradições esquecidas ou reprimidas, representadas por oponentes e emigrantes nazistas, mas também confiantemente nas tradições mais convencionais de sua própria disciplina. (Nolte, 2015: 13).

[Wehler] tomou uma posição em todas as questões históricas dos últimos trinta e cinco anos, desde o debate do *Sonderweg* até o caso Goldhagen. Muitas vezes era uma posição combativa e um combate que acontecia em duas frentes. De um lado, estavam conservadores variados, apologistas da Prússia e praticantes de uma nova história geopolítica; do outro, os marxistas, *Alltagsgeschichte*, a história cultural e a teoria pós-moderna. (Blackbourn, 2015: 712).

Wehler queria acompanhar o movimento que se fazia nas abordagens das ciências históricas de países como França, Inglaterra e Estados Unidos. Parte de sua geração queria acompanhar a orientação democrática liberal em relação à Europa Ocidental e aos EUA. Talvez, por isso, a história de Wehler desenvolveu um impacto relativamente baixo em outros países e historiografias. Apesar disso, Hans-Ulrich Wehler foi uma poderosa figura de transição na cultura política da República Federal (Nolte, 2015: 13).

Na verdade, uma das qualidades mais atraentes de Wehler foi que ele encorajou os estudiosos, que orientava, a encontrar suas próprias vozes. (Blackbourn, 2015: 708).

Ele possuía uma âncora de apego à “estepe westfaliana” que certamente era a família, mas também tinha uma personalidade muito afeita às rotinas da vida, da qual, por sua vez, beneficiava-se o seu trabalho acadêmico. Em seu dia-a-dia, Wehler levantava-se cedo, nadava na piscina descoberta de Dornberg ou na piscina coberta da universidade e depois sentava-se à mesa e escrevia pela manhã. De acordo com Nolte, a rotina de produção matinal de Wehler lembra a de Thomas Mann. Após o almoço, caso não houvesse aulas e seções, retornava para casa o mais cedo possível, para ler, escrever relatórios, jantar com a família e no dia seguinte repetir a rotina mais uma vez. Sua produção acadêmica se assentava sobre dois pilares fundamentais: tremenda regularidade da rotina diária com a maior redução possível de obrigações externas “Bielefeld combinava com Hans-Ulrich Wehler, seu ascetismo, sua timidez, sua relutância com uma sociedade grande e sua agitação”. Wehler não era renanista, mas era influenciado pelas vitórias calvinistas, e isso não estava longe do estilo protestante sóbrio da Vestfália Oriental. Essa simbiose de vida e trabalho era regra em Bielefeld? Não! Segundo Nolte, essa junção de vida cotidiana aos epistemas só podem ser encontrados no meio acadêmico de Bielefeld com o sociólogo Niklas Luhmann. E mais, de acordo com Nolte, “houve muitos paralelos internos, externos e pessoais entre a Faculdade de Sociologia e a

Faculdade de História nas décadas de 1970 e 1980, mas uma cooperação e comunicação limitadas. (Nolte, 2015:71)

Isso levanta questões sobre a continuidade e o impacto do trabalho de Wehler, bem como sobre o futuro da ciência da história: o que resta? As futuras gerações de estudantes, professores, jornalistas e cidadãos educados ainda lerão Wehler?

As convicções expressadas durante toda a carreira de Wehler, de acordo com John Breuilly, é que o fizeram um “homem notável e historiador influente”. Para Wehler, a argumentação histórica e valores políticos estavam intimamente associados. O “devorador de arquivos”, para utilizar uma expressão de Paul Ricoeur, teria compromissos cívicos como intelectual público. (Ricoeur, 2007: 275). Havia um compromisso de Wehler com a noção de uma sociedade informada por um debate aberto. Por isso, ao final de sua carreira a preocupação do historiador de Bielefeld com a crescente desigualdade na sociedade alemã, especialmente, desde a crise econômico-financeira de 2008 na Europa. Uma forte desigualdade desfiguraria e colocaria em perigo a sociedade. (Breuilly, 2016: e6).

Hans-Ulrich Wehler morreu na sua casa em Bielefeld em 5 de julho de 2014. Ele foi um dos historiadores mais influentes da Alemanha do século XX, um estudioso extremamente prolífico que escreveu cerca de três dúzias de livros, incluindo *Deutsche Gesellschaftsgeschichte* de cinco volumes publicados entre 1987 e 2008. (Blackbourn, 2015: 700)

## 1.5 Ciência social histórica<sup>13</sup> versus historicismo

História social - este é um dos conceitos-chave da intensa discussão de teoria e metodologia, conduzida pelos historiadores da República Federal Alemã desde o final da década de 1960 e que agora está desaparecendo gradualmente. (Wehler apud: Nolte, 2000: 1).

---

<sup>13</sup> Não há uma convenção entre os historiadores versados na historiografia alemã acerca da grafia do nome desta “tendência” historiográfica. Há aqueles que o utilizam com letras iniciais maiúsculas (Ciência Social Histórica), como René Gertz, tanto em textos de sua própria autoria, quanto em traduções do próprio Gertz de textos alemães. Podemos fornecer para o primeiro caso, o exemplo de “O Historicismo e a moderna História Social alemã”. (Gertz, In: Araújo, 2011: 149) e para exemplificar o segundo caso, sua tradução do texto de Jürgen Kocka “Tendências e controvérsias recentes na ciência histórica da República Federal Alemã”. (Kocka, In: Neves, 1987: 48). Existem também aqueles que fazem uso do termo com letras minúsculas (ciência social histórica), como Sergio da Mata em “Elogio do historicismo”. (Mata, In: Araújo, 2011: 51). Optamos aqui por seguir a grafia utilizada por Sergio da Mata.

Por que deveríamos destinar uma seção deste capítulo aos pressupostos da ciência social histórica em uma pesquisa sobre modernidade política no Kaiserreich?

Na construção de uma resposta convincente a tal pergunta, há um conhecido texto de Michel de Certeau que é incontornável e gostaríamos de levá-lo em conta. “toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção socioeconômico, político e cultural”, e ainda, “a operação histórica se refere à combinação de um *lugar* social, de *práticas* ‘científicas’ e de uma escrita”. A operação historiográfica é uma combinação entre um lugar social e uma prática científica (Certeau, 2007: 66). A obra de Hans-Ulrich Wehler está enraizada em uma particularidade e em uma instituição acadêmica do saber: ele e a Escola de Bielefeld são inseparáveis. Como veremos, essa instituição à qual Wehler, o historiador, esteve vinculado influenciou na escolha de seus métodos e até mesmo na concepção dos interesses de pesquisa e nos documentos por ele investigados.

Na Alemanha, a história, enquanto trabalho interpretativo que atribui sentido ao passado através da manifestação de juízo seletivo e valorativo, ou seja, como campo disciplinar acadêmico, é titulada de ciência histórica [*Geschichtswissenschaft*]. (Rüsen, 2010: 68). O termo “ciência” adjetivado por “histórica” pode soar estranho aos não versados em historiografia alemã. Por isso é preciso, com a ajuda de Sergio da Mata, uma explicação prévia acerca desta junção terminológica aparentemente antagônica antes de seguirmos adiante. “O termo *Wissenschaft*, traduzido normalmente como ‘ciência’, manteve no alemão uma vocação bem menos estreita que nas demais línguas ocidentais modernas. Quem quer que faça um estudo sistemático, seja em teologia, seja em estudos literários, seja em história, terá feito *Wissenschaft*”. (Mata, 2013: 72).

Ao longo dos últimos duzentos anos houveram diferentes visões paradigmáticas no interior da ciência histórica alemã. Comunidades científicas de historiadores que percebem o mundo histórico e o ofício do historiador de uma maneira específica, que tomam partido de modo diferente quando confrontados com problemas do tipo: objetividade e subjetividade na pesquisa histórica. Os principais exemplos são: o historicismo e a ciência social histórica. A obra de Hans Ulrich Wehler, nas palavras de Sergio da Mata e Arthur Alfaix “o papa da história social da Escola de Bielefeld”, afilia-se à referida ciência social. (Assis & Mata, In: Koselleck, 2013: 32).

Inevitavelmente, na construção de nossa argumentação, teremos de levar em conta o historicismo. De acordo com Estevão Martins, o historicismo alemão é “a maior contribuição do século XIX, em matéria de concepções da natureza do histórico e da identidade da historiografia”. (Martins, 2007: 46). É exatamente em oposição a essa

tendência que a jovem ciência social faria suas investidas na década de 1960 com intuito de afirmar seus pressupostos. Faremos a análise da jovem historiografia da metade final do século XX contrastando com aquela do século XIX, inspirados por Peter Burke, quando se debruçou sobre a “revolução francesa da historiografia”:

Para interpretar as ações dos revolucionários, contudo, é necessário conhecer alguma coisa do antigo regime que desejavam derrubar. (Burke, 2010: 17)

Na década de 1960 haviam duas concepções da ciência histórica alemã. Os historiadores da então República Federal Alemã se dividiam em grupos discordantes em relação ao historicismo. Por um lado, havia aqueles que se consideravam não só herdeiros da tradição, mas procuravam reforçá-la, a partir dos desafios do presente e, por outro lado, e aqueles que desejavam superá-la e ultrapassá-la. Em suma, dito de modo bem simples, continuidade versus rompimento.

O historicismo foi a escola historiográfica que prevaleceu na ciência histórica de língua alemã, praticamente sem rivais, até o início dos anos 1950. (Martins, In: Malerba, 2007: 47)

Caso fosse possível sintetizar em uma só palavra o edifício de ideias da chamada ciência social histórica alemã, em especial seus primórdios, não seria nenhum exagero fazê-lo, através da palavra: mudança. A motivação daqueles jovens historiadores tinha como principal combustível, um desejo ardente de se contrapor e superar radicalmente as “diferentes tradições do historicismo alemão”.<sup>14</sup> Ultrapassá-lo naquilo que se referia ao método. Deixar para trás a narração factual, o ponto de vista das individualidades e a história política. Na visão dos historiadores sociais alemães, o historicismo esteve ligado por décadas aos representantes do nacionalismo, do imperialismo, e teria laços estreitos com o nacional-socialismo. Propunham como temática central os campos da história: econômico e social. Com base em seu programa político-ideológico eram defensores de uma democratização profunda na Alemanha. Poder-se-ia dizer que o almejado por eles era uma renovação democrática em moldes ocidentais.

---

<sup>14</sup> Ressalte-se aqui que em nenhum momento tentaremos definir o termo historicismo, pois a complexa questão sobre essa tendência historiográfica é muito bem instada por Sergio da Mata, quando diz: “quando se trata de evocarmos a palavra “historicismo”. Não existe qualquer definição consensual do que é, ou do que seria, ou do que foi historicismo”. (Mata, 2011: 49). Cintas da polissemia do termo historicismo, essa expressão de Paul Nolte mostra-se bastante pertinente. (Nolte, 2000: 01).



Para René Gertz, o historicismo fora o bode expiatório, em contraposição ao qual, a ciência social histórica procurou erguer o seu “edifício teórico-metodológico”. (Gertz, 2011: 150). Essa intenção de “enfrentar e superar o Historicismo” foi formalizada pelos historiadores-sociais alemães no início da década de 1970, a própria expressão “Ciência Social Histórica” teria sido utilizada pela primeira vez no ano de 1973. (Gertz, 2011:151). No entanto, é preciso recuar um pouco mais no tempo, se dermos crédito a Jürgen Kocka. Em 1965, através da iniciativa de Hans-Ulrich Wehler são editados os ensaios de Eckart Kehr – historiador alemão que faleceu precocemente exilado em 1933 na capital dos EUA – sobre história social prusso-alemã no século XIX e XX, sob ao provocativo título de *Primat der Innenpolitik* [Primado da política interna]. Kehr fora um dos primeiros historiadores a enfatizar a importância das estruturas sociais e interesses econômicos a influenciar a tomada de decisões políticas. (Kocka, In: Nolte, 2000: 5). De acordo com Estevão de Resende Martins, Kehr, historiador socioeconômico da República de Weimar “antecipa uma história inspirada em uma ‘teoria crítica’ que combina as ideias de Weber sobre a burocracia e a estratificação social com as de Marx sobre o papel do Estado como promotor da dominação de classe. (Martins, In: Malerba, 2007: 57). Na introdução do livro de Kehr, escrita pelo próprio Wehler, pela primeira vez, estão contidas as características seminais do que mais tarde viria a se tornar o programa aperfeiçoado da “ciência social histórica”:

[...] a crítica à ciência histórica tradicional enquanto ideologia estritamente histórico-política ou de modo diluído, histórico-intelectual; a crítica à absolutização da compreensão hermenêutica; a alegação da história social, em um sentido abrangente, como análise histórica da conexão das constituições da sociedade, da economia e da política; a nomeação de Max Weber e Karl Marx; a demanda por "teoria crítica" e o chamado para exercer a ciência histórica também como uma crítica histórica do presente com interesse em um futuro melhor. ‘A história deve, justamente, apresentar um espelho crítico para o presente se não quiser torná-lo mais seguro sob o véu transparente de uma sobriedade histórica ou positivista do presente superior’. (Kocka, In: Nolte, 2000: 5).

Estevão de Resende Martins converge com Kocka quando diz que a publicação de Eckart Kehr demonstra a guinada no vento que sopra sobre a historiografia alemã, levando-a na “direção da história social e à história cultural, integrando o fator econômico na moldura maior do pensamento e da forma de vida”. (Martins, In: Malerba, 2007: 57).

Em suma, de acordo com Kocka, rememorando em meados da década de 1990, essa introdução soou para muitos deles, que ainda eram universitários, como um “sinal eletrizante” e para tanto, quando se quiser falar sobre “Ciência Social Histórica” deve-se refletir, especialmente, sobre o período de tempo compreendido entre a publicação de *Primat der Innenpolitik* [1965] e encontro do movimento em outubro de 1996 na cidade de Bielefeld. (Kocka, In: Nolte, 2000: 5)

Dois anos depois da publicação de *Primat* foi a vez de Hans Rosenberg publicar na mesma direção *Große Depression und Bismarckzeit. Wirtschaftsablauf, Gesellschaft und Politik in Mitteleuropa* [Grande depressão e a época de Bismarck. Processo econômico, sociedade e política na Europa Central]. No fim dos anos de 1960 e início da década de 1970 apareceram uma série de monografias e ensaios programáticos que procuravam alçar-se adiante, com base naqueles trabalhos iniciais. É preciso ressaltar, ainda que pouco articulados entre si, com diferentes matizes e posições, porém com convicções teórico-metodológicas análogas.<sup>15</sup> Estevão de Resende sugere um enfileiramento de publicações acadêmicas de nomes tais como, Hans J. Puhle, Dieter Groh e Hans-Ulrich Wehler. Puhle eleva à condição de protagonistas áreas como política, economia e sociedade ao pesquisar os interesses políticos dos agricultores na Alemanha Guilhermina entre 1893 e 1916; Groh ressalta a importância da socialdemocracia na constituição da Alemanha após a fundação do Reich em 1871 e Wehler cuida do “fenômeno do império alemão como um todo” em seu *Das deutsche Kaiserreich*, publicado em 1973. O assunto principal desses trabalhos não orbita no entorno da esfera econômica, ou, procuram exercer alguma força gravitacional sobre assuntos econômicos, mas na questão do poder, “no problema mais profundo do predomínio social e político dos grupos”. (Martins, In: Malerba, 2007: 57 e 58).

Quais foram as múltiplas razões para essa tentativa de “mudança estrutural da ciência histórica”? Baseado em Jörn Rüsen, é possível falar em um conflito de gerações, pois a troca de gerações no mundo acadêmico coincidiu com uma fase de expansão do universo acadêmico, com isso, a pressão sobre os jovens cientistas diminuiu, ocasionando boas perspectivas de estabelecimento nas universidades das novas modalidades de pesquisa histórica produzidas pela nova geração. O impacto se deu também no ensino de história nas escolas chegando até à “tradição científica do historicismo e o modo de pensar

---

<sup>15</sup> Para uma série destas obras iniciais vide nota 2 do texto de Jürgen Kocka, *Historische Sozialwissenschaft heute*. In: Nolte, 2000: 22).

e trabalhar das ciências históricas, comprometido com ele, sofreram uma crítica integral”. Analisava-se o historicismo como integrante da cultura política alemã que tinha se afastado das tradições democráticas do mundo ocidental. O historicismo agira no déficit de modernização da própria cultura política alemã. Daí a corresponsabilidade para a queda da República de Weimar e a chegada do nacional-socialismo ao poder. Rüsen identifica esse tipo de interpretação do historicismo na obra de Georg E. Iggers *The German conception of History*. (Rüsen, 1987: 24 e 25)

A esta altura de nossa explanação sobre a ciência social história, porque não dizer, em contraposição ao historicismo, parece-nos propício dedicar algumas linhas acerca do contexto em que surgiram e se edificaram tais tendências historiográficas. A “revolução historiográfica”, à qual o historicismo faz parte, deu-se em um mundo contextual onde a burguesia pós-revolucionária buscava seu assentamento no poder. Isto é, o período compreendido entre o Congresso de Viena em 1815 e a consolidação dos grandes estados-nações de 1871. O período de vida de Ranke, Droysen e Mommsen e a publicação de algumas de suas mais importantes obras é algo bastante elucidativo neste sentido:

- *Preußischer Geschichte*. (1847-48) – Leopold von Ranke (1795-1886)
- *Grundriss der Historik*. (1858) – J. G. Droysen (1808-1884)
- *História de Roma* (1854-1856) – Theodor Mommsen (1817-1903)

Pode-se dizer que a ciência social histórica foi beneficiada pelo clima de desorientação causado pela marcha dos acontecimentos históricos das décadas posteriores a Segunda Guerra Mundial. De acordo com o historiador Paul Nolte, a história social conseguiu entrar em evidência “favorecida por uma ruptura geracional na ciência histórica, em grande parte desencadeada por aquilo que acontecia em outros países ocidentais – da França até os Estados Unidos -, e influenciada pelo ‘clima de reformas’ na política e cultura dos anos de 1960”. (Gertz, 2011: 151). Segundo Estevão Rezende Martins, “o historicismo deve ser entendido como reação a uma crise geral de orientação nas principais sociedades europeias, que passavam pelos abalos profundos da Revolução Francesa” e pelo período napoleônico “e viviam o surgimento do novo papel social assumido pela burguesia, propulsada pelo seu poder econômico crescente”. A Revolução Francesa fez luz sobre o fato de que os preceitos da velha Europa não eram mais compatíveis com as novas dinâmicas de poder político (Martins, 2011:26). O que queremos dizer é que tanto, o historicismo, quanto a ciência social histórica são relevantes

exemplos de tendências de estudo e escrita da história que tiraram proveito do contexto histórico para se estabelecerem no universo acadêmico. Ressalvando-se que na segunda metade do século XX “o *Zeitgeist* não conspirava a favor, mas contra o historicismo”. (Mata, In: Araújo, 2011: 53)

Em sua tentativa de fomentar a democracia na Alemanha através da ciência social histórica, “Estratégias de pesquisa e modos de representação antigos continuam a ser usados”, porém, os novos enfoques os relativizam e os colocam em segundo plano, devido a dois entes imperativos: o forte interesse não só da comunidade científica, mas também da opinião pública por essas novas perspectivas. No que se refere à ciência histórica alemã, é possível apontar, de acordo com Jörn Rüsen, na década de 1970 e começo dos anos de 1980, uma nova concepção representativa, “uma matriz disciplinar modificada”: a “História da Sociedade”. (Rüsen, 1987: 27). Kocka, por seu turno, como já referido por nós, diz que uma “mudança profunda” teve início um pouco antes, já em meados da década de 1960. (Kocka, 1987: 43). Em momento oportuno faremos uma distinção tripla do termo “História Social”.

O nacional-socialismo teria provocado uma motivação para se produzir uma ruptura que permitisse uma nova orientação ao conhecimento histórico. Aliado a este ensejo haveria, também, um desejo de se alcançar uma estabilidade na identidade dos alemães. O nacional-socialismo não é mais tratado como um elemento exógeno, isto é, estranho à história alemã, aliás, esta passa ser questionada crítico-cientificamente a respeito de seus passivos que permitiram a ascensão do nazismo. O conhecimento histórico seria capaz de produzir perspectivas para o futuro através da análise crítica do passado. Hans-Ulrich Wehler é tido por Rüsen, em seu ensaio, como um dos representantes mais influentes da ciência social histórica. (Rüsen, 1987: 27). Segue a seguir um trecho da introdução de *Das deutsche Kaiserreich*.

A tarefa emancipatória de uma ciência histórica assim compreendida reside no seguinte: penetrar o nevoeiro das lendas ideológicas e dissolver mal-entendidos estereotipados, demonstrar duramente as consequências de decisões tomadas ou custos sociais de decisões não tomadas, e, por conseguinte, aumentar as chances de orientação racional de nossa práxis de vida e, incorporá-las num horizonte multifacetado de experiências históricas cuidadosamente verificadas. (Wehler, 1994: 12) <sup>16</sup>

---

<sup>16</sup> Tradução nossa. Compare com a tradução de René Gertz em Rüsen, 1987: 28.

Quais distanciamentos poderiam ser apontados em relação ao historicismo? Primeiro ponto de distanciamento com a tradição historicista: “Agora a história não se passa mais primordialmente no plano das interações intencionalmente dirigidas, mas no plano mais profundo das condições e premissas estruturais da ação”. (Rüsen, 1987: 28). De acordo com Rüsen, o modo como a “Histórica da Sociedade” delimita os agentes e suas ações intencionais por essas premissas estruturais de ação, difere totalmente do historicismo, pois neste os agentes teriam importância decisiva.

Para Rüsen haveria uma diferença fundamental entre “História social” (*Sozialgeschichte*) e “História da Sociedade” (*Gesellschaftsgeschichte*). Este último não designaria uma esfera particular da experiência histórica, como a história política, econômica ou das ideias, mas uma visão abrangente da totalidade. “Nesta visão, as diferentes dimensões sincrônicas (economia, sociedade, política e cultura) e diacrônicas (história dos eventos, história das estruturas) da experiência histórica aparecem integradas em uma totalidade provida de sentido” (Rüsen, 1987: 29). Exatamente, o que Sergio da Mata expôs, de modo bastante nítido, na seguinte formulação: uma historiografia anti-historicista “será marcada, necessariamente, por uma dupla ênfase: generalizações contam mais que singularidades; aspectos sincrônicos contam mais que diacrônicos”. Sobre a primeira ênfase, Sergio da Mata salienta que ela se evidencia, em especial, pela valorização excessiva da utilização de teorias, modelos analíticos e conceitos, ao passo que, o resultado da segunda ênfase desenvolveu, em conformidade com sua análise, prioridade na identificação de estruturas em detrimento de eventos (Mata, 2011: 51-52). Em convergência com Mata, para Rüsen, uma marca distintiva desta, então, nova historiografia diz respeito à utilização de teorias históricas. (Rüsen, 1987: 30).

Segundo ponto de distanciamento da tradição historicista: trata-se de uma concepção de história que aproxima a ciência histórica das ciências sociais. É possível ilustrar isso através do próprio título da nova revista destes historiadores: “História e Sociedade” [*Geschichte und Gesellschaft*] subtitulada nos seguintes termos: “Revista de Ciência Social Histórica”. A base habitual de uma “escola histórica” em torno de uma revista foi bastante comum na história da historiografia. Para Estevão de Resende, em seu título e subtítulo estão consagrados a nova tendência teórica da historiografia. Seus índices apontam a reunião do amplo leque de preocupação social de apreensão e crítica do passado, principalmente, o passado alemão. (Martins, In: Malerba, 2007: 57).

*Geschichte und Gesellschaft* pode, em geral, ter sido mais previsível e estreita na gama de artigos publicados do que em *Past and Present*, mas também foi pioneira na história comparada e no estabelecimento de fóruns de discussão. Ela também abriu suas páginas para historiadores com pontos de vista diferentes, talvez o mais famoso, quando publicou a resenha muito crítica de Thomas Nipperdey ao livro *Kaiserreich* de Wehler.<sup>17</sup> (Blackbourn, 2015: 708)

Desde 1975, em quatro edições anuais, essa revista continua sendo publicada nos dias atuais e conta em seu quadro de editores, historiadores como Paul Nolte, Jürgen Osterhammel e Hans-Peter Ullmann. Mais relevante que o próprio título da revista é a constatação de Sergio da Mata de que a criação de *Geschichte und Gesellschaft* e a edição do primeiro volume do léxico *Geschichtliche Grundbegriffe* três anos antes, em 1972, marcam o “desvencilhamento” do historicismo pela ciência histórica alemã na década de 1970 (Mata, In: Araújo, 2011: 51). *Geschichte und Gesellschaft* é a representação institucional da ciência social histórica. (Gertz, 2006: 106). Para Rüsen, nesta revista:

Tema central é a investigação e representação de processos e estruturas de transformação social. No tratamento deste tema, o primeiro plano será ocupado pela análise das estratificações sociais, das formas de dominação política, das evoluções econômicas e dos fenômenos socioculturais; mudança e permanência devem ser consideradas em proporções iguais. (Rüsen, 1987: 29)

Terceiro ponto de distanciamento diz respeito ao ponto de vista formal. A metodologia da nova concepção científica afasta-se da feição predominantemente hermenêutica característica das escolas do século XIX e se torna mais analítica. Procedimentos quantificadores passam a ser utilizados com naturalidade. Há uma aproximação com a revista dos *Annales*, mas seu déficit teórico é criticado. Mastrogregori já afirmou que não existe uma teoria *sistemática* em Marc Bloch e Lucien Febvre, historiadores da primeira geração dos *Annales*. No entanto, após examinar uma vasta gama de textos desses dois historiadores Mastrogregori conclui que sim, existe na obra deles uma formulação teórica e um grande número de *considerações sobre a história*. (Mastrogregori, 2011: 428). Contrariando o historicismo, no interior do qual predominava uma ideia transparente entre unidade e coerência interna quanto à metodologia de

---

<sup>17</sup> Instamos aqui o referido artigo de Thomas Nipperdey por David Blackbourn. “Wehlers ‘Kaiserreich’ Eine kritische Auseinandersetzung,” *Geschichte und Gesellschaft* 1 (1975): 539–60.

trabalho, a ciência histórica passou a se interessar por uma multiplicidade de procedimentos de pesquisa.

Existiria uma aproximação entre o historicismo e a ciência social histórica? De acordo com Estevão Rezende, há um legado da tradição historicista que se materializa na utilização pela historiografia contemporânea de métodos sistematizados e processos de pesquisa que foram consolidados no século XIX. (Martins, 2011:15). Porém, nem tudo no historicismo era questionado. Havia realizações no historicismo que não se podia negar, apesar da antipatia, como por exemplo, as fontes como principal lastro do historiador, mas também uma crítica sobre as mesmas, a noção de mudança do contexto histórico. O desenvolvimento posterior dessas duas posições, do historicismo de um lado, da ciência social histórica de outro, acabou aproximando-as. Na verdade, não existe mais nos dias de hoje aquele antagonismo, a briga já foi deixada para trás e hoje chegou-se à conclusão de que o mais interessante é ver o desenvolvimento do processo como um todo.

Análise da ciência social histórica a partir dos argumentos de um historiador do interior do próprio grupo, Jürgen Kocka.

Nas últimas duas ou três décadas a ciência histórica sofreu na República Federal Alemã mudanças mais radicais do que nos cem anos anteriores (Kocka, 1987, 41)

De acordo com Jürgen Kocka, mesmo os céticos à esta sua expressão, devem admitir que mudanças profundas ocorreram. Os adeptos do historicismo acentuavam a individualidade de fenômenos históricos. E o que isto significaria? “Procurar compreender os fenômenos históricos a partir deles próprios e não os explicar através de teorias”. (Kocka, 1987, 41). No centro destas análises estariam os acontecimentos políticos, em especial, o Estado. Próximo da história política, a história da cultura também tinha lugar de destaque e a história social e a história econômica ficavam em segundo plano. A ciência histórica de traço historicista, como já foi dito, estabeleceu-se e predominou nas universidades alemãs entre 1800 e 1870. Seus preceitos irradiaram para outros países da Europa, chegando aos Estados Unidos e até mesmo ao longínquo Japão.

Quais fatores contribuíram para o surgimento da ciência social histórica? As consequências do nacional-socialismo, influências de outros países e de outras disciplinas como a sociologia e a ciência política, a concorrência entre as duas ciências históricas, a

da República Federal e a da República Democrática e o contexto de ruptura da década de 1960. (Kocka, 1987: 43)

Por que a crítica veemente da ciência social histórica ao historicismo? Não poderia ser de outra forma, já que o paradigma historicista estava profundamente arraigado na Alemanha. Enfoques não-historicistas, de acordo com Kocka, eram bloqueados. Desde a Primeira Guerra Mundial, os historiadores alemães recusavam generalizações e quantificações. Ignoravam as ciências sociais, recusando, por conseguinte qualquer aproximação com suas teorias, modelos e métodos. Opunham-se a tudo o que tinha semelhança com o marxismo e o materialismo histórico.

A centralidade do Estado nos trabalhos dos historiadores foi colocada em cheque pelo nacional-socialismo, pela guerra e pelo colapso da derrota. Era como se os Jovens historiadores conduzissem a tradição ao banco dos réus, criticando-a efusivamente e se abrindo para o Ocidente. Daí a importância do retorno de historiadores exilados, que traziam para casa aquilo com que tiveram contato no exterior, produzindo uma espécie de intercâmbio de ideias. Para Jürgen Kocka, a ciência social histórica era sinônimo de ampliação e diversificação na ciência histórica alemã que estava ficando para trás em relação, por exemplo, a escola dos *Annales*. (Kocka, 1987: 42). Nessa espécie de acerto de contas com o passado alemão, os jovens historiadores estavam interessados sobre o recente passado catastrófico da Alemanha, por exemplo, as raízes para a barbárie nazista deveriam ser identificadas, e se necessário, no longínquo passado alemão.

Influenciados por quem? sobretudo, pela Escola de Frankfurt nas figuras de Adorno, Horkheimer, Habermas. A Escola de Frankfurt exerceu bastante influência sobre a ciência social histórica, porém difusa. Os poucos trabalhos dos membros da Escola de Frankfurt sobre história, propriamente dita, seja no campo das ideias ou da cultura torna muito difícil a atividade de mensuração desta influência. Para Estevão de Resende, Hans-Ulrich Wehler e Dieter Groh reconheceram a influência da teoria crítica em seus trabalhos. (Martins, In: Malerba, 2007: 56)

De acordo com Kocka, três tendências básicas seriam indicativas da mudança profunda:

- a) O avanço do enfoque histórico-estrutural.
- b) A orientação teórica da ciência histórica.
- c) Ascensão da História Social.



Como se daria o enfoque histórico-estrutural (ciência social histórica) em contraposição ao hermenêutico (historicismo)? De um lado, tem-se as estruturas e processos; e do outro, os acontecimentos, ações e biografias de grandes nomes.

Lancemos mão, pois, de quatro exemplos a nós oferecidos por Jürgen Kocka, sobre os quais se debruça o historiador da ciência social histórica na lida diária de seu ofício, um em cada tradicional campo dos estudos históricos ou dimensão da realidade histórica. Nos dizeres de José D'Assunção Barros, “modalidades internas” sob as quais a história enquanto “campo disciplinar” se organiza. (Barros, 2011:27). No campo da política, os historiadores escrevem sobre o processo de parlamentarização ou o desenvolvimento do sistema partidário em vez da biografia de uma personalidade política de destaque. No campo econômico, os historiadores falam sobre industrialização ao invés da fundação de uma empresa. No campo da história social, os historiadores debatem sobre a formação de classes e a desigualdade e raramente um relato sobre a vida de um operário. Por fim, no campo da cultura, os historiadores analisam a “cultura plebeia”, ao contrário de se preocupar com a labuta de um trabalhador.

De acordo com Kocka, estruturas se relacionam com processos, por um lado, acontecimentos se relacionam com ações, por outro, porém eles podem não ser idênticos e não podem ser derivados um do outro. O que os difere é a extensão temporal: “acontecimentos e ações são mais breves do que estruturas e processos”. A primeira dupla pode ser vivenciada e até narrada pelos contemporâneos, já a segunda pode ter uma duração temporal superior ao espaço de uma vida. (Kocka, 1987:44). Para Koselleck, é patrimônio comum às estruturas que suas “constantes temporais” excedam “o campo de experiência” das pessoas envolvidas em um evento. (Koselleck, 2006:136). Outro aspecto relevante observado por Koselleck diz respeito aos elementos constitutivos necessários à narrativa do historiador. No caso dos eventos, a determinação cronológica deve ser mais precisa ao se limitá-los, enquanto, os “fenômenos estruturais” se definem de maneira diferente de anterioridade e posterioridade cronológica. Isso significa que as estruturas sejam “grandezas extra temporais”? Não, Koselleck apenas quer dizer que elas adquirem um caráter processual. (Koselleck, 2006:136).

Há no texto de Jürgen Kocka, um ótimo exemplo desta relação entre estrutura e acontecimento. Não podemos deixar de citá-lo na íntegra aqui, já que versa sobre a formação do Estado-nação alemão no século XIX e a fundação do Kaiserreich através de Bismarck em 1871.

A criação do Império foi vivenciada e narrada muitas vezes pelos contemporâneos: como grande acontecimento, como festa nacional ou como decepção. Em contraposição, o processo de formação do Estado Nacional não podia ser vivenciado desta forma; ele era muito complexo e composto, apresentava diferentes aspectos, que só o historiador, na retrospectiva, podia ligar. (Kocka, 1987:44)

E mais, utilizando-se o enfoque histórico-estrutural para se examinar o processo de formação do Estado alemão no século XIX, investigam-se as condições importantes para a Fundação do Kaiserreich, “mas não a fundação em si”. De acordo com Kocka, apesar de ter contribuído para condicionar o acontecimento de 1871, tal acontecimento jamais poderia ser “previsto” a partir do processo. A Fundação do Kaiserreich não pode substituir o processo de formação do Estado alemão e vice-versa.

A análise das estruturas jamais representa a história total. “Ela não pode substituir a narração de acontecimentos, ações e vivências”. Kocka faz uma ressalva de que ao historiador não basta narrar “ações, vivências e acontecimentos”, a história não se encerra nas ações e intenções do homem, pois haveria uma grande diferença entre as intenções de uma ação e seus resultados. (Kocka, 1987: 45). Para Koselleck, para ‘se apreender o caráter processual da história moderna é o esclarecimento recíproco dos eventos pelas estruturas e vice-versa’. (Koselleck, 2006: 139). Nenhum evento pode ser relatado, nenhuma estrutura representada, nenhum processo descrito sem que sejam empregados conceitos históricos que permitam *compreender* e *conceitualizar* o passado. (Koselleck, 2006: 142)

#### b) A orientação teórica da ciência histórica

A ciência social histórica alemã possui uma tendência à orientação teórica e analítica. Esta orientação está representada no programa e na prática da revista *Geschichte und Gesellschaft: Zeitschrift für Historische Sozialwissenschaft*. Para Kocka, orientação teórica significa “muito mais o emprego flexível dos conceitos, modelos e teorias explícitos destinados à estruturação do objeto, para sua delimitação, para relacionar aspectos parciais e também para a explicação”. (Kocka, 1987: 46)

Teorias de modernização foram usadas para a interpretação do Kaiserreich. (Kocka, 1987: 46). A ciência social histórica possui uma disposição para refletir sobre

sua própria metodologia. Max Weber serviu de modelo e o objetivo era explicitar as decisões conceituais, a fim de torná-las passíveis de discussão e de crítica. (Kocka, 1987: 46). Ciência histórica orientada em teorias pode ser entendida como um esforço que é relevante para a prática.

c) Ascensão da História Social.

Ao se falar em enfoque histórico-estrutural e numa ciência historiográfica orientada em teorias, a que se falar também em História Social. Trata-se de dois pilares fundamentais desta modalidade historiográfica. Nas décadas de 1960 e 1970, a História Social era algo que se aspirava ou se temia. Antes de prosseguirmos, é preciso fazer uma tripla distinção da História Social, enquanto uma dimensão da realidade histórica, história social política ou história social da sociedade.

Em seu primeiro sentido, como campo de estudos históricos, a História Social está tradicionalmente relacionada à história econômica e investiga “o desenvolvimento das classes, estratos e grupos sociais”, história das mulheres, cotidiano e etc. Emprega teorias, conceitos e métodos advindos das ciências sociais. (Kocka, 1987: 47)

A segunda variante da História Social, a história social-política, detêm-se em torno das condições e consequências socioeconômicas da política. Procura destacar aspectos da análise e conflitos envolvidos. Seu enfoque é influenciado pela sociologia política e por tradições marxistas. A obra de Wehler, *Bismarck und der Imperialismus* é um bom exemplo deste tipo de enfoque, pois de acordo com Kocka, Wehler “se preocupa fundamentalmente com a explicação da tendência de Bismarck para uma política externa e colonial expansionista na década de 1880, ou seja, com a explicação de um fenômeno essencialmente histórico-político”. Porém para atingir esse objetivo, Wehler investigou a ação de grupos de interesse e sua influência sobre a política, lançando mão de mudanças no crescimento econômico, na evolução conjuntural, dos conflitos sociais dentro do Kaiserreich, e a outros fatores sociais. (Kocka, 1987: 47)

A terceira vertente da História Social, tem o mesmo sentido de história da sociedade. É uma espécie de história geral, mas não como os manuais antigos que se valiam em grande medida da história política. Uma história da sociedade nestes termos que se preze, levaria em conta também aspectos da econômicos, sociais e culturais. Um bom exemplo é a obra de Wehler, *Deutsche Gesellschaftsgeschichte*, organizada

cronologicamente em torno de quatro “eixos” temáticos, a saber, economia, hierarquia social, dominação e cultura, ou seja, aquilo que Wehler tinha em mente para história da sociedade. Importante ressaltar que os dois primeiros volumes desta empreitada monumental [*Mammutunternehmen*] foram publicadas em 1987. Nesse sentido, essa é uma história que se atém aos conceitos como “industrialização”, “capitalismo”, “desigualdade social” e etc. O próprio Jürgen Kocka destaca que, uma apresentação deste tipo, “só é possível mediante a utilização de enfoques históricos que privilegiam estruturas e processos”. Teorias podem ser utilizadas nesta modalidade da história social: teorias da modernização e teoria weberiana da dominação carismática são bons exemplos. Wehler, por exemplo, utiliza-as para relacionar as mudanças econômicas, sociais, políticas e culturais. Kocka procura distanciar essa História da Sociedade da “historie total” francesa. Naquela não se praticaria apenas uma simples adição de dimensões e capítulos como nesta última. (Kocka, 1987: 48)

Quais são as críticas à ciência social histórica? De acordo com Kocka, essas críticas provêm de historiadores com orientação historicista<sup>18</sup>:

Eles alegam que nas tendências mais novas se esquecem a complexidade colorida e a multiplicidade concreta da história e que esta é reduzida a uma história de teses. Eles criticam as formas histórico-analíticas da descrição e exigem o ‘retorno à narração’. Eles temem uma supervalorização das estruturas e dos processos e destacam a importância da ação dos indivíduos, como a de Hitler na explicação do nacional-socialismo, por exemplo. (Kocka, 1987: 49)

Kocka alerta para o fato de que uma condição para uma apreensão bem-sucedida não é aplicação de métodos e teorias, ou seja, a visão fria e sim “uma certa afinidade, um elo de comunicação específico entre os pesquisadores e a realidade pesquisada”. (Kocka, 1987: 48)

O reconhecimento do vínculo entre estruturas e processos de um lado e vivências e ações por outro, é a receita de equilíbrio para o historiador. A história das estruturas e processos não podem substituir a história das vidas, das mentalidades e das ações. (Kocka, 1987: 51)

---

<sup>18</sup> Embora tal crítica existisse, o que Jürgen Kocka ainda não sabia é que mais tarde, na década de 1990 esse debate se intensificaria com a chegada da “Kulturgeschichte” e da “historische Anthropologie”.

## 1.6 O Desafio da história cultural para a ciência social histórica

Um dos aspectos mais marcantes da historiografia alemã posterior a 1987 foi o aprofundamento da discussão e da disputa entre a história social – até então dominante nas universidades – e a nascente história cultural. (Gertz, 2007: 11)

Teria a ciência social histórica encontrado seu coveiro na figura desafiadora da nova história cultural? Ou esta última representaria apenas um modismo? Nem uma coisa, nem outra, se levarmos em conta o texto de Willibald Steinmetz, “Da história da sociedade à “nova história cultural”.

Fiando-nos em Sergio da Mata, haveria uma crise no modelo de história como ciência social. Para ele, o problema se localiza nas generalizações e com base em Heinrich Rickert, diz que “a partir do momento em que o historiador *privilegia* tais generalizações passa a fazer outra coisa que não história. Um história radicalmente anti-historicista deixa de ser histórica”. Mata ressalta que, em meados da década de 1970, já haviam críticas contundentes à ciência social vindas de autores como Thomas Nipperdey e Hermann Lübbe. (Mata, 2011: 54). Portanto, é preciso ressaltar que nesta última parte do capítulo sobre a *Historische Sozialwissenschaft*, apesar de enfatizarmos o desafio representado pela história cultural, ela não detém a primazia na confrontação com a ciência social histórica. Paul Nolte, baseando-se em Kocka, condensa os quatro vagalhões de críticas que se bateram contra os fundamentos do arcabouço metódico-teórico da ciência social histórica, desde o seu surgimento, a saber: a tradicional história política, história dos gêneros, história do cotidiano e história cultural.

Representantes da história cultural chegaram a declarar que a história social estava superada, que a mudança de paradigma já havia se efetuado. Segundo o próprio Wehler, à época da publicação de *Die Herausforderung der Kulturgeschichte* [1998], essa nova discussão fundamental girava em torno do princípio de que a “sociedade” deva ser substituída pela “cultura”. (Wehler, 1998:7).

Qual foi o núcleo da discussão? O que a história cultural trazia de novo? Suas motivações? Os primeiros desafios para a história social provinham dos historiadores que se debruçavam sobre a história do cotidiano e das mulheres. A acusação de que a “história social não levaria em conta a vivência subjetiva e o agir de indivíduos concretos”. O elemento individual é dissolvido em modelos estruturais, em processos e etc. A exclusão

das pessoas era uma das fraquezas apontadas pelos historiadores do cotidiano. A história social teria deixado de lado questões relacionadas ao gênero, ou seja, na visão dos críticos isso significava que, metade da humanidade estava excluída: as mulheres. Além da crítica direcionada à crença numa modernização em direção ao progresso. São tendências críticas muito díspares, mas é possível condensá-las nas palavras de Clifford Gertz, o homem está “preso em teias de significados que ele mesmo teceu”. Para Gertz essas teias são a cultura. (Steinmetz, 2007: 16)

Em contraposição à aproximação da história social com as ciências sociais, os historiadores da nova história cultural buscaram “teorias e metodologias na antropologia cultural, na linguística e na literatura que atingiam o projeto da ciência social histórica em seu cerne, na sua compreensão da realidade”. (Steinmetz, 2007: 16)

A nova história social apresentaria uma pretensão totalizante. A cultura entendida como uma teia infinita de significados, na qual o homem está enredado, parte para ocupar o lugar do todo que é abarcado pelo conceito de “sociedade” na história social de Wehler. Isso porque, em sua obra magna, *Deutsche Gesellschaftsgeschichte*, a cultura está subordinada aos interesses do poder e da economia. (Steinmetz, 2007: 17). É preciso ressaltar que quando os dois primeiros volumes desta obra foram publicados em 1987, aqueles que fizeram resenha da obra admiraram a capacidade de Wehler em ser proficiente em campos tão diversos como político, econômico e social, porém bem menos no campo cultural. Exatamente sobre esse pilar mais frágil dentre os quatro se concentraria a crítica dos historiadores da história cultural. (Frie, 2004: 12)

Os historiadores sociais se defendiam dizendo que os grandes historiadores culturais em torno de 1900 – de Jacob Burckhardt (1818-1897), passando por Karl Lamprecht (1856-1915), até Johan Huizinga (1872-1945) – anteciparam muitas coisas daquilo que os historiadores culturais assumiriam na virada dos anos 2000 como suas bandeiras. Porém, falar de um “retorno” – “como se na atual história cultural trata-se simplesmente de uma reedição algo modificada significa minimizar as rupturas e as diferenças”. (Steinmetz, 2007: 18-19)

Apesar da dívida com os intelectuais dos anos de 1900, existem desenvolvimentos mais recentes sem os quais a história cultural não poderia ser pensada: o *linguistic turn*. (Steinmetz, 2007: 20). Segundo Steinmetz, a entrada do *linguistic turn* na Alemanha se deu, especialmente, através da história dos conceitos. O resultado desse trabalho é publicação do dicionário *Geschichtliche Grundbegriffe* [Conceitos históricos básicos]

sob a égide de Otto Brunner, Werner Conze e Reinhart Koselleck entre 1972 e 1997. (Steinmetz, 2007: 20)

Alguns críticos como o próprio Wehler acusaram a nova história cultural de se debruçar somente sobre temas periféricos, ignorando os temas que realmente seriam centrais, como desigualdade social, dominação política, força do capitalismo, guerra e violência. Sobre esses critérios de relevância, Willibald Steinmetz oferece um exemplo da insustentabilidade da tese de Wehler, “a iconografia de monumentos de guerra pode não ser menos importante, pois, as imagens nacionais sobre os inimigos mantidas vivas pelo culto aos mortos legitimam a violência”. Além disso, os trabalhos recentes na perspectiva da nova história cultural justamente se debruçam sobre “áreas consideradas centrais pelos representantes da história social política”. (Steinmetz, 2007: 34). O próprio cotidiano da governação durante períodos de paz se torna cada vez mais objeto de estudos histórico-culturais.

Não existe uma solução simples para os problemas levantados pela confrontação. Porém recentemente, após a dura fase de embate entre a ciência social histórica e a nova história cultural parece haver uma tendência ao reconhecimento recíproco. Continuam existindo entre elas diferenças substanciais na concepção de história e nas formas de escrevê-la.

A História da Historiografia (liderada por Rüsen, Jäger e Blanke), a História Global ou Mundial (desenvolvida a partir de pesquisas de Jürgen Osterhammel) e a História cultural (cujo nome mais influente é o de Rebekka Habermas), no que tanto se refere aos nomes, instituições e concepções teórico-metodológicas, estão vinculadas à grande virada encaminhada pela história social nos anos sessenta. (Silva, In: Araújo, 2011: 142).

## Capítulo 2

### O *Sonderweg* na controvérsia historiográfica entre Wehler e Eley

Os conceitos podem celebrar a paz. Mas muitas guerras, internas ou externas, já foram travadas com impressionante crueldade em nome de conceitos: populações inteiras de hereges foram condenadas à fogueira por causa desse ou daquele conceito de santidade ou de Divina Trindade, e soldados de países beligerantes já se entremataram bradando furiosamente o conceito de “democracia”. (Barros, 2016: 9)

Uma série de conceitos desempenhou papel importante na pesquisa dos historiadores sociais alemães nas décadas de 1970 e 1980 sobre o Kaiserreich: modernização e teoria da modernização, imperialismo e imperialismo social, capitalismo organizado, bonapartismo, primado da política interna, *Sonderweg*. (Frie, 2004:11), feudalização da burguesia, parlamentarização, industrialização, democratização, revolução burguesa fracassada de 1848/49. (Ullmann, 1995: 11).

Dentre tais conceitos relacionados acima, o *Sonderweg* ocupa posição de destaque na polêmica teuto-britânica. Ressalte-se que num dos ensaios publicados em 1980 que desencadeiam a controvérsia, o termo está presente em seu próprio título: “Deutscher Sonderweg und englisches Vorbild”. Esse conceito, é obviamente, de fundamental importância para a compreensão da *Sonderwegsthese*. Tese segundo a qual, relembramos mais uma vez, estruturas autoritárias e antidemocráticas existentes no Estado e na sociedade alemã, especialmente na segunda metade do século XIX, teriam atrasado a entrada da Alemanha na modernidade. (Ullmann, 1995: 10).

O objetivo do presente capítulo é identificar no livro *Das deutsche Kaiserreich* (1973), o uso dado por Hans-Ulrich Wehler ao conceito de *Sonderweg* ao longo de sua análise da Alemanha imperial. Como isso será feito? Através da apresentação das principais críticas de Geoff Eley à tese do *Sonderweg*, desenvolvidas no ensaio “Deutscher *Sonderweg* und englisches Vorbild” (1980). Depois faremos uma exposição da argumentação de Wehler contidas em seu referido livro de 1973. À essas duas seções, por assim dizer mais superficiais, seguir-se-á uma seção mais profunda e de estrutura complexa, na qual confrontaremos os dois autores da seguinte forma: a cada uma das proposições de Eley, ofereceremos uma espécie de resposta de Wehler e faremos uma exposição de nossos próprios argumentos a respeito da confrontação. Essas três seções



estão inseridas em uma investigação mais ampla sobre o conceito do *Sonderweg*. Para tanto, um mapeamento do conceito precede as três seções, pois ele já existia um século antes da publicação do pequeno livro de capa azul de Wehler. E um breve esboço do conceito, com as possíveis mudanças em seu uso, sucede as três seções.

A controvérsia entre Hans-Ulrich Wehler e Geoff Eley através de textos publicados na Revista *Merkur* serão analisados na parte final do presente capítulo.

### 3.1 Mapeamento do conceito de *Sonderweg* até 1980

Iniciemos, então, a partir da segunda metade do século XIX, nosso monitoramento historiográfico do conceito de *Sonderweg*, literalmente o “caminho especial”, algo que poderia soar como “o excepcionalismo alemão”, ou “peculiaridades da história alemã”.<sup>19</sup> Nesta época, os historiadores protestantes da Escola Prussiana celebraram o Estado prussiano como um veículo de administração racional voltado para o progresso e abertamente se posicionavam favoravelmente a uma variante positiva da tese do *Sonderweg*. Sumariamente poderíamos dizer que eles enfatizavam as singularidades da história alemã, a qual diferiam orgulhosamente da história da Europa Ocidental. Para eles, a Alemanha não teria apenas uma história única, mas também uma situação geográfica ímpar. Com a tomada de uma consciência nacional alemã, a história da Prússia passava aos poucos a ser um quadro pintado em cores cada vez mais positivas. A Alemanha, capitaneada pelo Reino da Prússia passaria a ver a si mesma como a nação a quem os dias vindouros pertenciam, defender-se-ia do “romanismo” e “bonapartismo” da França, do “eslavismo” da Rússia e do “catolicismo” da Áustria, por um lado, tornando-se uma pujante economia industrial com um exército invencível e por outro, através de sua cultura superior. (Kitchen: 213: 2046). Os historiadores protestantes “viam no Estado-nação dominado pela Prússia fundado em 1871, o resultado natural, inevitável e melhor da evolução histórica da Alemanha desde a Reforma”. (Clark, 2007: xix)

Vejam os apontamentos destes intelectuais em sua perspectiva comparatista: enquanto na Alemanha haveria um intenso estatismo, no Ocidente se encontrariam governos parlamentaristas; a rigorosa ética prussiana em relação ao trabalho em contraste com eudemonismo do Oeste; à “Zivilisation” dos países do ocidente eles contraporiam a “Kultur” alemã; o bem-estar social promovido pelo Estado intervencionista alemão em contraste com o liberal “Laissez-faire” econômico dos governos plutocratas da Inglaterra e França. A submissão dos interesses pessoais à

---

<sup>19</sup> Estevão de Resende Martins parece descrever o *Sonderweg* como “especificidade do itinerário nacional alemão”. (Martins, 2007: 48). É possível encontrar traduções mais simplificadas como “trilha especial” (Evans, 2011: 42), “Caminho particular” (Loureiro, 2005: 20) e há também historiadores que preferem anexar ao termo em alemão alguma frase do tipo “peculiaridades da história alemã”. (Fulbrook, 2012, 169). Na língua inglesa, *Sonderweg* normalmente é traduzido como “special path”. (Clark, 2007: xx). Optamos por manter o termo *Sonderweg* ao longo da redação desta pesquisa, devido à tradução direta “trilha especial”, ou ‘caminho particular’ ser ineficiente em transmitir toda a carga semântica que o termo em língua alemã abarca e a solução encontrada por Estevão Martins ser bastante longa, apesar de bem adequada ao sentido no alemão.

comunidade e o interesse em ideias e valores culturais da Alemanha em contraposição ao comercialismo, utilitarismo e superficialidade de uma sociedade de massas dos países ocidentais; a decadência espiritual do Oeste em divergência com a profundidade cultural dos alemães. De acordo com Jürgen Kocka, essa visão positiva da tese do *Sonderweg* não teria mais qualquer destaque após 1945. (Kocka, 1999: 41)

O discurso de Diederich Hessling, personagem criado por Heinrich Mann – baseado em um tipo humano comum naquela época – para satirizar ferozmente a sociedade guilhermina, é muito elucidativo a respeito desta animosidade entre *Zivilisation* e *Kultur*. Reproduzimos dois trechos a seguir:

Nesse momento Diederich tentou pintar um retrato do império de Napoleão III contaminado pela democracia, e por isso abandonado por Deus. O materialismo crasso, oculto na religiosidade vazia, havia criado um senso comercial inócuo; o despreço pelo espírito acabou por se combinar à aliança natural com o afã mais baixo pelo deleite. (Mann, 2014: 439)

Apesar de ser um texto literário seria um disparate negar que as linhas acima e a seguir capturaram algo real sobre aquela atmosfera bi polarizada do Kaiserreich.

Do país do inimigo de longa data, Diederich gritava, volta sempre a se alastrar a torrente de lama democrática, e somente a masculinidade e o idealismo alemães podem ser o dique colocado diante dela. (Mann, 2014: 441)

Pelo menos no sentido cultural houve uma nação alemã muito antes do Estado-nação fundado em 1871. Os alemães eram fascinados pela ideia de redenção nacional através da *Kultur*, especialmente por meio da arte. Em carta endereçada a seu amigo Paul Amann em 1916, Thomas Mann dizia que somente na música haveria uma solidariedade alemã, nunca no intelecto e na política. “Não somos uma nação igual às outras”. Para ele a Alemanha talvez nem fosse uma nação. (Hamilton, 1985: 262).

Esperamos ter demonstrado, ainda que minimamente, que de início a noção de *Sonderweg* foi saudada como algo auspicioso na história alemã. Porém, voltemos agora nossa atenção para a variante negativa da tese do *Sonderweg* que começou a surgir na década de 1940. Esta versão crítica tinha antepassados de peso, como Helmuth Plessner. De acordo com Reinhart Koselleck, “Plessner foi o primeiro a incluir toda a história

européia para comparar com ela a história alemã”. (Koselleck, 2014: 334). Intelectuais que fugiram ou foram expulsos para o exílio com a chegada do Terceiro Reich ao poder nos anos de 1930, por exemplo, Ernst Fraenkel, Hans Rosenberg, George Mosse e Fritz Stern contribuíram decisivamente para o desenvolvimento de uma nova geração de historiadores e cientistas sociais alemães que cedo conheceram a Europa Ocidental e os EUA, entre eles Karl-Dietrich Bracher, Gerhard A. Ritter, Hans-Ulrich Wehler e Heinrich August Winkler. (Kocka, 1999: 41)

Em essência, a versão crítica da tese do *Sonderweg* tentou responder a uma questão fundamental, a saber: na crise geral do período entre guerras por que a Alemanha – ao contrário de países comparáveis no Ocidente e no Norte – voltou-se para uma perversão fascista e/ou totalitária? Eles interpretaram os principais desenvolvimentos da história alemã, pelo menos desde o século XIX, à luz desta questão. (Kocka, 1999: 41)

Neste ponto, antes de seguirmos adiante, faz-se necessária uma pequena parada para elucidar um aspecto fundamental entre a variante positiva da tese do *Sonderweg* e a sua contrapartida negativa e diz respeito à contextualização das duas perspectivas teórico-políticas divergentes.

A visão positiva do *Sonderweg* foi edificada sob os arautos de uma nação triunfante: a Alemanha bismarckiana. Depois de uma série de guerras vitoriosas contra a Dinamarca, Império Austro-húngaro e a França, na década de 1860, o Estado-nação alemão a muito almejado pode finalmente se concretizar: o Kaiserreich é proclamado na Galeria dos espelhos do Palácio de Versalhes e Guilherme, o rei da Prússia, é coroado Kaiser. É importante ressaltar que essa Alemanha recém-nascida almejaria, ou melhor, exigiria seu lugar cativo ao sol em um contexto de consolidação política e econômica.<sup>20</sup> Aspiração que poderia ser traduzida em fronteiras mais espaçosas e colônias na África e Ásia.

A visão negativa da tese do *Sonderweg* foi produzida, no entanto, sob os escombros da II Guerra Mundial. A geração que pertenceu a nata da ciência social histórica começou seus estudos entre o fim dos anos 1940 e início da década de 1950 na atmosfera da “grande catástrofe”. (Mata, 2011: 52). A motivação para as indagações sobre

---

20 Para Ullmann, o estabelecimento de um Estado-Nação alemão modificou a distribuição de forças no sistema de potências europeu, pois nele a Alemanha buscaria um lugar para si. (Ullmann, 1995: 22).

o Kaiserreich era fornecida por um duro núcleo traumático da consciência histórica alemã, constituído de três elementos principais: o genocídio dos judeus, o regime totalitário nazista (Martins, 2007: 48), e acima de tudo, poderíamos acrescentar por nossa conta e risco, a fragorosa derrota no maior conflito armado da história humana.<sup>21</sup>

Podia-se perceber que aquilo que milhões vivenciaram nos últimos anos da guerra, uma humilhação nacional sem precedente, nunca foi realmente traduzido em palavras, não tendo sido nem compartilhado entre os diretamente atingidos, nem transmitido por eles aos que nasceram depois. (Sebald, 2011: 8)

Em sua obra *The Rise and Downfall of Prussia*, Christopher Clark afirma que em quase todos os diagnósticos da tese do *Sonderweg* pós Segunda Guerra estaria a noção de um processo de modernização incompleto, no qual a cultura política teria fracassado em manter o passo junto da inovação e crescimento no campo econômico (Clark, 2007: xx). Na perspectiva comparatista dos historiadores sociais alemães, além do espírito notadamente militar – a Alemanha dos Guilhermes era, segundo Paul Johnson, “a mais militarizada sociedade da terra”<sup>22</sup> – o Kaiserreich seria marcado pela tentativa de sobrepujar as potências europeias na esfera econômica. Com tal intuito, segundo os defensores da tese do *Sonderweg*, imprimiu-se um processo de modernização marcado, por um lado, pelo ritmo galopante da industrialização, grande crescimento populacional, urbanização e migração interna; e por outro lado, pela lentidão na direção da democratização das instituições estatais, como judiciário, polícia e universidades públicas e foi marcado ainda por forte estratificação social. (Wehler, 1988: 11-18)

Para que se tenha uma noção do peso e penetração da *Sonderwegsthese* no campo intelectual e acadêmico, a título de exemplo, é possível identificá-la na obra de figura com livre trânsito pelo campo da história, Norbert Elias. Na obra, *Os alemães*, é possível

---

<sup>21</sup> Estamos cientes da possível existência de um mecanismo de recalque da sociedade alemã que, ajudou a catalisar todas as forças na reconstrução do país após a Segunda Guerra. Hans-Magnus Enzensberger chama atenção para o fato de que não se compreende “a enigmática energia dos alemães, caso se relute contra a ideia de que eles converteram seu defeito em virtude. A falta de consciência foi a condição de seu sucesso. Ainda que tal mecanismo de ausência de consciência tenha existido, ele foi uma resposta ao trauma provocado pela derrota. (Sebald, 2011: 20).

<sup>22</sup> Segundo Johnson, “mesmo a nova indústria era organizada de maneira militar. As cidades-fábricas cresceram ao redor das cidades-casernas dos reis-soldados Hohenzollern. O exercício militar contínuo afetou as classes empresariais e até os primeiros movimentos sindicalistas dos sociais-democratas, com ênfase exagerada na disciplina. Havia uniformes por toda parte”. (Johnson, 1994: 88)

encontrar a seguinte afirmação do pensador: “Em virtude do padrão específico de desenvolvimento da Alemanha, todas as diferentes áreas rurais e cidades tinham suas “boas sociedades” próprias”. (Elias, 1997: 61. Grifo nosso)

De acordo com Kocka, grande número de autores contribuiu para a tese sem mesmo usar o termo *Sonderweg*. Na língua inglesa, a expressão preferida e provavelmente a mais apta era “divergência alemã do Ocidente”. E faz uma revelação inusitada, de que, “na verdade, o termo *Sonderweg* fora usado pelos inúmeros críticos da tese com mais frequência que seus próprios defensores. (Kocka, 1999: 43)

### 3.2 “Deutscher Sonderweg und englisches Vorbild” (1980)

Na década de 1970, três historiadores, que estavam no topo de um grupo de acadêmicos britânicos, iniciaram a publicação de estudos sobre a história alemã, em especial, focados do final do século XIX até o início do XX: David Blackbourn, Geoff Eley e Richard Evans. (Frie, 2004: 108). Fiando-nos em Jefferies, a publicação, em 1980, por David Blackbourn e Geoff Eley de *Mythen deutscher Geschichtsschreibung* [*Mitos da Historiografia alemã*] promoveu uma primeira quebra no conceito do *Sonderweg*. “Até estes dois volumes, a guilda notoriamente insular [de historiadores alemães] tinha geralmente ignorado estudos britânicos sobre a história alemã, a menos que eles pudessem ser instrumentalizados para fins de propaganda”. (Fischer, 2010: 569)

Como vimos, o debate em torno do conceito de *Sonderweg* já era uma discussão de longa data quando Eley e Blackbourn publicaram o *Mitos*. Podemos dizer que era uma ideia amplamente aceita a de que o processo de modernização da Alemanha seguira uma via própria que começava no final do século XVIII e que ajudaria a explicar a suscetibilidade da sociedade alemã aos ideais nacional-socialistas. Uma questão mais primitiva a se saber, neste debate, por um lado, é se a existência de um caminho particular realmente pode ser provada ou não. No entanto, por outro, uma pergunta mais fundamental ressoa ao longo deste debate, ou seja, saber se o resultado peculiar, nomeadamente do nacional-socialismo, requer ou não requer um compromisso especial por parte dos que estudam a pré-história desse resultado peculiar.

Geoff Eley através de seu artigo “Deutscher Sonderweg und englisches Vorbild” questiona vigorosamente a tese do *Sonderweg*. Na verdade, Eley, como veremos a seguir, por pouco não questiona toda a argumentação dos acadêmicos alemães, porque, primeiramente, o desenvolvimento das democracias ocidentais não seria tão positivo,

como se é levado a crer pelo trabalho destes historiadores baseado no obsoleto estado de pesquisas relacionadas às teorias de modernização estadunidense, e em segundo, não seria prudente levar tão a sério uma perspectiva de unidade do Kaiserreich. Na visão do historiador social inglês, os historiadores sociais alemães teriam constatado muito mais uma específica formação do capitalismo burguês, e não consequentemente um déficit, mas uma variante de modernidade. De acordo com Ewald Frie, para os historiadores Geoff Eley e David Blackbourn, modernidade e eficiência capitalista não estariam necessariamente relacionadas com democratização e participação política, como os historiadores sociais alemães aceitavam a teoria de modernização dos EUA ingenuamente. (Frie, 2004: 108).

O próprio Reinhart Koselleck, reconhece que depois de 1968, a ideologia do “caminho particular” alemão [*deutscher Sonderweg*] se difundiu sem sofrer nenhuma oposição crítica. (Koselleck, 2014: 348)

Para Geoff Eley, a “crença” profundamente enraizada do *Sonderweg* nos estudos sobre o passado alemão, estaria presente em quase toda a historiografia alemã que trata do período entre 1848 e 1945, além disso, poderia ser encontrada em teorias políticas e sociológicas, sejam marxistas ou não. Indica onde encontrá-las nos livros de Ralf Dahrendorf, *Gesellschaft und Demokratie in Deutschland* [1971]; Barrington Moore, *Social Origins of Dictatorship and Democracy* [1966]; Nicos Poulantzas, *Politische Macht und gesellschaftliche Klassen* [1968]; porém, o esboço geral mais importante era o livro de Wehler, *Das deutsche Kaiserreich* [1973], em especial no capítulo “A constelação de 1871” (entre as páginas 19 e 40). (Eley, 1980: 7 e 59).

O grande questionamento de Eley é o seguinte: por que deveria ter existido um *Sonderweg* alemão?

De acordo com Eley, as implicações do ponto de vista do conceito de *Sonderweg* iam muito além da história alemã, pois elas incluíam “semelhantes concepções simplificadas da história de outras nações (especialmente Inglaterra e França) bem como avaliações específicas de desenvolvimento político moderno em geral”. Outra questão implícita no *Sonderweg* diz respeito à burguesia alemã: de que ela seria fraca e “no século XIX ainda não havia conseguido constituir sua própria consciência de classe para lidar politicamente na defesa de seus interesses num conflito direto com o domínio estabelecido da aristocracia rural”. No Kaiserreich, a burguesia teria sido “feudalizada” pela aristocracia, ou seja, a primeira teria aberto mão de seus “desejos emancipatórios” e pretensões na reforma do Estado e se “acomodado à aristocracia dominante e ao sistema

de valores autoritário”. A sua “vontade emancipatória” ou a “mentalidade burguesa-estatal” ficaram pelo caminho, o que na Inglaterra ou na França tinham levado ao caminho do processo de democratização. Tendo seu caminho na política bloqueado, a burguesia alemã teria tomado o caminho dos negócios na economia ou na contemplação artística. (Eley, 1980: 7-8).

Dessa forma, na visão de historiadores dos mais variados matizes, o fracasso da burguesia alemã em tomar o poder teria desencadeado o desenvolvimento futuro da história alemã. Para Lukács a derrota da revolução foi “crucial para o posterior desenvolvimento institucional e ideológico da Alemanha”. Dahrendorf formulou a seguinte pergunta que explicita bem a questão da dificuldade alemã de se entender com um sistema democrático parlamentar: “Por que o princípio da democracia liberal na Alemanha encontrou tão poucos defensores? Nós devemos buscar esclarecer, porque a Alemanha bloqueou a democracia em seu sentido liberal”. A verdadeira continuidade na história alemã diz respeito às “estruturas autoritárias e antidemocráticas no Estado e sociedade”. Essas estruturas autoritárias atrasaram a entrada da Alemanha na modernidade. (Eley, 1980: 8-9).

Segundo Geoff Eley, as considerações contidas na tese do *Sonderweg* a respeito do fracasso de uma modernização do sistema político no Kaiserreich contêm dois pontos de vista problemáticos:

- a) A defesa vitoriosa das posições de poder tradicionais contra a ascensão de novas forças. Ou seja, o fracasso da revolução de 1848 ocasionou a feudalização da burguesia.
- b) Nessa argumentação há também uma interpretação particular de longo alcance nas raízes do fascismo. Ou seja, a grande suscetibilidade da sociedade alemã a políticas autoritárias.

Na primeira observação de Eley sobre as considerações dos intelectuais alemães: eles atribuíam peso decisivo, Wehler em especial, às “continuidades pré-industriais”, isto é, a bem-sucedida defesa das posições de poder tradicionais contra a ascensão de novas forças políticas teria ocorrido devido à fraqueza do liberalismo alemão. A burguesia alemã não fora capaz de lutar por uma reforma parlamentar mais abrangente depois de 1870, pois ela passou a negar seus próprios interesses. O pior para Eley é que essa fragilidade não é esclarecida através dos acontecimentos do próprio Kaiserreich, mas através das tradições ideológicas de uma época pré-industrial que teriam sobrevivido no Kaiserreich. Esses intelectuais enfatizavam o atraso das elites de poder, “que não se



mostraram nem capazes nem dispostas a iniciar a transição para condições políticas e sociais modernas”. Para eles, isso não seria compatível com uma lógica “normal” do desenvolvimento. (Eley, 1980: 9-10).

Na segunda observação de Eley, o fracasso de uma “modernização” do sistema político rastreada pelos historiadores alemães durante o Kaiserreich é responsabilidade da burguesia no período entre 1848 e 1871. O problema do nacional-socialismo (como um problema maior da história alemã) é assim redefinido no próprio problema do atraso político, isto é, no problema de uma sociedade, em que as consequências da formação tardia do Estado-nação, do atraso da industrialização, dos efeitos da ausência da revolução burguesa e da parlamentarização, estreitamente interligadas entre si, constituiu o freio decisivo da democratização política e da emancipação social. Aqui se desenvolve uma explicação para o nacional-socialismo através de uma notável diferença em relação às estruturas profundas das outras “democracias ocidentais”, onde a suposta ausência da revolução burguesa desempenha um papel fundamental. Em outras palavras, a tese dos historiadores alemães dependeria em grande parte do conceito do “*Sonderweg* alemão”. (Eley, 1980: 10).

Nesta altura da crítica de Eley, em especial destinada ao trabalho de Hans-Ulrich Wehler, é importante lembrar que na interpretação de Wehler, o Kaiserreich se caracterizaria por uma estranha mistura de, por um lado, industrialização capitalista altamente bem-sucedida e modernização socioeconômica e, por outro, a sobrevivência de instituições pré-industriais e das relações de poder e culturais. (Kocka, 1999: 42)

### **3.3 *Das deutsche Kaiserreich: 1871-1918* (1973)**

As críticas de Geoff Eley direcionadas à Hans-Ulrich Wehler, como dissemos, são baseadas no livro do historiador alemão chamado *Das deutsche Kaiserreich*, publicado em 1973. Um problema fundamental da moderna história alemã era destacado por Wehler já na introdução da obra: o significativo *Sonderweg* dos alemães, sobretudo desde fins do século XVIII. Este problema precisava ser esclarecido. Wehler estava interessado em equacionar os sérios obstáculos, que na sua visão, travancaram o desenvolvimento da sociedade alemã do Kaiserreich rumo a uma sociedade liberal e democrática. Uma resistência de consequências fatais, pois apenas uma dúzia de anos separa o fim do Kaiserreich da “tomada do poder” por Hitler. “Sem uma análise crítica desse fardo

histórico, que em especial se tornou mais pesado no Kaiserreich, o caminho em direção à catástrofe do fascismo alemão não se deixa iluminar”. (Wehler, 1988: 11-12)

Esse peso, que na tese defendida por Wehler, impediu o florescimento de uma Alemanha moderna completa. Um país moderno na visão de Wehler, além de industrializado deveria ser também uma democracia parlamentar. Em sua análise, o sistema de dominação política [*Herrschaft*] ocupa o ponto central. A estreita ligação com a “defesa das posições de dominação tradicionais pelas elites pré-industriais contra o assalto de novas forças” perpassou não só os quase cinquenta anos de existência do Kaiserreich, mas chegou até 1945. Em suma, Wehler vê uma continuidade entre 1871 e 1945. (Wehler, 1988: 14)

Após a exposição dos argumentos do historiador britânico e do alemão, parece óbvio simplesmente levar a termo um veredito condenando a análise de Wehler, diante da crítica de Eley. Sem dúvida, a análise de Wehler se trata, no mínimo, de uma abordagem problemática, senão teleológica. No entanto, é preciso ter em mente o contexto de produção do livro. Os anos iniciais da década de 1970 pertencem ao período de pós-guerra. Era preciso uma explicação histórica que desse conta do fenômeno do nacional-socialismo, do genocídio e da derrota total.

A história é necessariamente escrita e reescrita a partir das posições do presente, lugar da problemática da pesquisa e do sujeito que a realiza. (Reis, 2007: 9)

O presente com seus dilemas é quem orienta as perguntas ao passado. Wehler investiga a história alemã em busca de respostas que possam explicar a ascensão e queda do nacional-socialismo. Nesta perspectiva, o *Sonderweg* perde a aura positiva dos historiadores de fins do século XIX. Ele não quer fazê-lo através da tradicional narrativa dos eventos e grandes acontecimentos políticos. Não quer narrar, quer analisar, nos moldes de uma ciência social histórica. De modo inequívoco, todavia, as dúvidas perante essa discussão de continuidade também se relacionavam com a inimizade da teoria e a pobreza da teoria da historiografia alemã.

Para Wehler, a Alemanha de antes de 1914 não era tão perfeita, quanto a República de Weimar e o Terceiro Reich faziam parecer ser. Ele quer denunciar o estado de coisas, não só no Kaiserreich, mas também antes dele. De modo inconfundível, o período de fundação do novo Estado alemão, de 1866 a 1879 tem também o caráter de

uma fase de incubação, na qual sobre muito se decidiu, muito foi fixado, que por longo tempo se manteve. Apesar de uma modernização econômica bem-sucedida, sem a formação de uma constituição social-liberal, ergue-se, no entanto, problemas de longo prazo, que dificilmente poderiam ser resolvidos através do desenvolvimento pacífico.

A crítica de Eley à Wehler, de que na visão deste último a democratização seria uma espécie de par automático da industrialização não é justa. Já na introdução de seu livro, Wehler esclarece que tem ciência de que democratização não é algo automático, e defende que a democracia é a “constituição adequada ao desenvolvimento socioeconômico e das ideias políticas da modernidade”. Algo que tinha de ser alcançado necessariamente através do embate entre as forças sociais. Na visão do historiador de Bielefeld, essa sincronização não era automática, mas devemos admitir, necessária ao desenvolvimento socioeconômico e frustrada até o final do Kaiserreich. (Wehler, 1973:17). Na maioria dos países desenvolvidos, em vez de uma sincronização entre democratização e industrialização, o que se vê é que industrialização e a burocratização estão ligadas em uma dependência funcional mútua. (Wehler, 1973: 228). Podemos encontrar também no balanço final do livro, a seguinte ressalva de Wehler:

É verdade, que, industrialização e democratização não andam de mãos dadas.  
(Wehler, 1973: 228)

Em suma, para Wehler o verdadeiro dilema da política alemã no Kaiserreich se coloca na relação real de forças dos antagonistas sociais. “Uma modernização parcial sob égide conservadora também foi possível no caso do Kaiserreich, porém, à custa de enormes disparidades na estrutura social e de poder com consequências até 1945”. Devido a isso, e não somente à guerra mundial perdida, a sua liderança arriscou conscientemente na fuga de suas mudanças internas, a Alemanha imperial se despedaçou. “O desencadeamento da guerra, derrota e revolução, que selou seu fim, resultaram da incapacidade de se adaptar sua estrutura política e social às condições de um estado industrial moderno em tempos de paz. (Wehler, 1973:17-18).

### **3.4 Proposições de Eley, respostas de Wehler e nossos acordos**

**Primeira proposição de Eley:** relativizando a ideia de Revolução fracassada.

*Primeiro*, apesar de tudo, houve uma revolução burguesa bem-sucedida na Alemanha no século XIX. Ela não tem a forma de uma autêntica batalha entre aristocracia e burguesia, durante o qual essa última, em seguida, assumisse o poder no lugar da monarquia tradicional no Estado substituindo-a por uma democracia parlamentar. Mas afinal de contas, certamente, essa revolução não ocorreu desta forma em nenhum outro lugar da Europa, na Inglaterra do século XVII, e igualmente na França em 1789. Essa concepção da revolução burguesa, segundo a qual a burguesia rebelde realiza triunfantemente seus interesses de classe num programa de democracia liberal heroica, é um mito. (Eley, 1980: 54)

A tese de Eley sugere que é preciso compreender um complexo mais amplo de mudanças quando se avalia a revolução burguesa de 1848 na Alemanha, ao invés de um específico processo político de reforma democrática. Podemos perceber claramente a tentativa de Eley em suavizar a ideia de uma revolução política fracassada nos moldes defendidos por Wehler, através do deslocamento do foco dos estudos, antes nas origens e motivações da revolução para a sequência real ou objetiva dos acontecimentos. Porém é preciso recordar que entre 1815 e 1848, uma burguesia cada vez mais autoconfiante despontava-se para liderar a nova ordem social industrial que vinha se desenvolvendo na Alemanha. A própria industrialização era vista não apenas como a causa de todos os males sociais, mas também como solução. A partir da década de 1860, as indústrias absorveriam o desemprego em grande medida e a condição de vida da classe trabalhadora melhoraria significativamente. Se Eley gostaria de entender a revolução levando-se em conta um espaço temporal onde as mudanças teriam se desdobrado, no entanto, é impossível negar que o dinamismo do novo se chocou com a imobilidade do velho no período do “pré-março”. Basta para isso lembrar da repressão implacável do sistema de Metternich. Para Hobsbawm, foi a mais ampla e a menos bem-sucedida das revoluções. “O ano das revoluções permanece sozinho, uma abertura, mas não a ópera principal, um portal cujo estilo arquitetônico não leva a esperar o que se encontra após atravessá-lo.” (Hobsbawm, 1996: 29)

Em suma, para Geoff Eley, os resultados da revolução foram significativos. Em sua visão, a Alemanha da década de 1850 é diferente daquela do “pré-março”. Essa foi uma revolução com importantes consequências políticas. As relações feudais sobre a terra foram abolidas e não retornariam mais, é verdade. A organização da vida econômica seguiu adiante sob princípios liberais.

Um quarto de século após a publicação de *Mitos da historiografia alemã*, interpretações relativizadas como a de Geoff Eley se tornaram comuns na historiografia que de algum modo lida com a revolução burguesa de 1848 na Alemanha. Podemos sugerir o exemplo de Christopher Clark em seu *Reise and Downfall of Prussia* [2006]. Clark defende que houve avanços políticos após 1848, apesar dos fracassos da revolução, ou melhor, recomenda até mesmo não se pensar nas revoluções como um fracasso. A década que começou em março de 1848 testemunhou uma profunda transformação na prática política e administrativa, uma ‘revolução no governo’. (Clark, 2007: 501). Poderíamos chamar atenção para a questão central do sufrágio universal, que era restrito aos homens, desigual e indireto. O famigerado *Dreiklassenwahl* regido pela quantidade de impostos pagos por cada eleitor, onde cada classe votava por um terço dos eleitores, pode ser considerado um avanço se comparado a outros Estados europeus. “A base para o que mais tarde seria chamado de ‘nova era’ do ressurgimento liberal depois de 1858 já podia ser discernida dentro do sistema constitucional forjado pela revolução. (Clark, 2007: 502). A Revolução colocou o Estado da Prússia em um novo patamar fiscal. (Clark, 2007: 504). As revoluções de 1848 provocaram uma transição para um manejo mais organizado, pragmático e flexível da imprensa do que a norma na era da Restauração. Na Prússia, como na maioria dos Estados europeus, a expansão da impressão política e do público leitor politizado que tinha tomado lugar durante a revolução provou-se irreversível. (Clark, 2007: 507).

Em obras ainda mais recentes, essa questão da revolução de 1848 sofre uma complexificação na questão de número, pois ela não é mais tratada no singular, mas sim no plural. Isso mesmo: não teria havido uma, mas diferentes revoluções. “Os eventos ocorriam entre e dentro dos estados. Em um Estado como a Alemanha, 39 revoluções explodiram em reinos como a Prússia ou a Baviera e em estados pequenos, como os principados da linha antiga e da linha jovem dos Reuss”. (Steinberg, 2015: 115). “Não houve uma revolução na Alemanha em 1948, mas várias”. (Kitchen, 2013: 2155).

Em relação às fontes historiográficas que versam sobre o Kaiserreich, mesmo aquelas publicadas após a virada do século XX para o XXI, só uma certeza é clara e cristalina, a falta de convergência e as vezes até mesmo uma ausência total de consenso. Uma constatação que guarda estreita distância daquele axioma de Bertolt Brecht em sua peça *Um homem é um homem*, “de todas as coisas certas, a mais certa é a dúvida”. Vide o caso da censura para Christopher Clark e Martin Kitchen. Para este último, nos anos seguintes à Revolução de 1848, as reformas constitucionais foram paulatinamente

revogadas. Em 1854, a entrada em vigor de uma lei restringia severamente a liberdade de imprensa e de reunião em todos os Estados Alemães. Na visão de Kitchen, nos anos de reação a Prússia era um Estado policial, porém apesar de reacionário, o governo aprovou uma quantidade razoável de leis sociais como controle do trabalho infantil, inspeção de fábricas e medidas de saneamento. Já para Clark, uma característica central da transição entre 1848 e 1871 foi o abandono da censura. (Clark, 2007: 506).

### **O que diz Wehler sobre a Revolução fracassada**

Inquestionavelmente, Hans-Ulrich Wehler lida com a Revolução de 1848 como um fracasso. Se deixarmos de lado o estrondoso título da obra de Blackbourn e Eley – *Mitos da historiografia alemã* – e concentrarmos-nos em seu subtítulo – “A revolução fracassada de 1848” – é de se estranhar que no primeiro capítulo do “livrinho azul” de Wehler: “A constelação de 1871” [entre as páginas 19 e 40], apenas uma vez a Revolução é nomeada como fracassada [*gescheiterte Revolution*], na página 30. Wehler não está interessado no fracasso da revolução em si, mas nos desdobramentos deste fracasso. Observemos o seguinte trecho retirado do capítulo a que nos referimos:

Mas como desde 1848, ‘o veneno de uma crise prolongada e instável’ circulou no ‘corpo do povo alemão’, nenhum ato de emancipação original dos estratos politicamente maduros do povo estava postado diante da entrada do novo edifício estatal, mas o Estado prussiano autoritário se expandiu com deslumbrantes sucessos para o Reich alemão de 1871. (Wehler, 1973: 40)

O foco dos dois historiadores incide sobre os desdobramentos da Revolução de 1848, porém, de modo distinto, enquanto Geoff Eley quer destacar a existência de mudanças benéficas nas décadas posteriores à revolução não fracassada, Hans-Ulrich Wehler, por sua vez, intenta afirmar a expansão maléfica de uma Prússia autoritária [*Obrigkeitsstaat*] nas décadas entre 1848 e 1871. As mudanças benéficas a que Eley procurar lançar luz, para Wehler não passavam de “uma política de compensação paternalista para com os estratos dependentes. Por necessidade, os grupos de liderança colocaram em vigor uma série de medidas de bem-estar para os camponeses, artesãos, trabalhadores da indústria e suas crianças”. (Wehler, 1994: 30)

Em 2002, mesmo após duas décadas do *Sonderwegstreit*, o Professor Hans-Ulrich Wehler não arredaria pé de sua convicção, quando vociferou sua rejeição à Prússia no título de um artigo publicado no *Frankfurter Allgemeine Zeitung*, a “Prússia nos envenenou. Uma sorte que ela já acabou”. Mais uma vez, valendo-se da metáfora do envenenamento. (Clark, 2007: xxii).

Vamos procurar elucidar as raízes profundas deste posicionamento de Wehler com mais clareza em seu livro de 1973, com base nos três “desenvolvimentos” do capítulo da “Constelação de 1871”. Neste capítulo de abertura, ele procura traçar o entrelaçamento das três circunstâncias principais, que em sua visão, formavam a situação geral de 1871: revolução agrícola, revolução industrial e fundação do Estado.

Revolução agrícola. Apesar da Revolução de 1848, o tradicional estrato dominante de latifundiários aristocráticos conseguiu manter sua posição senhorial na esfera social, política e econômica graças à revolução agrícola. “Firme na sela”, os grandes proprietários rurais adentraram na década de 1860. “Eles se beneficiaram das realizações do estado militar prussiano e da política bismarckiana, habituada ao poder e prestígio”. O primeiro lugar foi concedido por eles à burguesia somente na economia industrial. (Wehler, 1973: 24)

Revolução industrial. O modelo industrial clássico na análise de Wehler era, indiscutivelmente, a revolução industrial britânica, inclusive, a revolução industrial alemã precisou encontrar soluções que substituíssem as realizações originais na Inglaterra, pois elas não se apresentaram da mesma forma na Alemanha. Por exemplo, diferentemente da Grã-Bretanha, onde a acumulação de capitais que possibilitou a industrialização se deu de modo espontâneo, nos anos de 1850 e 1860, os grandes bancos “D” alemães forneceram, desde os primeiros anos, o capital financeiro necessário para a promover o avanço industrial alemão: Disconto Gesellschaft, Deutsche, Dresdener e Darmstädter Bank. (Wehler, 1973: 27 e 28). Para se ter uma noção do resultado bombástico dessa injeção de capitais, tomemos como exemplo o setor líder da industrialização alemã: a ferrovia. Nas referidas décadas posteriores a 1848, as linhas de ferro alemãs duplicaram, passando de aproximadamente 6.000 para cerca de 11.500 km. Em 1858, a Borsig entregou a milésima locomotiva. (Wehler, 1973: 26)

Quando Wehler se refere ao “desenvolvimento” da Fundação do Estado-nação alemão, ele compreende com esta expressão temas da política interna como “reação, liberalismo e conflito constitucional”. De acordo com Wehler, de todas as classes sociais, a burguesia sofreu em 1848, quanto à uma corresponsabilidade política, “uma chocante e

inesquecível derrota”. (Wehler, 1973: 30). O debate sobre a reforma do exército prussiano durou de 1861 a 1866, não foi planejado como um “conflito constitucional”, mas neste embate entre “parlamentarismo burguês e Estado militar autoritário absolutista”, a burguesia fracassou de novo, pois a área de comando militar não passou a ser controlada pelo Reichstag. (Wehler, 1973: 31)

Dito de modo condensado, a estrutura do Estado autoritário [*Obrigkeitsstaat*] com seus assuntos militares autônomos permaneceu intocado em seu núcleo. (Wehler, 1973: 34).

Contra as poderosas tendências da época, as forças aristocráticas, militares e agrárias celebraram o triunfo da saída vitoriosa de sua agressiva luta defensiva. Sob esses augúrios, a história do novo Reich começou. (Wehler, 1973: 40)

### **Nossos acordos sobre a Revolução de 1848**

Houve uma revolução alemã em 1848!

Houve avanços e impactos positivos, é inegável, contudo ela falhou no essencial.

O duplo objetivo era ambicioso demais: os liberais alemães queriam criar, ao mesmo tempo, um Estado-nação e um Estado constitucional. Unificação alemã e regulamentação constitucional através da responsabilidade parlamentar sobre o governo, nem uma coisa nem outra foram alcançados. “A Constituição de 1867 e 1871 ainda era uma aliança de príncipes alemães que tomavam para si a proteção do povo alemão”. (Koselleck, 2014: 343).

Os príncipes alemães nunca cederiam à demanda liberal de centralização das decisões políticas no parlamento alemão, o Reichstag. Reinhart Koselleck ressalta que “as estruturas de longo prazo da história alemã nunca foram nacionais; sempre tiveram uma orientação federalista”. (Koselleck, 2014: 343). O federalismo era o modelo que permitia o trânsito paradoxal dos príncipes e estamentos, simultaneamente, como membros da “constituição do Reich e regentes autônomos na Europa, fora do Reich”. (Koselleck, 2014: 339).

A revolução, ou se preferirem, as revoluções, de 1848 não foram um “momento decisivo que a história alemã não conseguiu ultrapassar” (A. J. P. Taylor), mas uma constelação de crises, através das quais atores, grupos e partidos políticos surgiram e se transformaram. Tudo isso em numa época de mudanças extraordinárias. (Fulbrook, 2016: 132).



**Segunda proposição de Eley:** o erro de se considerar a burguesia do Kaiserreich politicamente fraca ou imatura.

Em outras palavras, é necessário finalmente entender que o Estado naquele tempo é de fato compatível com a realização adequada de interesses cívicos legítimos. O Kaiserreich não era um Estado irrevogavelmente atrasado ou arcaico dominado por interesses e valores “pré-industriais”, “tradicionais” ou “aristocráticos”, mas foi criado à força entre 1862 e 1879 a partir da necessidade primária dos emergentes interesses capitalista-burgueses capazes de produzir condições favoráveis. (Eley, 1980: 54-55)

### **O que diz Wehler sobre a força política da burguesia**

Para Wehler, uma grande expansão prussiana teria realizado o desejo liberal da burguesia constituir um Estado-nação. Como já foi dito, esta era uma bandeira de longa data das classes médias. A unificação da Alemanha pela guerra e a superação de seus problemas internos através da guerra acabaram por colocar a burguesia numa situação defensiva em relação à aristocracia rural. Não houve apenas uma “revolução de cima”, mas também uma “reforma de cima”. Isso significa que o grupo que liderou a Fundação do Kaiserreich, conduziu também todas as reformas subsequentes. Em suma, as elites poderosas eram as responsáveis pelas importantes decisões tomadas no Kaiserreich. (Wehler, 1973: 37)

“Revolução de cima” é um conceito da historiografia alemã para expor as principais reformas por parte dos governantes que pretendem impedir uma temida revolução ou que designa uma mudança fundamental na estrutura político-social. O termo foi cunhado no século XIX por Friedrich Engels e adotado por historiadores alemães na década de 1970, especialmente por Hans-Ulrich Wehler, Ernst Engelberg e Michael Stürmer.

A “Revolução de cima” promovida pelo “Estado principesco esclarecido”, na verdade, levou o povo à um “beco sem saída”. O que a princípio se apresentou como uma vantagem, acabou com o tempo se mostrando uma desvantagem. (Wehler, 1973: 39).

### **Nossos acordos sobre a força política da burguesia**

Depois de 1871, o interesse pela parlamentarização diminuiu na burguesia liberal, na mesma medida em que ela começou a se sentir duplamente ameaçada: pelo catolicismo político, de um lado, e o fortalecimento do movimento trabalhista, de outro. Hans-Ulrich Wehler e Geoff Eley gastaram bastante tinta se referindo às elites tradicionais, à burguesia e etc., mas uma palavra sobre os trabalhadores industriais, ainda que breve, precisa ser registrada aqui. O movimento da classe trabalhadora alemã não se contentaria em dividir a Alemanha em um norte dominado pela Prússia e em um sul dominado pela Áustria. O movimento operário foi influenciado em grande medida por Karl Marx e Friedrich Engels em prol da noção de uma “grande Alemanha”, enquanto um dos fundadores da socialdemocracia alemã, Ferdinand Lassalle, representava a posição da “pequena Alemanha”. Em suma: nenhuma alternativa ao Estado-nação teria encontrado apoio suficiente na sociedade alemã de 1848.

**Terceira proposição de Eley:** as limitações do desenvolvimento parlamentar-democrático do Segundo Reich.

De nenhum modo, podemos estabelecer uma conexão “natural” ou “lógica” entre uma sociedade capitalista e uma política democrática liberal. Uma vez que se começa a admitir essas coisas, o próprio vocabulário da historiografia alemã torna-se supérfluo, especialmente, o “desenvolvimento ausente” e a “discrepância” entre desenvolvimento econômico e atraso político. (Eley, 1980: 56)

As considerações de Geoff Eley com relação às forças internas na formação social alemã. Lança questões complexas do tipo: quais seriam as condições em que uma sociedade capitalista e burguesa poderia se reproduzir com sucesso? Quais foram os fundamentos políticos e ideológicos para o capitalismo alemão de sucesso? Como poderia um sistema político liberal ser criado? Eley admite que, de fato, as práticas das mais poderosas facções do capital alemão tinham sido extremamente reacionárias, levando-se em conta os padrões de uma socialdemocracia madura ou um estado corporativo em funcionamento. Porém, isso não significaria, é claro, que o poder do grande capital tenha excluído, automaticamente, uma forma de governo liberal-democrata. (Eley, 1980: 55-56).

**O que diz Wehler sobre o desenvolvimento parlamentar-democrático**

Para Wehler, houve uma falha elementar na construção da “democratização fundamental” no Kaiserreich. A discriminação ininterrupta da oposição é marca distintiva do Kaiserreich, e foi também uma das condições de sua queda. Até 1918, de certo modo, a oposição política não foi legalizada. O Partido social democrata esteve banido por mais de uma década. Somente as sociedades industriais poderiam escapar desta petrificação institucional, pois na visão de Wehler, sociedades industriais são dinâmicas. (Wehler, 1994: 78).

As tradições de dominação inquebráveis das elites de poder pré-industriais, o prolongamento do absolutismo no sistema militar, a fraqueza do liberalismo e o início precoce das medidas de desliberalização, as barreiras contra a mobilidade social, a peculiar sobrecarga de diferenças e normas de estamentos, o espírito aristocrático como característica básica do sistema educacional, que resultaram da fraqueza política e das derrotas da burguesia no século XIX, significaram uma despolitização superficial, mas favorecendo com isso o status quo em camadas profundas – todos esses fatores são apresentados por Wehler como meros exemplos que tiveram importância durante uma fase de desenvolvimento histórico sem uma revolução, quando foram novamente fortalecidos pela legitimação da política de Bismarck. (Wehler, 1973: 235)

### **Nossos acordos sobre o desenvolvimento parlamentar-democrático**

Bismarck tinha utilizado uma tática de governo pseudodemocrática, movendo-se num tabuleiro de xadrez e com o apoio de confiáveis eleitores conservadores no intuito de derrubar o sistema parlamentar através do sistema parlamentar.

**Quarta proposição de Eley:** reconsideração das concepções estabelecidas sobre a continuidade na história alemã.

[...] Trabalhos recentes tendem a assumir uma continuidade linear exagerada entre o século XIX e os anos de 1930, a fim de ancorar o nacional-socialismo mais firmemente no passado alemão. Sim, essa interpretação nega a autonomia específica do Kaiserreich, que é degradado a uma espécie de estágio intermediário entre uma origem “prussiana” autoritária e o resultado do nazismo. (Eley, 1980: 56)

Para Geoff Eley, o problema desta perspectiva linear no trabalho de Wehler é que ela nega a autonomia específica do Kaiserreich, que é relegado a uma espécie de fase intermediária entre uma origem da Prússia autoritária e o resultado do nazismo. Em suma, esse lugar intermediário onde o Kaiserreich é colocado, esconde as consequências desencadeadas por desenvolvimentos internos na conjuntura política sob Bismarck e Guilherme II. (Eley, 1980: 56).

Eley é enfático na defesa de sua tese de que a ênfase de que o Kaiserreich deve ser considerado devido a sua própria importância: não como um lugar onde “continuidades pré-industriais” se relacionam, e não como um mero prólogo para a República de Weimar, mas, pelo contrário, como um período importante da história alemã, independentemente de desdobramentos futuros. (Eley, 1980: 57). Eley recomenda abandonar a concepção idealista de continuidade linear e sua concepção teleológica subjacente, que reduzem a história alemã dos séculos XIX e XX à já conhecida ascensão do nacional socialismo em 1933.

### **O que diz Wehler sobre a continuidade na história alemã**

Wehler defende que o misto entre a sobrevivência de “estruturas autoritárias e antidemocráticas do estado e da sociedade” e existência de uma “elite de poder pré-industrial” foram potencializados pela incapacidade crônica da burguesia em destroná-los de sua de sua posição de domínio tradicional é de fundamental importância para se entender o caminho que a Alemanha teria trilhado na primeira metade do século XX. O Kaiserreich passou adiante uma série de problemas estruturais graves que inviabilizaram a República de Weimar e favoreceram a tomada do poder pelos nazistas.

O fato de que essa incisão com o passado não tenha sido suficientemente profunda e sobretudo, as consequências da preservação bem-sucedida que permaneceram perceptíveis após 1918, constitui a agudeza do problema da continuidade na história alemã do século XX. Em vez de lamentar “a distorção de julgamento causado pela categoria de continuidade”, em argumentos que buscam defender o Kaiserreich, é necessário – de acordo com as tradições indispensáveis de toda a ciência social histórica – enfrentar os problemas de continuidade e buscar diferenciá-los em vez de encorajar uma atitude de escapismo. Isso, é claro, não se trata de uma personalização superficial baseada na aproximação do “grande homem” da história (de Hindenburg à Hitler via Bismarck à Guilherme II), mas sobre estruturas sociais, econômicas, políticas e psicológicas que,

agindo como matrizes, as quais constituíram por um longo período de tempo as mesmas, ou similares, configurações, mas analisar também os fatores que apoiaram anomalias e descontinuidade. No entanto, a questão das condições específicas que favoreceram os políticos carismáticos na Alemanha deve ser reexaminada, tendo como pano de fundo tais estruturas. Até 1945, e mesmo em algumas áreas além, favorecidas por antigas tradições históricas e novas experiências, o sucesso fatal do poder das elites imperiais continuou a exercer influência: na susceptibilidade à política autoritária; na hostilidade democrática presente nos sistemas educacional e partidário; na influência de grupos de liderança pré-industrial, normas, ideais; (Wehler, 1973: 238).

É preciso instar aqui em defesa de Wehler, o seguinte trecho, onde ele apresenta ter ciência de outras possibilidades no *Sonderweg* alemão:

Em muitas questões relacionadas a esta transição do Kaiserreich para a República de Weimar, é claro, há uma consideração contrafactual das possibilidades de desenvolvimento futuro: o que teria acontecido, se... este é indiscutivelmente um caráter artificial, mas, no entanto, o historiador não pode nem deve renunciar à avaliação de possíveis alternativas. (Wehler, 1973, 225)

Apesar de todas as consequências da Primeira Guerra Mundial, “O fato de que a continuidade prevaleceu na burocracia imperial e no exército, no sistema de educacional e no de partidos, na economia e grupos de interesse e, então, indubitavelmente, assegurou pelo menos uma coisa: as tradicionais elites de poder poderiam colocar os estribos para Hitler” montar na sela. (Wehler, 1973: 226)

### **Nossos acordos sobre a continuidade na história alemã**

Podemos dizer que mais uma vez, Eley é bastante crítico com *Das deutsche Kaiserreich* de Wehler. Em suas quase 240 páginas, é possível afirmar com segurança que a obra trata do Kaiserreich, em especial, de sua ascensão à um Estado industrial e em sua maior parte do sistema de dominação, que engloba, o sistema político e seus partidos, dispositivos de integração e hostilidade estrutural para com a democracia, finanças e impostos, política armamentista, imperialismo, política externa e Primeira Guerra Mundial. Dizer que Wehler relega o Estado-nação alemão à um mero intervalo entre a Prússia e o Terceiro Reich parece ser, no mínimo problemático.

Acreditamos que um historiador que se debruce sobre o Kaiserreich – ou mesmo sobre outro período anterior do passado alemão, pelo menos da Reforma Protestante em diante – e decida ser fiel ao período sobre o qual ele pesquisa teria uma enorme dificuldade em não sucumbir aos “encantos” da Alemanha nazista. Mas é inegável que a tese do *Sonderweg* tenta deduzir do passado alemão, à montanha criminosa dos assassinatos em massa após 1940. Como disse Koselleck, nada mais natural que a necessidade de ir atrás das causas que possam explicar esse “complexo de eventos da história alemã”. (Koselleck, 2014: 349).

Uma sequência causal que leva à catástrofe! Instável. Pois bem, para espairer perguntemo-nos o que levou a Inglaterra de um país rural e feudal à posição de potência industrial no século XIX? Pergunta teleológica?

É possível pensar na expressão de Alfred Döblin sobre Goethe. “Este homem sob pedestais... é preciso trazê-lo aqui para baixo”. De certo modo, é o que Wehler tenta fazer com o Kaiserreich. Tirar esse até então “imaculado” período da história alemã do pedestal, arrastá-lo na lama e depois passá-lo a limpo. Nesta tarefa, até mesmo, o gênio da Unificação alemã é salpicado de barro. Bismarck apareceu como “estabilizador de poder de comando” no centro dos processos de tomada de decisão na política alemã. Durante três décadas, Bismarck lutou vigorosamente contra as forças progressistas do desenvolvimento político e social, em defesa do velho Estado e suas elites com espantoso sucesso, porém a longo prazo, os resultados foram desastrosos para a maioria dos cidadãos alemães. Sua dura repressão aos liberais se fazia através de “detenção, ordens, mordaca na imprensa, processos de intimidação” e etc. (Wehler, 1994: 32)

É indiscutível que a “solução militar violenta do problema por Bismarck não era menos revolucionária” do que foi a “a tentativa liberal de 1848”. Ele finalmente rompeu com a grande tradição federal alemã do velho império e substituiu-o com a inclusão entre colchetes do Estado unitário pequeno alemão-nacional sob a hegemonia da Prússia. (Wehler, 1994: 37)

### **3.5 O *Sonderweg* após a controvérsia entre Eley e Wehler**

Mesmo após o duro debate entre os representantes alemães da *Sonderwegsthese* e seus críticos da história social inglesa, de acordo com Jefferies, Jürgen Kocka e outros, houveram acadêmicos que continuaram a defender o conceito de *Sonderweg*, seja por

razões políticas ou pedagógicas e não por razões acadêmicas. O autor de *Contesting the German Empire, 1871-1918*, ainda salienta que esses intelectuais agiam em prol do conceito, porém o faziam através de formas crescentemente modificadas. (Fischer, 2010: 567). As quais, podemos apontar aqui através de Jürgen Kocka, defendia em 1988 que apesar do conceito do *Sonderweg* ser uma palavra enganosa para a discussão (comparativa) de um fato básico e surpreendente, ou seja, “o fato de a Alemanha ter se tornado um Estado fascista e totalitário, ao passo que aqueles países no Oeste, com os quais a Alemanha gosta de se comparar não o fizeram – apesar de eles terem sido confrontados com desafios e condições semelhantes”. Nesse sentido, Kocka sugeriu, que o conceito do *Sonderweg* mantinha “uma significativa, embora não necessariamente precisa, contribuição para a compreensão histórica”. (Fischer, 2010: 567).

Para Helmut Walser Smith, em última instância, o debate do *Sonderweg* tratava como ponto de referência decisivo para o engajamento acadêmico com o nacional-socialismo, o ano de 1933 e não 1941, ou seja, com política e não com assassinato em massa. (Fischer, 2010: 567). De acordo com Fischer, essa divisão aparentemente simples entre os defensores e críticos do conceito do *Sonderweg*, mascararia outra divisão mais complexa. (Fischer, 2010: 568). Os velhos e novos partidários do conceito: Por um lado, haveriam poucos remanescentes fiéis do conceito em seu disfarce clássico, dentre eles, o próprio Wehler, embora ele, como veremos, tivesse modificado substancialmente a sua posição. Por outro lado, haveria aqueles que por “razões políticas e pedagógicas em vez de intelectuais” estavam longe de ser totalmente convencidos pelo conceito em seus próprios termos. (Fischer, 2010: 568). O ponto nevrálgico entre os velhos e novos partidários do conceito é o seguinte: esses últimos tendem a ser orientados firmemente por 1941; enquanto os defensores e críticos do conceito no debate original do *Sonderweg* eram firmemente direcionados para o ponto de referência de 1933. (Fischer, 2010: 568).

Poderíamos, a partir desta parte da presente seção nos guiar pela seguinte pergunta: o que os livros resenhados por Lars Fischer direcionados ao Kaiserreich nos apresentam sobre o *status* corrente do conceito do *Sonderweg*?

Jefferies faz em uma precaução conjuntural de que se “deveria ser cauteloso ao pronunciar que o *Sonderweg* está morto e enterrado – é improvável que ele desapareça totalmente”. O que finalmente desapareceria de vista na década de 1990 foi o outrora poderoso paradigma do *Sonderweg*. (Fischer, 2010: 568). Torp e Müller sugerem que de fato ele continuaria a exercer uma influência indireta considerável simplesmente porque sua rejeição continua a tornar os oponentes do conceito fortemente dependente de sua

lógica. (Fischer, 2010: 568). De acordo com Retallack parece haver uma concordância entre ambos os proponentes do *Sonderweg* e seus críticos, todos concordam que continuidades e comparações nacionais são válidas, no entanto, eles discordam principalmente sobre *quais* continuidades e *quais* comparações seriam importantes. (Fischer, 2010: 568). Walser Smith faz, em qualquer caso, uma observação importante de que existe uma distinção crucial entre provar que certos problemas não eram exclusivos do Kaiserreich e demonstrar que eles não existiam na Alemanha e/ou não foram problemáticos. (Fischer, 2010: 569). Como aponta Shulamit Volkov na sua energética contribuição à publicação comemorativa de Wehler, o conceito do *Sonderweg* foi sempre projetado para elucidar possíveis continuidades fundamentais entre o Kaiserreich e o Terceiro Reich. (Fischer, 2010: 569). Precisamos chamar a atenção para dizer que a percepção dos historiadores sobre ambos os regimes mudou radicalmente. Em resumo, a relação de ambos regimes para a modernidade é agora considerada por muitos como sendo muito mais complexa e ambígua do que foi geralmente assumida em meados da década de 1980. (Fischer, 2010: 569). Em outras palavras, demonstrar que a Alemanha imperial não foi “atrasada”, como a formulação inicial do conceito do *Sonderweg* sugeriu, longe de pôr em questão as continuidades entre Alemanha imperial e Alemanha nazista, somente realça que a Alemanha imperial não é mais percebida como “atrasada”. Neste sentido, a questão da “modernidade” da Alemanha Imperial está agora cada vez mais está se transformando em uma cortina de fumaça (Fischer, 2010: 569).

O declínio subsequente do conceito, Fischer acrescenta, “era em parte uma consequência da ‘normalização’ dos assuntos alemães provocada pela reunificação”. (Fischer, 2010: 70).

### **3.6 Desdobramentos da Querela**

É possível caracterizar as reações aos textos dos historiadores sociais ingleses reunidos em *Mitos da historiografia alemã* sob três aspectos produzidos: má recepção dos historiadores sociais alemães, debate produzido na ciência histórica alemã e reverberações nos trabalhos futuros dos próprios críticos.

Nenhum outro livro foi recebido nesta época pela ciência histórica alemã de modo tão negativo quanto o livro de David Blackbourn e Geoff Eley. Porém, é preciso ressaltar, houve reações positivas, especialmente de críticos da ideia de um *Sonderweg* alemão, que



em sua maioria eram oriundos do campo conservador ou de críticos da história social alemã.

Os provocadores argumentos dos historiadores ingleses produziram uma nova “Guerra civil” entre os historiadores alemães. A “controvérsia Fischer” ocorrida na década de 1960, que discutia a responsabilidade alemã no irrompimento da Primeira Guerra Mundial, também se iniciou com a publicação de um livro, no caso a obra *Griff nach der Weltmacht* [Controle do poder mundial] do historiador de Hamburgo Fritz Fischer. Aos historiadores ingleses parecia que o grupo de historiadores com horizonte temático limitado da “controvérsia Fischer” tinha sido substituído por outro encabeçado por Hans-Ulrich Wehler. O ensaio de Geoff Eley conduziu os historiadores sociais alemães a um debate sobre sua própria historiografia. Na reutilização da ideia de “primado da política interna”, Geoff Eley enxergava uma continuidade entre os historiadores de esquerda da República de Weimar – obrigados a se exilar após 1933 – e a historiografia social da Alemanha Ocidental.

Os debates produzidos em torno dos ensaios contidos no *Mitos*, levaram Geoff Eley, David Blackbourn e Richard Evans a publicar livros sobre temas que passavam ao largo das pesquisas dos historiadores sociais alemães. Evans apresentou um estudo sobre o movimento feminino na Alemanha. Blackbourn investigou o Partido de Centro de Württemberg e Geoff Eley se ocupou do novo direito após Bismarck.

Ocupemo-nos mais detidamente sobre o referido livro de Eley, cujo título completo é, *Reshaping the German Right. National Radicalism and Political Change after Bismarck*, publicado em 1980. Mais uma vez Geoff Eley causaria polarização com a análise de Wehler, pois seu ensaio se colocava, mais uma vez, no centro do debate do *Sonderweg*, mais precisamente sobre o papel desempenhado pelo militarismo e nacionalismo no período histórico entre a saída de Bismarck e a Primeira Guerra. Na análise de Eley, nacionalismo e militarismo eram mais o resultado de uma organização própria de interesses sociais “de baixo” e menos um produto da política manipuladora “de cima”. Os estratos da pequena burguesia teriam se organizado em associações nacionalistas como “Sociedade Colonial”, “Ostmarkenverein”, “Reichsverband gegen die Sozialdemokratie”, “Bund der Landwirte”, Alldeutscher Verband, Flottenverein e etc. Os estratos médios tiravam cada vez mais o controle destas associações das mãos das elites. Diferentemente da análise de Eley, a interpretação de Wehler sobre militarismo e nacionalismo seria “fechada”, onde todos os aspectos da vida social e política estariam sob a égide do sistema político. (Frie, 2004: 112)

Nos anos que se seguiram à querela entre as duas histórias sociais, nacionalismo e militarismo e essas associações descritas acima sempre estiveram em voga nas pesquisas sobre o Kaiserreich. Ewald Frie ressaltava, o “duplo militarismo” de Stieg Förster. O que seria este duplo-militarismo proposto por Förster? Uma diferenciação do militarismo conservador das antigas elites e um militarismo burguês da pequena e média burguesia. Estamos diante de uma alternativa que leva em conta ambos os pressupostos de Wehler e Eley. A política alemã entre 1890 e 1913 se dava através de uma dinâmica troca de efeitos entre a manipulação “de cima” e os próprios processos de organização social de “baixo”. (Frie, 2004: 113). Essa observação simultânea das ações das elites e das novas revoltas vindas de baixo, proposta por Stig Förster poderá ajudar na compreensão da complexidade política da segunda fase do Kaiserreich, não necessariamente na direção da emancipação e da democracia.

Nesta perspectiva, conservadorismo, militarismo e nacionalismo se tornam o resultado da acomodação parcial e incompleta aos desafios da industrialização, mudança social e democratização, ao invés de um produto da estratégia de manipulação das elites pré-modernas. São parte do próprio processo de modernização e não excesso de tradição como pressuposto pela tese do *Sonderweg*. Esse tipo de interpretação se tornará cada vez mais comum ao longo da década de 1980.

Para Detlev Peukert, as mudanças da década de 1890 são tão decisivas que a segunda parte do Kaiserreich é mais importante para a República de Weimar que a era de Bismarck. Ele enumera quatro situações que formariam o que chama de “modernidade clássica” entre 1890 e 1930: a) Economia capitalista e sociedade industrial de classes; b) Organização racional do Estado com aparato burocrático; 3) Empoderamento mundial tecnológico e científico e 4) Tendência para um estilo de vida racionalizado e disciplinado. Peukert se vale de Max Weber, mas não o teórico da modernização sob o olhar estadunidense, e sim o teórico sob a luz de Nietzsche por volta de 1900. (Frie, 2004: 113).

O que é possível perceber no tratamento dado à Primeira Guerra Mundial pelos historiadores após a Querela de 1981? De acordo com o “Propósito” de Thomas Mann em *A montanha mágica*, ele vê a guerra como deflagradora de uma nova época, pois a história que pretende narrar sobre Hans Cartorp havia se desenrolado “numa época transata, outrora, nos velhos tempos, naquele mundo de antes da Grande Guerra, cujo

deflagrar marcou o começo de tantas coisas que ainda mal deixaram de começar”.<sup>23</sup> (Mann, 2006, 14). Já os defensores da tese do *Sonderweg*, em sua necessidade em destacar a continuidade do relevo entre o século XIX e XX, pareciam não dar muita atenção ao gigantesco vulcão na planície da história alemã entre o Kaiserreich e a Alemanha nazista, e porque não dizer entre a Revolução de 1848 e a derrota na Segunda Guerra Mundial. Afinal, “apenas uma dúzia de anos após o fim do Kaiserreich era iminente a “tomada do poder” de Hitler”. (Wehler, 1973: 12). De acordo com Wehler, com o fim da Primeira Guerra “chega-se a um entroncamento da história alemã, cuja explicação não deve apenas se basear nos inúmeros problemas após a guerra mundial perdida, mas que remonta a um feixe de fardos históricos com efeitos de longo prazo”. (Wehler, 1973: 226).

O trabalho de David Blackbourn é um bom exemplo das pesquisas que buscavam separar a sociedade da República de Weimar daquela do Kaiserreich. Para ele, “o que aconteceu na Alemanha após 1918 é inimaginável sem a guerra”. (Blackbourn, 2003: 348). Podemos considerar este tipo de análise como uma restituição da importância da Grande Guerra aos seus próprios termos e não mais em função, seja do período anterior (Kaiserreich), seja do posterior (República de Weimar). Essa era uma das premissas de Blackbourn já em seu ensaio “Wie es eigentlich nicht gewesen” no livro *Mitos da historiografia alemã*, que procurava entender o Kaiserreich em seu próprio direito, nem como fase tardia de um neoabsolutismo prussiano, nem como uma pré-fase do nacional-socialismo.

O estudo de Peukert é sintomático a respeito do caminho que a pesquisa sobre o Kaiserreich tomou após o debate que se seguiu ao *Mitos da historiografia alemã* de Eley e Blackbourn. Ela se afastou das teorias da ciência social histórica das décadas de 1960 e 1970. Passou a empregar os conceitos de modernização, modernidade e modernismo de modo cada vez mais multifacetado e por último, ela fez uma periodização que ultrapassou as fronteiras do Kaiserreich. Ou seja, a ciência histórica entre 1870 e 1970 tomada como

---

<sup>23</sup> De modo perspicaz, Thomas Mann consegue mostrar que tanto, os progressistas quanto os reacionários saudavam o conflito bélico. Representando o primeiro grupo, Settembrini, defendia a guerra, desde que servissem ao progresso, por exemplo, as Cruzadas foram guerras civilizadoras que favoreceram “as relações entre os povos no que diz respeito ao intercâmbio econômico e político-comercial. Reuniram a humanidade ocidental sob o signo de uma ideia”. (Mann, 2006: 512). Leo Naphta, por seu turno, mandatário do segundo grupo, era favorável aos “belicosos templários que julgavam mais meritório morrer na luta contra os infiéis do que na cama, e para os quais matar ou ser morto por amor a Jesus não era crime, senão glória suprema. (Mann, 2006: 598). Seja em nome da civilização, em nome de Deus, e etc., o fato, é que milhões perderiam a vida na Primeira Guerra Mundial.

época fatal do Estado-nação alemão, passa a ser cada vez mais um componente da história alemã do século XIX e XX. (Frie, 2004: 114).

Tudo o que foi dito até agora, poderia sugerir que:

[...] o advento da ciência social histórica falhou substancialmente. Dizer isso, no entanto, seria injusto em termos histórico-historiográficos e em termos de conteúdo. (Frie, 2004: 114)

Quando se analisa a historiografia do Kaiserreich, a grande realização da ciência social histórica é nítida: desbancou a história política que vigorava desde o século XIX. “Ela rompeu a impressionante a história política baseada no Estado através da comparação internacional”. (Frie, 2004: 115). Para defender seu argumento, Ewald Frie cita um trecho do artigo de Heinrich von Treitschke publicado em 1895, quando ele assume a *Historische Zeitschrift*, “essencialmente, qualquer atividade humana significativa pode ser historicamente representada em seu desenvolvimento temporal – isto é, como se afirma sem pensar – mas quanto mais distante do Estado, menos ela pertence à história. O mesmo vale para as obras histórico-culturais; quanto mais aprofundam na técnica ou nas discussões estéticas, literárias e antiquárias mais se afastam da história.” (Frie, 2004: 115). Por obra dos trabalhos da ciência social histórica, a partir da terça parte do século XX, esse programa de Treitschke centrado no campo político que vigorava desde fins do século XIX foi rompido. Em certo sentido, é possível afirmar que a polêmica de Wehler contra Eley promoveu uma espécie de avanço na erudição histórica alemã. O “atraso” da perspectiva alemã era tal, que poucos anos depois, aquele arejamento trazido pela ciência social histórica já poderia ser considerado antigo e ortodoxo.

### **3.7 Desgaste das teses de 1970**

Antes de dedicar algumas linhas à história do cotidiano e sua relação com a ciência social histórica, é preciso ressaltar uma espécie de pressuposto elaborado por Werner Conze em 1974, intitulado “História social em expansão”. Nele, Conze ressaltava que esse termo continha em si, o que naquele momento se passava com a história social, ela abrangia mais áreas e integrava novas metodologias. Em suma, uma expansão temática, categorial e quantitativa da história social. Após a Querela de 1980, através do termo

“história social em expansão”, a história social procurou explorar pressupostos advindos do método da história do cotidiano tentando combinar, por um lado, experiências e mentalidades com estruturas e processos, por outro.

O debate com os historiadores do cotidiano foi importante, pois estes começaram a questionar as teses de Wehler sobre o controle que as elites mantinham sobre os outros estratos da população. Em face da rápida mudança social, de acordo com o historiador de Bielefeld, as elites aristocráticas e militares da Prússia desenvolveram e fizeram uso de meios de dominação como repressão, manipulação e divisão dos opositoristas. É preciso mencionar ainda a tentativa de desviar a atenção da população das crescentes tensões internas para as oportunidades do imperialismo. Foram justamente essas ideias funcionalistas de cima para baixo que a história do cotidiano criticava, seus argumentos eram de que elas davam àqueles que estavam embaixo na pirâmide social uma posição inativa de meros receptores. Porém, mais uma vez, a razão parecia estar a meio termo entre as duas proposições. Se não era possível aos historiadores que queriam dar voz, por exemplo aos operários – em toda a sua complexidade, seja como opositoristas, ou como nacionalistas – negar que havia certas inegáveis características “estruturais do sistema sociopolítico” do Kaiserreich que lhes afetavam diretamente; também, não era possível à historiadores como Wehler, atribuir às elites uma “unidade de propósitos” que na realidade elas, talvez, nunca tiveram. (Fulbrook, 2016: 153)

De acordo com Ewald Frie, os próprios historiadores da ciência social histórica contribuíram ativamente para o desgaste de suas teses, pois apesar, de toda a discussão provocada pelo livro de Geoff Eley e David Blackbourn, eles insistiam em ir adiante sem procurar rever detidamente suas posições. Os trabalhos de Hans-Ulrich Wehler e Jürgen Kocka sobre a burguesia são exemplos desta insistência. (Frie, 2004: 116)

É possível falar de um desgaste das teses de 1970, incluindo-se aí a tese do *Sonderweg*? Sim, talvez seja porque as questões norteadoras dos anos 70 foram exaustivamente discutidas. Não é possível afirmar que os trabalhos teriam esgotado o assunto, mas podemos afirmar que o interesse dos historiadores sobre o objeto se modifica com o tempo. O conceito de “primado da política interna” é um ótimo exemplo para se entender este dilema, pois todo o debate em torno do conceito perde seu efeito, uma vez que própria compreensão do termo “política” sofreu mutações desde 1980, hoje seria mais adequado falar em termos de cultura política. As pesquisas pautadas por pressupostos estruturais e processuais dá lugar a enfoques no indivíduo, valendo-se de narrativas e etc.

### 3.8 Normalização

O Kaiserreich, “enquanto assunto mais importante da história alemã”, como sustentado por Wolfgang Mommsen em 1981, declinou sucessivamente década após a década após o *Sonderweg Streit*. Na *Historische Zeitschrift*, o número de artigos sobre o Kaiserreich desde a década de 1910 era de cerca de 10% do total. Entre 1966 e 1970 atingiu seu ápice com 27%, entre 1986 e 1990 caiu para cerca de 10%. Na Revista *Geschichte und Gesellschaft*, o número de artigos para o período histórico de 1871 e 1918 em seus primeiros anos (1975 à 1979) foi de 33%, entre os anos de 1995 e 1999 caiu para cerca de 25%. A Reunificação alemã não produziu nenhum reavivamento nas pesquisas sobre o Kaiserreich. O interesse dos historiadores se voltou para outros períodos da história alemã, a saber, para a Alemanha dividida e para o nacional-socialismo. (Frie, 2004: 120-121).

Sobre a relação entre Kaiserreich e Terceiro Reich é possível observar que, o primeiro é cada vez mais tratado como exemplo de um período dinâmico com mudanças na política, economia, sociedade e cultura, numa época de industrialização e democratização. Sua história se conecta cada vez mais à uma história europeia e universal, ao invés de se relacionar apenas com o Terceiro Reich.

### 3.9 O *Sonderweg Streit* na Revista Merkur

A partir de agora serão objetos de nossa atenção os artigos publicados na revista Merkur, onde a controvérsia [*Historikstreit*] foi discutida, em si, ao longo de três cadernos publicados em 1981. A respeito desta Revista, de acordo com o seu próprio editorial, foi fundada enquanto “Revista alemã para o pensamento europeu” [*Deutsche Zeitschrift für europäisches Denken*]. É publicada mensalmente pela Editora Klett-Cotta de Stuttgart, desde o ano de 1947 e, portanto, atualmente em seu 72º ano de existência. Apresenta ensaios culturais – cultura aqui entendia como conceito em seu sentido mais amplo – do espaço geográfico dos países de língua alemã. Com ensaios, comentários e críticas bem informados e incisivos, a Merkur procura manter-se afastada de folhetos e periódicos especializados. Ainda que, seu horizonte desde a sua fundação tenha se expandido consideravelmente, seu subtítulo ainda atende as premissas centrais de sua autoimagem.

Em maio de 1981, o caderno 396 da Revista Merkur trazia em seu interior um texto de Hans-Ulrich Wehler com o interrogativo título *Deutscher Sonderweg*” oder

*allgemeine Probleme des westlichen Kapitalismus?* [*Sonderweg* alemão ou problemas próprios do capitalismo ocidental?"]. Tratava-se de sua crítica aos “Mitos da historiografia alemã” de Geoff Eley e David Blackbourn”. No caderno 398, temos a resposta de Geff Eley aos apontamentos de Wehler e na sequência a contra resposta de Wehler à Eley, respectivamente com três e uma página.

Hans-Ulrich Wehler inicia seu texto destacando a ideia de uma “posição especial” ocupada pelo Kaiserreich prusso-alemão no sistema de Estados europeu antes da Primeira Guerra Mundial. Segundo Wehler, essa noção era amplamente difundida, tanto na opinião pública, quanto na academia, e continha o seguinte: a “forte monarquia com seu poder militar e aparato burocrático, seu sistema educacional e industrialização bem-sucedida seria superior aos Estados democrático-parlamentares ocidentais”. De acordo com Wehler, o cientista econômico Gustav Schmoller e o historiador das constituições Otto Hinze concordavam com esse sentimento de superioridade alemão. Após a profunda ferida ocasionada pela derrota, a direita radical tiraria proveito desse sentimento ao longo da década de 1920.

É importante ressaltar a dupla adjetivação da “posição especial” de um Kaiserreich que não é só prussiano, mas também alemão. O que Wehler tem em mente acerca desta dupla adjetivação? Vamos procurar responder esta indagação fazendo uso da Alemanha reunificada. Mesmo após quase 30 anos, a Reunificação em 1990, diferentemente do que o termo “unificação” possa fazer pensar, ainda persistem diferenças, especialmente, econômicas e sociais entre as populações que viveram durante décadas separadas por regimes ideológico-político-econômicos diferentes. Wehler quer destacar no Estado-nação unificado sob a égide prussiana também o elemento alemão. (Wehler, 1981: 478)

As condições que permitiram a possibilidade de uma catástrofe nacional-socialista derivam de certas tradições e complexos motivos da história alemã anterior. “Do fardo da República de Weimar, do Kaiserreich, do século XIX”. De acordo com Wehler, “a pesquisa segue esse passo de caranguejo” recuando até 1848, afim de captar os efeitos dos fracassos da revolução, dos 30 anos do regime ditatorial de Bismarck, a fraqueza dos partidos, do fortalecimento das antigas elites agrárias, da burocracia estatal e dos militares, da influência dos valores e normas tradicionais numa época de rápida modernização econômica da Alemanha. (Wehler, 1981: 478)

Na visão de Wehler, em nenhum outro país altamente industrializado do período entre guerras desenvolveu-se uma forma tão radicalizada de direita política, só na

Alemanha. Se pensarmos na União Soviética, ela não se encaixa no perfil por se tratar de um regime radical de esquerda e não estar plenamente industrializada. Apesar de ter um governo fascista, a Itália não combinaria com a tese de Wehler, por não ter se tornado um regime com uma política racista de eliminação. Acreditamos que um elemento principal pode ter escapado em sua análise e diz respeito à derrota na Primeira Guerra Mundial. É preciso alterar a pergunta de Wehler para atingir um resultado minimamente satisfatório. Tivesse o Kaiserreich vencido a guerra haveria um fardo histórico que favoreceria o surgimento de um regime político racista como o nazismo? Será possível que Wehler não levasse em conta a derrota na guerra como um importante elemento desestabilizador para evitar um reavivamento da questão da responsabilidade pela Primeira Guerra produzida na controvérsia Fischer? O próprio questionamento de Wehler de que apenas uma dúzia de anos separavam o fim do Kaiserreich da iminente “tomada do poder” pelos nazistas, não serviu de alerta sobre a importância da derrota (Wehler, 1973: 12). Ele foi buscar respostas recuando até meados do século XIX, enquanto um motivo essencial estava bem ali e que inclusive levou à queda da monarquia Hohenzollern: a derrota na Grande Guerra.

As consequências da guerra mundial estão presentes na análise de Wehler, mas desempenham apenas um papel imediato, porque uma série de outros fatores de longo prazo detêm a primazia em seus estudos. Em relação à ascensão do nazismo, ele tem noção do papel da derrota e da crise econômica mundial de 1929, mas está interessado “em determinar a mistura explosiva no conflito aberto e na coexistência tensa entre antigo e novo” no Kaiserreich. (Wehler, 1981: 479). A dúvida permanecerá para sempre: tivesse vencido a guerra, o nazismo surgiria e se estabeleceria em um Kaiserreich vitorioso? É preciso lembrar da provocadora frase de David Blackbourn, em seu estudo sobre a história alemã no “longo século XIX”: “o que aconteceu na Alemanha após 1918 é inimaginável sem a guerra”. (Blackbourn, 2003: 348).

Wehler reconhece neste artigo que havia certa idealização em sua perspectiva comparatista sobre o desvio do “caminho normal” realizado pela Alemanha em relação ao modelo de desenvolvimento de Inglaterra, Europa Ocidental e Estados Unidos. De acordo com Wehler é compreensível que após derrotas absolutas em duas guerras e a barbárie nacional-socialista, uma geração fosse fortemente marcada em sua própria orientação e formação do juízo histórico. Já havíamos chamado a atenção para esse contexto, a partir do qual os historiadores alemães começaram a produzir suas pesquisas sobre o passado alemão. (Wehler, 1981: 479).



Segundo Wehler, alguns pensamentos de David Blackbourn são familiares às contribuições de especialistas da Alemanha Ocidental como Thomas Nipperdey. Nenhum historiador pode renunciar ao princípio genético indispensável, quão profundamente ele explora o horizonte de seus contemporâneos. A fase formativa antes dos anos de 1890 é muito estreita. (Wehler, 1981: 480)

De antemão, Eley constrói rapidamente um espantalho como adversário, que então é demolido facilmente, pois, Eley da sua posição de nobre marxista (tome-se um pouco de Poulantzas, um pouquinho de Gramsci, uma gota de Stamokap e uma pitada de algo de E. P. Thompson) com a superarma de seu rigoroso dogmatismo é capaz de espetar sem esforço a ingenuidade supostamente irrefletida daqueles que critica. (Wehler, 1981: 481)

O ensaio de Geoff Eley incomodou profundamente Hans-Ulrich wehler. De acordo com Ewald Frie, na verdade, “Wehler deve ter ficado furioso”. (Frie, 2004: 108).

Segundo o historiador alemão, Eley era o “cavalheiro do Gral” atacando a crença de um *Sonderweg* arraigado na ciência histórica alemã. O historiador inglês reunia um grupo heterogêneo de historiadores alemães, cuja semelhança comum era a de nenhum deles possuir a chave universal de explicação para os problemas espinhosos da história alemã recente. Compunham esta lista nomes como: Karl Dietrich Bracher, Ralf Dahrendorf, Fritz Stern, M. Rainer Lepsius, Ernst Fraenkel, Fritz Fischer, Gerhard Ritter e por nossa conta incluímos também o próprio Hans-Ulrich Wehler. Mas, de acordo com este último, ao contrário do grupo, Eley oferecia uma infalível salvação: “a lógica do capitalismo de monopólio”, a “forma específica de racionalidade capitalista” na industrialização alemã. Para Wehler, “quem aceita este esquematismo estéril, além de tudo, mover-se-ia rapidamente naquela noite, em que não só os gatos (digo: problemas) são pardos, mas também o desejo de alçar voo do pássaro de Minerva se esvai”. (Wehler, 1981: 481).

Para finalizar esta parte “elogiosa” à pessoa de Geoff Eley segue-se:

Isso é natural para alguém que parece ser dotado de um substancial fundo de proverbial arrogância inglesa, antiga e eternamente conhecida por todos. [...], um passo em falso imperdoável. (Wehler, 1981: 481).

Wehler procura enfraquecer a posição de Eley através de críticas pontuais como: a base de argumentação é frequentemente muito estreita. Ele não teria nenhuma ideia das leis de seguridade social dos anos de 1880. Falta de entendimento sobre a influência dos fatores socioculturais. Confusão entre burguesia urbana, cidadãos e burguesia. Apresentação de uma imagem desfigurada da ciência histórica ocidental. Segundo Wehler, “Aparentemente, temos o mundo profissional dos historiadores percebidos até agora de modo completamente errado, ou Eley usa óculos do “país das maravilhas de Alice”?” (Wehler, 1981: 481)

A partir da página 482, Wehler enumera algumas objeções de Eley que na sua opinião merecem uma discussão mais detalhada.

- a) A relação entre a idealização da história ocidental e o “desenvolvimento falho ou defeituoso” alemão.
- b) O questionamento da equação da burguesia enquanto liberalismo politicamente vitorioso.
- c) Contestação da adequação do conceito de “revolução burguesa”.
- d) A comparação levada a sério, especialmente com a história inglesa.

De acordo com Wehler, no trabalho de Eley há um pluralismo de opinião ou, mesmo uma falta de conhecimento detalhado que traz em si um problema maior: o historiador inglês transformaria todas as questões alemãs em fenômenos europeus comuns levando com isso a um nivelamento do problema que não requer mais explicação. Para Wehler, as fraquezas no argumento de Eley não alteram o fato de que a questão do “*Sonderweg* alemão” permanece um tema que requer discussão.

A comparação nunca pode dissolver a diferença em outras formas de degeneração da dominação política, mas pode enfatizar ainda mais nitidamente.  
(Wehler, 1981: 487)

Qual é a resposta de Wehler à crítica de Eley sobre sua perspectiva comparatista entre Inglaterra e Alemanha? Para Wehler, a análise comparativa é uma necessidade urgente para historiadores e sociólogos, à medida que aumenta o distanciamento temporal do nacional-socialismo, pois ela lhes permitiria verificar mais precisamente quais e se as diferenças históricas nacionais desempenharam um papel decisivo sobre o desenvolvimento ocidental, especialmente nos séculos XIX e XX.

“Delineando-se apenas os elementos comuns, perde-se de vista o fato de que muitas vezes são as constelações específicas que exigem um esclarecimento. Naturalmente, muito depende da escolha da perspectiva: a comparação no interior da Europa dirige a atenção para as diferenças; escolhendo-se a perspectiva panorâmica de uma comparação histórica universal entre o círculo cultural ocidental e chinês, os estados europeus se movem juntos com suas características comuns”. (Wehler, 1981: 483)

O próprio Wehler destaca um problema difícil na medida em que se tenta fazer justiça às diferenças nacionais, a saber, as singularidades das paisagens históricas no interior da própria Alemanha: regiões, cidades no Leste do Elba, o Sudoeste, as cidades hanseáticas, enfim cada um desempenha o seu papel. Em suma, a dificuldade em equilibrar as diferenças dentro de cada nação para compará-la com outras, também com suas particularidades internas. Além disso, ele tem noção de que uma história comparativa precisaria examinar quão grandes são as diferenças entre os próprios países ocidentais, ou seja, se Inglaterra, França, Bélgica, Estados Unidos também não tem o seu próprio “*Sonderweg*” em algumas áreas. (Wehler, 1981: 484). Antecipa-se aqui aquela ressalva, possível de ser encontrada em Reinhart Koselleck: não só a história alemã é singular, mas “o são todas as histórias nacionais”. Ele propõe uma dispensa da tese do *Sonderweg*, pois “todas as histórias nacionais também – *per definitionem* – seguiram caminhos particulares”. (Koselleck, 2014: 349)

De acordo com Wehler, a crítica de Eley aos mitos da historiografia alemã não negou o poder formativo das experiências ocidentais comuns “como a formação do Estado, industrialização, imperialismo, organização de interesses, burocratização”. Mas, Wehler tentará reforçar sua tese de que as peculiaridades da história moderna alemã, tanto positiva quanto negativa, podem ser mais satisfatoriamente explicadas com a ajuda das especificidades alemãs. Ele apresenta seis elementos que podem ilustrar sua tese.

1. No primeiro de seus exemplos, Wehler procura fundamentar a especificidade do conjunto de universidades alemã frente ao inglês. No século XIX, as quase 50 universidades alemãs estavam inseridas em um sistema descentralizado e diversificado que provocava uma forte concorrência entre as mesmas, ao passo que a Inglaterra estava dividida em duas universidades, e, por conseguinte, vigorava uma ortodoxia

monótona. O resultado bi confessional, protestante e católico, promovido pela Reforma teria sido o estopim para a referida diversidade acadêmica alemã. (Wehler, 1981: 484). Na análise de Wehler, a burguesia instruída protestante recebe uma valoração bastante positiva, pois ela teria formado o “inesgotável reservatório social do qual as universidades do século XIX, reformadas pelo modelo de Göttingen, podiam recrutar jovens talentos para carreiras acadêmicas em todas as jovens disciplinas da ciência”. (Wehler, 1981: 485). Uma leitura possível desta comparação de Wehler é que ele é herdeiro de um sistema de universidades mais dinâmico e melhor que o de Geoff Eley.

2. Wehler faz uso do pressuposto de que a burocratização progressiva nas sociedades modernas, é independente da natureza do seu regime político. “Nos estados alemães uma administração burocrática, sabidamente, surgiu com todas as suas vantagens e desvantagens precoces e persistentes”. Valendo-se de mais exemplo, talvez, o modelo da administração alemã também foi vantajoso para a formação de sindicatos unificados que alcançaram uma organização mais eficaz do que na Inglaterra em função de uma “adaptação forçada” ao poder burocrático dos empresários e do Estado. (Wehler, 1981: 485)
3. Wehler admite que Eley e Blackbourn viram claramente que na pesquisa sobre a história alemã se encontra uma separação entre o movimento dos primeiros trabalhadores e o liberalismo na década de 1860. Enquanto na Inglaterra, os liberais e conservadores conseguiram captar a maioria dos eleitores trabalhadores até 1906. De acordo com Wehler, uma coalizão social-liberal na Alemanha só ocorreu no final do século XX. (Wehler, 1981: 485)
4. Na busca de seu quarto exemplo das especificidades alemãs, Wehler busca comparar os funcionários alemães, ingleses, franceses e americanos. “O indiscutível fundamento comum de que a diferenciação funcional de empresas e serviços públicos modernos exige pessoal administrativo crescente e desempenho específico dos funcionários não produziu

comportamento político e consciência similares, mas tradições sócio-políticas e socioculturais diferentes”. Na Alemanha, grande número de funcionários públicos fazia parte da “nova classe média” do nacional-socialismo. (Wehler, 1981: 486)

5. Segundo Wehler, “o nacional-socialismo, ponto crucial e pivô de todos os debates sobre o “*Sonderweg* alemão”, triunfou na Alemanha como único país plenamente industrializado”, enquanto na Inglaterra, o parlamento continuou funcionando. Nenhuma das teorias gerais do fascismo captura adequadamente o radicalismo sem precedentes do nacional-socialismo. O nacional-socialismo não surgiria em nenhum outro país, pois somente a Alemanha possuía, as especificidades necessárias para o seu aparecimento. Wehler não pretende se silenciar diante daqueles que não querem falar sobre as tradições pré-industriais, o déficit da burguesia e o poder político-parlamentar da burguesia no nacional-socialismo. A extraordinária potência explosiva e a barbárie que caracterizam o nacional-socialismo não passam em uma análise meramente generalizante. Daí a importância de se destacar as especificidades alemãs. (Wehler, 1981: 486).
6. Como sexto exemplo das especificidades alemãs, Wehler analisa as décadas de reconstrução e vertiginoso crescimento econômico na Alemanha Ocidental. A “ultra estabilidade” da República Federal nos seus primeiros trinta anos, em que foi indubitavelmente favorecida por longos períodos de crescimento econômico internacional, não pode ser deduzida das semelhanças da série de “milagres econômicos” da Europa Ocidental, mas apenas explicada através das características próprias dos efeitos do nacional-socialismo e dos anos do pós-guerra, que eliminaram grande parte do ônus tradicional de um novo experimento para uma democracia alemã. Ele lembra que após a Segunda Guerra Mundial com o militarismo prussiano é arrasado, o conflito confessional é rompido. Esses resultados são o mérito dos indivíduos, mas vêm ao preço de uma guerra mundial e dos anos subsequentes de miséria. (Wehler, 1981: 486-487)

Para Hans-Ulrich Wehler, somente os resultados que sobrevivem ao “banho ácido de comparação”, o único insuperável substituto para o experimento da ciência, fornecem

informações confiáveis sobre o caráter transnacional ou nacional dos problemas. No entanto, tendo em conta a história alemã recente, a comparação confirma a posição empiricamente embasada de que eram principalmente as condições alemãs, e não as forças motrizes e instituições da Europa Ocidental que levaram a um “*Sonderweg* alemão”. (Wehler, 1981: 487)

“O resultado continuará, sem arrogância, sem formação de mitos, mas resumindo sobriamente, um “*Sonderweg* alemão” no mundo dos séculos XIX e XX, até 1945 pode nomear provavelmente mais uma vez também na República Federal desde 1949”. (Wehler, 1981: 487).

Espero que, Eley não mais obscureça o olhar sobre os reais problemas históricos da história moderna da Alemanha com seu mito sobre a supremacia da “lógica do capitalismo monopolista” interna. (Wehler, 1981: 482)

A título de resumo, podemos afirmar que no litígio entre Geoff Eley e Hans-Ulrich Wehler, a resposta de Wehler não foi tão substanciosa, quanto poderia ter sido. A questão da revolução burguesa fracassada praticamente não é abordada.

### **3.10 Réplica de Eley a Wehler**

Difícil dizer o que deveria pensar da polêmica desenfreada de Hans-Ulrich Wehler contra minha contribuição. Infelizmente, Wehler entende mal o modo de minha argumentação ou, deliberadamente, a interpreta mal e, em certa medida, vai muito além da falibilidade do crítico. (Eley, 1981: 757)

Inicialmente, Geoff Eley diz não entender porque Wehler ficou tão ofendido com o seu artigo no *Mitos da historiografia alemã*, reafirma seus argumentos e apresenta três objeções às alegações de Wehler que mereceriam uma atenção mais apropriada.

1. Sua intenção não foi rejeitar indiscriminadamente toda uma escola de historiografia alemã como diz Wehler. Eley, porém, assume que sua contribuição realmente não combina com o conteúdo de muitos artigos desta historiografia, no entanto seu objetivo foi “explicar algumas suposições comuns que parecem ter desempenhado um papel importante na estruturação de nossa visão do passado alemão”, no entorno, a saber:

da suposta ausência de uma revolução burguesa, da relação entre desenvolvimento econômico e político e do peso exagerado dado às “tradições pré-industriais” da história alemã. Destaca que gostaria de ter deixado mais claro em seu artigo, o fato de que, apesar de vários historiadores por ele citados, compartilharem pontos de vista semelhantes sobre o passado alemão, não implica dizer que o trabalho deles não tenha valor. (Eley, 1981: 757).

2. Para Geoff Eley, Wehler parece tentado a buscar explicações monocausais para a história alemã e faz referência à “chave universal para todos os problemas espinhosos da história alemã recente”, ou seja, a “lógica do capitalismo monopolista”. Eley repudia a crítica de Wehler, de que ele utilizaria uma espécie de determinismo econômico vulgar, e a considera “um mal-entendido grotesco” do seu ensaio. De acordo com Geoff Eley, a repetida afirmação de Wehler de que seu argumento se baseia na “supremacia da lógica interna do capitalismo monopolista” seria uma deturpação das suas intenções. (Eley, 1981: 757 e 758).
3. Em sua terceira objeção, Eley procura rebater a crítica de Wehler sobre seu referencial teórico. Segundo Eley, Wehler rejeita desdenhosamente qualquer construção de teoria explicitamente marxista e diz, em relação à influência de Gramsci e E. P. Thompson, que às reconhece com orgulho. Apresenta algumas reservas à Poulantzas e a referência à Stamokop é totalmente enganosa. “É lamentável que Wehler esteja aparentemente mais preocupado em negar sua legitimidade a um tipo de questionamento teórico do que em explorar seriamente seu potencial”. (Eley, 1981: 758).

Para Eley, as críticas onde o historiador alemão se vale de termos como “erros crassos de julgamento” e “banalismo” não merecem comentário por não serem frutíferas.

É ridículo, culpar-me, por atribuir a fundação do Reich ao mero efeito de todos os interesses capitalistas disfarçados, e tenho certeza de que todo leitor cuidadoso concordará comigo. (Eley, 1981: 759)

Para Eley, Wehler contesta justamente a adequação do conceito de Revolução burguesa. Ele criticou como Blackbourn, a relação da história ocidental idealizada e o desenvolvimento equivocado da Alemanha, ele questiona a equação da burguesia como liberalismo politicamente vitorioso; Ele justamente contesta a adequação do conceito da revolução burguesa, ele leva a comparação, especialmente com a história inglesa, a sério e se adapta a ela em termos concretos.

“Minha contribuição foi escrita como uma crítica dos pressupostos históricos predominantes, na esperança de provocar controvérsias dessa maneira. Eu ainda estou esperando por isso, pelo menos no caso de Wehler”. (Eley, 1981: 759)

### 3.11 Tréplica de Wehler

Permaneço restrito às minhas críticas. (Wehler, 1981, 760)

O texto com a tréplica de Wehler também foi publicado no caderno 398 da Revista Merkur, na verdade, na página seguinte à réplica de Geoff Eley.

Ao reafirmar as suas disposições anteriores, historiador de Bielefeld, diz que levou a cabo as considerações com a mesma determinação e linguagem que Eley aplicou em suas reivindicações e apela ao leitor imparcial para que veja que a réplica de Eley não convence. Para isso bastaria comparar os textos. De acordo com Wehler, a controvérsia que o historiador inglês esperava provocar, como proposto na conclusão de sua réplica, ainda não apareceu. (Wehler, 1981: 760)

Wehler traz à tona a forte crítica de historiadores como Roger Chickering da Universidade de Oregon e Heinrich August Winkler da Universidade de Freiburg ao livro de Geoff Eley sobre o surgimento da nova direita na era Guilhermina. Trata-se do livro *Reshaping the German Right* publicado em 1980.



## Capítulo 3

### Impactos do „Sonderweg Streit“ na obra *Deutsche Gesellschaftsgeschichte*

Sua *Deutsche Gesellschaftsgeschichte* em cinco volumes, que se estende do século XVIII à Reunificação, encontrou um público amplo e serve como trabalho de referência confiável, seja sobre condições sociais no início da industrialização ou sobre as estruturas de dominação do regime nazista. (Nolte, 2015: 08)

Para se ter uma noção da vastidão desta monumental obra de Wehler, os cinco volumes de *Deutsche Gesellschaftsgeschichte*<sup>24</sup>, publicados entre 1987 e 2008, somam 4.900 páginas. Uma pesquisa que tivesse a pretensão de abordar a totalidade desta obra seria totalmente inviável para as intenções e limitações de uma dissertação de mestrado, mesmo que somente às 850 páginas que se referem diretamente ao Kaiserreich. Dessa forma, pincelaremos somente um texto no qual Wehler faz uma espécie de fechamento sobre a história do Kaiserreich, atentos, especialmente, às suas assertivas sobre o campo do político, onde se situa o centro nevrálgico de nossa pesquisa.

Nosso recorte se limitará ao Terceiro volume, “Von der ‘Deutschen Doppelrevolution’ bis zum Beginn des Ersten Weltkriegs 1849-1914”<sup>25</sup>, publicado em 1995. Este volume é decisivo para nós, pois nele é tratado o período da história alemã que nos interessa: o Kaiserreich. De modo específico, debruçar-nos-emos sobre o capítulo intitulado “Deutschland am Ende des langen 19. Jahrhunderts: Das Janusgesicht von Moderne und Tradition vor dem Beginn des neuen ‘Dreißjährigen Krieges’”<sup>26</sup>. Este capítulo é como um acorde final do volume que contém mais de 1.500 páginas, no qual Wehler faz uso da figura mitológica do busto de Janus, a fim de se referir metaforicamente à complexa relação entre modernidade e tradição no Kaiserreich. Na análise do

---

<sup>24</sup>Essa obra monumental em cinco volumes recebeu, numa entrevista concedida à Renata Eberhard por Ulrich Muhlack, a tradução de *História Social da Alemanha*. (Eberhard, 2013: 20). Da qual discordamos, pois, fiando-nos em Jörn Rüsen, haveria uma diferença fundamental entre “História social” (*Sozialgeschichte*) e “História da Sociedade” (*Gesellschaftsgeschichte*). Essa última não designaria uma esfera particular da experiência histórica, como a história política, econômica ou das ideias, mas uma visão abrangente da totalidade. “Nesta visão, as diferentes dimensões sincrônicas (economia, sociedade, política e cultura) e diacrônicas (história dos eventos, história das estruturas) da experiência histórica aparecem integradas em uma totalidade provida de sentido” (Rüsen, 1987: 29). Nesse sentido, gostaríamos de propor a seguinte tradução: “História da sociedade alemã”.

<sup>25</sup> Tradução nossa: “Da ‘dupla revolução alemã’ até o começo da Primeira Guerra Mundial 1849-1914”.

<sup>26</sup> Tradução nossa: “Alemanha no fim do longo século XIX: A face de Janus de modernidade e tradição diante do começo da nova ‘Guerra dos Trinta Anos’”.

mencionado capítulo, verificaremos se houveram modificações de suas abordagens e teses sobre o Kaiserreich após os desdobramentos da querela ocorrida no ano de 1981, e principalmente sobre o trato dado por Wehler ao conceito de “Sonderweg”.

Antes de seguirmos para a nossa análise, algumas palavras precisam ser referidas à essa obra de Hans-Ulrich Wehler. Segundo Jens Hacke, inegavelmente, a leitura de *Deutsche Gesellschaftsgeschichte*, se tornou obrigatória para os universitários do curso de História na Alemanha, quer se trate da “dupla revolução” entre 1845/48 e 1871/73, do Kaiserreich (1871-1914) ou da “Segunda Guerra dos Trinta anos” (1914-1945). (Hacke, 2008: 14). Entenda-se por dupla revolução, na análise do historiador de Bielefeld: a bem-sucedida revolução industrial e a fracassada revolução política.

Wehler organizou essa obra cronologicamente de 1700 a 1990, abrangendo praticamente três séculos de história alemã, isto é, desde a elevação da Prússia à condição de reino até a Reunificação alemã. Composta de cinco volumes que totalizam, como já foi mencionado, quase 5.000 mil páginas, estruturou-a de modo que suas análises orbitassem ao redor de quatro campos temáticos sincrônicos: economia, desigualdade social, dominação política e cultura, ou nas próprias palavras de Wehler, aquilo que ele tinha em mente para história da sociedade: “Levando-se em conta os aspectos igualmente importantes da história da sociedade, no sentido pleno da palavra, é possível representar uma certa preferência pelas dimensões ou eixos da economia, dominação e desigualdade social. Considerando a dimensão da cultura, onde eu sinto os limites da competência objetiva de modo mais forte, concentro-me principalmente nas condições sociopolíticas e nas tendências de desenvolvimento da cultura”. (Wehler, 2008: 11). O primeiro volume cobre o período entre 1700 e 1815; o segundo compreende o período de 1815 a 1849; o terceiro aborda a história alemã do ano de 1849 a 1914; o quarto, de 1914 a 1949; o quinto e último vai de 1949 a 1990.

De acordo com Ewald Frie, esta foi uma empreitada gigantesca, e todos críticos admiraram a proficiência de Wehler em campos tão diversos – salvo na esfera da cultura. A tarefa mais difícil foi examinar as interdependências entre os eixos, ao longo dos quais Wehler relatou sua análise sucessiva da história. “O rígido espartilho do sumário às vezes parecia se converter em uma barreira”. (Frie, 2004: 12-13).

Nesta brevíssima introdução sobre a *Gesellschaftsgeschichte* de Hans-Ulrich Wehler, apresentamos pequenos comentários de três intelectuais sobre essa obra. Iniciamos com uma citação retirada da biografia acadêmica de Wehler publicada em 2015 por Paul Nolte, em especial, porque a obra tem resistido à passagem do tempo ao se tornar

uma “referência confiável” a um público amplo. A inserção do trecho do cientista político, Jens Hacke, deveu-se à realidade da tal obra de Wehler fazer parte do cânone de leitura nos cursos de História Alemanha afora. O próprio autor da presente pesquisa em seu intercâmbio realizado na Universität des Saarlandes em 2010, quando tomou parte da disciplina “Wirtschaft und Gesellschaft im Deutschen Kaiserreich”, pôde ter acesso a alguns textos do referido Volume III, pois faziam parte do programa desta disciplina ofertada pelo Professor Uwe Müller. Parte da análise de Ewald Frie foi inserida aqui, devido à justa crítica feita por ele ao mais fraco dos quatro pilares de *Deutsche Gesellschaftsgeschichte*: a cultura, afim de contrabalancear a parte elogiosa à Wehler. Gostaríamos de encerrar esta apresentação inicial da obra maior de Wehler com um comentário retirado da resenha que Thomas Nipperdey – historiador “equivalente” a Wehler no quesito, publicações de longo fôlego – publicou na revista “Geschichte und Gesellschaft” em 1988, ano seguinte à publicação dos dois primeiros volumes de “História da sociedade alemã”. Infelizmente Nipperdey faleceu em 1992, portanto, antes que o Terceiro volume fosse publicado. Ainda que didático e conciso, esse trecho oferece um comentário bastante equilibrado:

Trata-se de uma significativa e realmente grande obra da historiografia alemã: “História da sociedade”, não uma história setorial social, uma história alemã construída em torno do conceito de sociedade, com tendência a uma história total; um produto da ciência social histórica, orientado, inicialmente em estruturas e processos, não em intenções ou na auto compreensão pré-intencional dos atores e não em “eventos”, uma história que não se refere a Ranke e a Marx, mas a Max Weber, ele é o padrinho que muito se oferece como modelo e categorias. (Nipperdey, 1988: 403).

#### **4.1 Estrutura do Capítulo final do Terceiro Volume**

Segundo Wehler, o longo século XIX (1789-1914), pode ser dividido na Europa de língua alemã em duas fases radicalmente diferentes durante a era da “dupla revolução” que vai de 1845 até 1871. Em virtude da revolução industrial e da formação do Estado-nação vivenciou-se na Alemanha o estabelecimento de um duplo impulso de modernidade; enquanto o processo de desenvolvimento do capitalismo industrial e da formação do Estado-nação ocorreu um após o outro na França e Inglaterra, na Alemanha eles se deram de modo simultâneo. Como veremos, é com base nesta tônica que Wehler

tecerá sua análise ao longo do referido capítulo: ora similaridade ocidental, ora excepcionalidade alemã. Tal sobreposição cumulativa teria como consequência uma carga complicada e incomum. De acordo com Wehler, no processo de modernização do Kaiserreich teriam ocorrido problemas na sociedade e na política. (Wehler, 2008: 1.250).

[...] somente algumas questões condutoras da relação entre a capacidade de modernização e a força tradicional podem ser perseguidas, [na mistura] de características europeias próprias e condições especiais específicas do caminho alemão em direção à modernidade. (Wehler, 2008: 1.251)

Como Wehler estruturou suas ideias ao longo das 45 páginas do capítulo *Janusgesicht*?

Inicialmente, ao longo de duas páginas e meia, ele procura esclarecer alguns aspectos acerca da tessitura do seu capítulo conclusivo, por exemplo, que suas ideias girarão em torno da “dupla revolução”, pois ela seria detentora de um caráter de profunda e histórica cisão na sociedade alemã. O jogo contínuo em torno da questão da modernização e tradição também receberá uma posição central no seu capítulo. Sempre que possível, ele lançará mão da perspectiva comparativa, especialmente em relação a países como Inglaterra e França. (Wehler, 2008: 1250-1252).

O primeiro tema, sobre o qual Wehler procura lançar luz, diz respeito à “transição demográfica” que ocorreu no Kaiserreich: aumento das taxas de natalidade, queda da mortalidade, crescimento populacional, imigração, emigração, migração interna, urbanização e a burocracia administrativa. Enfim, cerca de cinco páginas e meia são dedicadas às subdivisões de uma temática maior, chamada por Wehler de “desenvolvimentos populacionais”. (Wehler, 2008: 1252-1257).

A segunda temática à qual Wehler dedica cerca de dez páginas diz respeito às “condições estruturais e processos de desenvolvimento da economia”. Vários assuntos relativos ao campo econômico são revisitados como a industrialização na Alemanha, ou seja, a consolidação do capitalismo industrial durante o espaço temporal da “dupla-revolução” alemã. A potencialização do entusiasmo pela Unificação através do crescimento industrial por mais de duas décadas. As flutuações conjunturais extremas, depressões, produção industrial, exportação, cartelização, medidas protecionistas e Intervencionismo do Estado na economia. O papel da agricultura na economia do Kaiserreich também é levado em conta, em especial, a perda da primazia econômica da

agricultura para a indústria e o setor de serviços de modo irrevogável. (Wehler, 2008: 1257-1267).

O terceiro tema repassado por Wehler, diz respeito à sociedade, mais precisamente às “condições estruturais e processos de desenvolvimento da desigualdade social”. Onze páginas são destinadas à pronunciada desigualdade social na sociedade urbana prefigurada em uma hierarquia social com rudes diferenças de classes e das classes da sociedade agrária. A polarização que Wehler chama de “profunda fratura, em grande número, separação intransponível entre a burguesia empresarial, a burguesia intelectual, a pequena burguesia, o operariado especializado, os não qualificados, os camponeses e os trabalhadores rurais”. (Wehler, 2008: 1267-1279).

A quarta temática e a que mais nos interessa, recebe a denominação de “condições estruturais e processos de dominação política”. Às tensões políticas são dedicadas quatorze páginas. No campo político situam-se os principais problemas, os fenômenos complexos e contraditórios do “Sonderweg”, ou seja, à especificidade do itinerário nacional alemão. Ele quer enfatizar os progressos da modernização na educação do Kaiserreich através dos benefícios do sistema de ensino alemão, desde a escola elementar, passando pela comunidade ginásial intermediária até chegar às universidades. Nos três níveis os números são impressionantes: 100% de frequência escolar, 1% de analfabetismo e modelo universitário admirado no mundo e até mesmo imitado institucionalmente em muitos lugares. O desenvolvimento das companhias de comunicação baseadas na economia de mercado, ou seja, da imprensa de massa como jornais, revistas literárias, periódicos e etc. A apresentação de “graves peculiaridades alemãs” distribuídas em doze “aspectos tangíveis”. (Wehler, 2008: 1279-1293).

Em uma página e meia, na verdade três parágrafos, são condensados os últimos enunciados de Wehler neste monumental terceiro volume de *Deutsche Gesellschaftsgeschichte*. (Wehler, 2008: 1294-1295).

Os números também sinalizam um dos pontos fortes de Wehler: sua capacidade de ordenar e categorizar o conhecimento existente sobre um assunto, de usar conceitos de forma precisa e sistemática, de pesar, avaliar e chegar a conclusões. Isto é história impulsionada por argumentos. (Blackbourn, 2015: 710)

Ao apresentar os quatro eixos temáticos contidos no capítulo *Janusgesicht*, ainda que de modo resumido, podemos afirmar que expusemos também o que Hans-Ulrich

Wehler tinha em vista quando lidava com a história alemã com base em seu conceito de “Gesellschaftsgechichte”, ou seja, a história da sociedade alemã como um todo.

#### **4.2 A figura bifronte de Janus**

A proposta de Wehler é fazer uso da figura bifronte de Janus, deus romano das mudanças e transições, a fim de estruturar, metaforicamente, a grande multiplicidade de “fenômenos complexos” presente na sociedade do Kaiserreich. Enquanto uma face estaria voltada para a tradição; a outra estaria direcionada para a modernidade. Em suma, Wehler pretende tematizar a paradoxal mistura entre velho e novo no Kaiserreich. Nesta altura de nossa análise sobre os estudos de Wehler, podemos dizer que na pesquisa sobre o Kaiserreich é possível negar ou afirmar várias proposições, como vimos na querela de 1981, mas o contraditório estado coisas no fim do século XIX na história alemã, apesar de todas as dificuldades de aproximação, é algo patente e verossímil. Matthew Jefferies adverte em 2008, que no tratamento da Alemanha Imperial a “diversidade se tornou uma nova ortodoxia”. Em seu relato “todos os historiadores recentes tem procurado providenciar uma imagem balanceada sobre esta era fascinante, na qual é possível encontrar exemplos de luz e sombra de extraordinariamente igual medida”. (Jefferies, in Fisch, 2010: 566)

A preocupação de Hans-Ulrich Wehler em apresentar uma imagem equilibrada do Kaiserreich é evidente, mas não na direção de uma diversidade relativista. O esforço despendido por Wehler na tentativa de, por exemplo, caracterizar adequadamente o sistema político do Kaiserreich foi tremendo. Para que tenhamos uma noção da complexidade enfrentada por ele em sua pesquisa, basta lembrar a dificuldade de se definir o híbrido que foi o Kaiserreich: composto de, por um lado, uma confederação federativa de Estados, tendo em seu interior a primazia hegemônica prussiana, as circunscrições autônomas tardio-absolutistas relacionadas à burocracia, aos militares e à política externa; e por outro, um parlamento eleito por sufrágio universal masculino. Qual chave de explicação melhor se adequaria ao dilema do Kaiserreich? Uma “monarquia constitucional”, a ditadura de Bismarck, o chanceler de ferro, o “bonapartismo” ou a “dominação carismática” na Alemanha? (Wehler, 2008: 361).

### **4.3 *Deutsche Gesellschaftsgeschichte* (1995) em relação a *Das deutsche Kaiserreich:1871-1918* (1973)**

Já no primeiro parágrafo do texto de Wehler, podemos verificar que uma série de pressupostos do livro de 1973, *Das deutsche Kaiserreich*, continuam vigentes em seu pensamento duas décadas depois. Os quais destacamos a seguir: a via comparativa entre o desenvolvimento da Alemanha e países como França, Inglaterra e Estados Unidos, o fardo histórico e ainda a problemática relação entre modernização econômica e modernização política.

Realmente, a situação paradoxal da Alemanha em fins do século XIX é inegável. A aristocracia prussiana ainda governava o Kaiserreich, no entanto, a Alemanha tinha se tornado muito diferente. Precisamos ter em mente que uma mudança social fundamental ocorre no Kaiserreich: a passagem de uma sociedade agrária para uma industrial. Mas é importante ressaltar que essa mudança não se deu de forma automática e repentina, foi um processo lento e complexo onde uma combinação de estruturas arcaicas e modernas formas de organização subsistiam simultaneamente. Apesar de todas as transformações, em especial, a expansão da camada média na sociedade e do aumento vertiginoso de trabalhadores industriais, a aristocracia inspirada em Frederico, o Grande, ainda detinha as posições de poder. Se disséssemos que o Kaiserreich era um Estado livre, que não possuía súditos e sim cidadãos, certamente seria um exagero, porém, não houve no Kaiserreich o que poderíamos chamar de “cidadania plena”. Apesar de todas as leis de seguridade social implantadas pelo governo de Otto von Bismarck, sob tremenda pressão do operariado, em especial através de greves, o acesso às posições-chaves estavam praticamente vedadas a grande maioria da população do Kaiserreich, seja no alto escalão do governo, funcionalismo público, serviço diplomático, oficialato militar e etc. Nesse aspecto, Elias faz uma relevante observação sobre um nobre servidor do Estado como súdito muito superior ao empresário industrial.

[...] Na estrutura social do Kaiserreich até 1918, os membros das “velhas famílias”, que detinham mais ou menos o monopólio de posições nos altos escalões do funcionalismo civil, no oficialato militar e no serviço diplomático, eram inequivocamente superiores aos “capitalistas”, tanto em poder social quanto em status social. (Elias, 1997: 54)

Sobre esse monopólio de posições destacado por Elias, de acordo com Wehler, políticos oriundos das classes médias nos mais altos escalões do governo imperial e do ministério de Estado prussiano permaneceram algo simplesmente impensável até quase o fim da Primeira Guerra Mundial. “Essa área dos segredos [*Arkanbereich*] foi considerada durante 48 anos como domínio intocável da nobreza”. (Wehler, 2008: 1278). Desde 1865, no corpo de oficiais prussiano o percentual oriundo da nobreza caiu de metade para menos de 30% em 1913. Porém, da patente de Coronel para cima, a maioria pertencia a membros da nobreza. No estado-maior, os nobres ocupavam três quartos dos postos. (Wehler, 2008: 1278)

Quanto à industrialização bem-sucedida do Kaiserreich, acreditamos não haver discordância entre o que é proposto por Wehler no capítulo *Janusgesicht* e historiadores que destacam a importância do processo de industrialização da Alemanha, a exemplo de David Blackbourn, para quem a “transformação industrial deve ser o maior tema em qualquer história da Alemanha do século XIX”. (Blackbourn, 2003: xv). Através da “transformação industrial”, o Kaiserreich avançou rapidamente ao seletivo grupo de países líderes na produção industrial do Ocidente, chegando inclusive a sobrepujar a Inglaterra como principal potência econômica da Europa na virada do século. Ainda que, tivesse se submetido ao ritmo irregular das flutuações conjunturais com suas consequências radicais, a economia alemã se tornou uma economia de mercado, “transformou a tradicional estratificação social numa moderna sociedade de mercado, na qual dominaram as novas formações sociais das classes econômicas” (Wehler, 2008: 1.250). Sabemos que o foco de nossa investigação não está no campo econômico, e sim no campo político. Porém, algumas palavras destinadas à industrialização alemã precisavam ser escritas aqui.

Na questão sobre a similaridade da Alemanha com o Ocidente e a excepcionalidade alemã, Wehler mais uma vez defende que a história do Kaiserreich possui seu próprio valor em si, porém, “uma explicação daquele despenhadeiro que levou a história alemã à barbárie inocultável no século XX, somente alguns anos após a queda do Kaiserreich, permanece como um inevitável ponto de fuga de sentença balanceada”. (Wehler, 2008: 1.251). Vemos que o historiador de Bielfeld não perde de vista uma questão que recebeu duras críticas de Geoff Eley: o Kaiserreich como antessala para a chegada do nazismo. Wehler lança um questionamento sobre a possibilidade de se compreender na medida certa a moderna história alemã somente com a ajuda de um sem número de tons de cinza [*zahlloser Grautöne*]. Aqui, Wehler critica um contemporâneo e concorrente direto nas análises de grande folego sobre o passado alemão: Thomas



Nipperdey. (Wehler, 2008: 1.251). Inclusive, a citação de Nipperdey sobre os tons de cinza, pode ser lida em sua íntegra na abertura de nossa pesquisa.

Para Wehler, com o advento do Kaiserreich, a tradicional dicotomia entre a pequena quantidade dos cidadãos plenos [*Vollbürger*] – normalmente formada por um grupo privilegiado de habitantes urbanos – e a maioria sem direitos [*Hintersassen*] – comumente formada por camponeses dependentes de um senhorio rural – foi substituída pelo estabelecimento de um moderno antagonismo de classes, por um lado, a alta burguesia e por outro, o proletariado discriminado, que contava entre 75 e 90% da população.<sup>27</sup> (Wehler, 2008: 1256-1257).

Mais uma vez e não será a última, Wehler, ao fazer uso de uma comparação direta com a Inglaterra e Estados Unidos, para destacar uma diferenciação com sérias consequências para a Alemanha, pois a mais moderna variante do capitalismo de produção teria se dado em uma sociedade constituída tradicionalmente. Ou seja, na visão de Wehler, esse foi o motivo que gerou em alto grau, tensões sociais, políticas e culturais. (Wehler, 2008: 1257).

Apesar de todos os avanços nas técnicas de produção agrícola, a economia rural perdeu de modo irrevogável, já nos anos de 1880, a primazia econômica na economia geral para a indústria e o setor de serviços. Porém, os representantes políticos da agricultura através da manutenção de seu poder pré-existente buscaram participação ativa em todas as instâncias do Estado na intenção de conseguir alcançar um firme baluarte que protegesse seus interesses comerciais, alcançaram-no através de medidas intervencionistas e protecionistas na economia que os favoreciam. De acordo com Wehler, “absolutamente nenhum avanço foi feito na resistência ao caráter autoritário das intervenções estatais. Pelo contrário, a parlamentarização e a democratização teriam enfraquecido radicalmente a sua influência potencial”. (Wehler, 2008: 1267). O que podemos entender por parlamentarização no conjunto de ideias de Wehler? Um governo onde o parlamento estivesse em pé de igualdade com as outras instâncias de poder do Estado como judiciário e executivo.

---

<sup>27</sup> De modo bem simplificado, com base nos números apresentados por Wehler, podemos diferenciar a classe média da classe de trabalhadores da seguinte forma: de 4 a 5% das classes econômicas superiores, que de 0,75 até 1% da burguesia intelectual e de 10 a 15% da média e pequena burguesia contra 75 e 85% das classes trabalhadoras. (Wehler, 2008: 1268)

Em relação à ideia de “feudalização” da burguesia, defendida no livro de 1973 e apontada por Geoff Eley em 1980, como um dos problemas fundamentais da tese do *Sonderweg*, qual é o tratamento dado por Wehler à essa ideia no *Janusgesicht* de 1995?

Ainda que a sociedade alemã do Reich experimentasse um “efeito elevador” [*Fahrstuhleffekt*]<sup>28</sup> com a melhora absoluta e relativa da posição material de classe, não só uma escancarada desigualdade das oportunidades de vida se manteve. O distanciamento entre as classes altas e baixas alargou-se muito mais durante o período de grande crescimento econômico tornando mais marcante a característica plutocrática e aumentou a assimetria da distribuição. Antes de 1914, o sistema alemão das desigualdades sociais era caracterizado por uma profunda fratura, que mantinha a separação intransponível dos numerosos fossos entre a burguesia empresarial, a burguesia intelectual, a pequena burguesia, o operariado especializado, os não qualificados, os camponeses e os trabalhadores rurais. (Wehler, 2008: 1268-1269)

Para Wehler, na polêmica da “feudalização” da burguesia, a capitulação da burguesia econômica diante de uma nobreza vitoriosa, e sua adaptação como um parceiro júnior ao lado desta elite sênior, na disputa pelo poder foi substituída por uma interpretação mais realista: “a mentalidade e a constância comportamental das classes superiores burguesas foram, em primeiro lugar, sua escora para uma proximidade com o Estado até se tornar uma devotada submissão”. (Wehler, 2008: 1269).

Além do fracasso dos ideais burgueses na Revolução de 1848, a fase de restauração dos anos de 1850, três guerras vitoriosas sob a liderança de monarcas e príncipes, nobres militares e políticos, a irradiação do domínio carismático de Bismarck e a fundação do Estado Nação, na visão de Wehler, levaram a uma revalorização da nobreza, “que antes de 1862 seria inconcebível”. Esse acúmulo de resultados extraordinários assegurou uma constelação de dominação da nobreza perdurando até

---

<sup>28</sup> *Fahrstuhleffekt* é um conceito tomado de empréstimo por Wehler do sociólogo Ulrich Beck. O termo de Beck se refere à influência da explosão da prosperidade, da mudança no mercado de trabalho, isto é expansão do setor de serviços e flexibilização do trabalho desde o final da Segunda Guerra Mundial sobre a sociedade da Alemanha Ocidental. O aumento na riqueza material, o ganho de tempo livre e as oportunidades educacionais melhoradas permitiram a todos os grupos sociais estar alguns andares acima. “No cômputo geral, mais tempo de vida, menos tempo de trabalho e maior margem de manobra financeira – são essas as vigas mestras em que se sustentam o “efeito elevador” no talhe biográfico das pessoas.” (Beck, 2011: 116)

1918. (Wehler, 2008: 1277). Diante disso, a burguesia procurou se aproximar do Estado. A força magnética de uma monarquia forte, burocrática e militarizada sobre a burguesia era muito forte e fez com que ela cooperasse estreitamente com a administração, os títulos e medalhas do Estado, a patente do oficial de reserva e a rede de relações entre as fraternidades universitárias (*Burschenschaften*). Porém, paralelamente a isso decorreu uma perda de importância política, uma vez que importantes decisões migraram cada vez mais para as associações e partidos, políticos profissionais e especialistas, a liderança de opinião foi adotada mais frequentemente por outros centros de poder e grupos de pressão. (Wehler, 2008: 1271).

Essa revalorização da nobreza por Hans-Ulrich Wehler, figura entre as condições mais importantes para nossa pesquisa, pois está diretamente ligada às consequências do “Sonderweg”, principalmente, porque possibilitou que 0,3% da população, defendesse as posições estratégicas no topo do sistema de dominação no Reich, no Estado prussiano, no Exército, na administração e em grande parte da sociedade agrária até o fim do Kaiserreich. (Wehler, 2008: 1277).

Àqueles que apresentam como errada a responsabilização de uma “feudalização” da burguesia, segundo Wehler, devem recapitular, os altos “custos” sociais da proximidade com o Estado da alta burguesia econômica. Wehler cita, a seguinte afirmação de Walter Rathenau, futuro ministro das relações exteriores do início da República de Weimar: a “traição da alta burguesia destruiu a Alemanha”, pois ao buscar vantagens em rastejar diante da camada dominante e na sua função de sustentáculo da nobreza obstruiu a fonte democrática. (Wehler, 2008: 1271). Para Wehler, o tenso empenho da burguesia em se aproximar do Estado, a renúncia de sua reivindicação de poder, somado ao seu intenso esforço de assimilar elementos do mundo da vida aristocrática marcaram a burguesia alemã. (Wehler, 2008: 1270)

A autodeterminação inicial do caminho político do movimento operário, com todas as suas consequências, por um lado; e do sistema político com seus portadores sociais com a exclusão rigorosa de outras pessoas do sistema político, por outro, pertencem a essa forma pontual, as condições especiais [*Sonderbedingungen*] do caminho de modernização alemã. (Wehler, 2008: 1274).

Os “inimigos vermelhos do Reich” foram perseguidos durante doze anos com os mais métodos mais cruéis e de leis emergenciais não liberais. Após a recusa de igualdade

civil pelo Estado, que impediu continuamente o acesso à nação pelo Partido Socialdemocrata de muitas maneiras. Exclusão e estigmatização não pertenciam somente às reações de defesa da sociedade burguesa e aos partidos “amigos do Kaiserreich”. De acordo com Wehler, eles foram bem mais sancionados e praticados pelo sistema de dominação política. “O humilhante sistema eleitoral de voto de classes dos Estados e cidades individuais possuía as consequências mais controversas”. (Wehler, 2008: 1274).

#### 4.4 “Sonderweg”

A partir deste ponto passaremos à análise das principais tensões políticas específicas da Alemanha imperial no *Janusgesicht* de Wehler, pois, no campo político se colocam os principais problemas relacionados ao “Sonderweg”.

De acordo com Wehler, lidar com essa temática “requer o compromisso com um juízo ponderado, para ser justo com fenômenos complexos e contraditórios, além da já salientada performance da industrialização e da urbanização, enfatizar ainda os benefícios do sistema de ensino e o iminente pluralismo da sociedade de comunicação, movendo para o centro os dilemas e deformações do sistema de dominação que pesam fortemente como seus êxitos”. (Wehler, 2008: 1279)

A princípio é possível estranhar, o fato, de Wehler trazer para a análise sobre as tensões políticas do Kaiserreich, temas como sistema de ensino, em especial, o universitário e veículos de comunicação em massa. Mas, sua intenção, como pretendemos demonstrar, é reforçar sua argumentação a respeito do “Sonderweg”. Os estudantes universitários não liberais, nacionalistas e frequentemente antisemitas formariam um tipo acadêmico que exerceriam uma influência ameaçadora para a sociedade alemã como futuro integrante das funções de direção e como colaborador das “lideranças de opinião”. (Wehler, 2008: 1282). “Permanece um paradoxo, que num Estado autoritário, onde o nacionalismo, imperialismo e o militarismo ganharam influência rapidamente, que a vantagem da imprensa liberal não fora alcançada pela conservadora, que o contra poder jornalístico das minorias discriminadas não pôde ser quebrado”. (Wehler, 2008: 1283).

Como já adiantamos, na abertura deste capítulo, a escola elementar do Kaiserreich pôde manter um lugar de destaque em comparação a países como Inglaterra, França e Estados Unidos. Desde a década de 1880, a frequência escolar era de 100% e o analfabetismo existia, porém, em taxa remanescente menor que 1%. Nove em cada dez crianças frequentaram no Kaiserreich somente a escola primária, não mais que 6 a 7% um

nível escolar mais alto, e de um a 2% permaneceram até o *Abitur*.<sup>29</sup> (Wehler, 2008: 1280). A universidade alemã no século XIX atingiu um grau de excelência a ponto de ser admirada no mundo, Wehler atribui esse sucesso às causas situadas “na combinação original de fatores que atraem de volta fortemente sobre as peculiaridades da tradição alemã”. Wehler repete parte da fórmula de sucesso do sistema de universidades alemãs de seu ensaio de 1981 em resposta a Geoff Eley, “*Deutscher Sonderweg oder allgemeine Probleme des westlichen Kapitalismus?*”, com ênfase especial na questão da diversidade e concorrência entre elas. As mulheres foram admitidas nas universidades desde 1908 e antes da Primeira Guerra seu número chegava a 7% do total. (Wehler, 2008: 1281)

A era da imprensa de massa na Alemanha se inaugurou – mais uma vez em contraste com Inglaterra e Estados Unidos – com as grandes “folhas de família”, cujo modelo insuperável foi a revista “*Gartenlaube*”, precursora das revistas modernas e o primeiro grande jornal de massa alemão de sucesso com tiragens semanais que chegavam a alcançar 380 mil exemplares. (Wehler, 2008: 1281). Somente a partir dos anos de 1890 os principais jornais diários disputaram, especialmente o tipo de diário geral (*Generalanzeiger*), com regularidade de duzentos ou até 250 mil exemplares. Esses diários gerais supostamente neutros politicamente, presumivelmente, contribuíram para a manutenção do status quo político e social mais que os jornais político-partidários conservadores. (Wehler, 2008: 1283).

#### **4.5 As doze peculiaridades do *Sonderweg***

Enfim chegamos ao suprassumo do capítulo *Janusgesicht*. De acordo com Wehler, em especial, durante a segunda fase da “dupla revolução alemã”, estabeleceram-se as condições mais importantes para o *Sonderweg* alemão em direção à modernidade. Apesar da influência de tradições poderosas, houve uma relativa abertura das oportunidades de desenvolvimento político. O fracasso da revolução de 1848 não significou nenhum bloqueio final de uma virada futura para melhor. (Wehler, 2008: 1284).

Na superfície, o Kaiserreich se assemelhava à uma monarquia constitucional como muitos outros Estados europeus. Em uma inspeção mais próxima, no entanto, ressaltam, especialmente na perspectiva de comparação, graves peculiaridades. (Wehler, 2008: 1284)

---

<sup>29</sup> Exame fixado em 1812 para qualificação de diplomados. (Ringer, 2000: 38)

Façamos então uma análise dos doze aspectos apresentados resumidamente por Wehler das graves peculiaridades do Kaiserreich:

1. Na análise de Wehler, a figura de Bismarck permanece central. Porém, é preciso salientar que ele se afasta do conceito de “bonapartismo”, utilizado em seu livro de 1973 para descrever o “regime ditatorial” de Bismarck, que agora passa ser taxado de “regime autoritário”. Lança mão da teoria da dominação carismática de Max Weber, a fim de esclarecer a “dominação política” da primeira fase da história do Kaiserreich. O chanceler de ferro conseguiu levar adiante, através da gestão das crises existentes, sua dominação carismática eminentemente. Havia uma aura de sucesso no entorno de suas realizações, que teriam lhe proporcionado uma posição sem igual durante 25 anos não só na política prusso-alemã, mas também na Europa. Talvez sua maior façanha tenha sido a fundação [*Gründung*] do Kaiserreich. Bismarck, “manteve-se em seu posto por 28 anos e transformou o mundo em que viveu de forma mais profunda do que qualquer outro homem na Europa durante o século XIX, com exceção de Napoleão que era imperador e general. Bismarck fez tudo sem ser nem um nem outro.” (Steinberg, 2015: 5). Para Wehler, o problema não foram as realizações de Bismarck, mas as “síndromes” que elas traziam a reboque: antiliberalismo, antiparlamentarismo, inimizade à democracia. A dominação de Bismarck seria uma das peculiaridades do Kaiserreich, porque desde Napoleão Bonaparte em toda Europa somente o jovem Estado-nação alemão teria sofrido tal cunhagem através da dominação carismática. (Wehler, 2008: 1284-1285). Em sua biografia sobre Bismarck, Jonathan Steinberg defende que nenhuma das formas de legitimação do poder de Max Weber, inclusive a dominação carismática, são capazes de abarcar a autoridade de Bismarck. E oferece um novo termo para explicar a história de Bismarck, ele “nunca teve poder soberano, mas possuía uma espécie de *natureza soberana*”. (Steinberg, 2015: 4). Para Steinberg, o poder de Bismarck “repousava na soberania de uma pessoa extraordinária e gigantesca”. (Steinberg, 2015: 5). Sim, Bismarck se manteve no poder devido às suas capacidades extraordinárias, mas sempre dependeu da boa vontade do monarca Guilherme I. Seja através da dominação carismática tomada de empréstimo de Weber por Wehler, ou da “natureza

soberana” de Steinberg, o fato é que, Otto von Bismarck continua sendo uma montanha incontornável na planície histórica do Kaiserreich.

2. O “monarca do Reich” pertencente à dinastia Hohenzollern se diferenciaria de todos os outros príncipes reinantes da Europa, não porque tivesse permanecido como o “senhor supremo da guerra”, mas porque essa posição exclusiva era protegida constitucionalmente. Além disso, os sucessos militares permitiram-lhe influenciar a política informalmente. (Wehler, 2008: 1285).
3. O exército, que “desde 1815 existiu por meio século em abrigos de vento”, ganhou entre 1864 e 1871 de modo constitucional não só a sua antiga posição especial, mas foi elevado a uma posição de destaque, devido às ofuscantes vitórias militares. “Em nenhuma sociedade ocidental na última terça parte do século XIX, o militarismo penetrou tão profundamente na mentalidade coletiva, na consciência de identidade e no nacionalismo, como no Kaiserreich”. (Wehler, 2008: 1285-1286).<sup>30</sup>
4. As vitórias nas três guerras antecessoras da fundação do Estado-nação alemão e série de triunfos de Bismarck estariam conectadas a valorização surpreendente da nobreza. Ela conseguiu não só estabilizar seu declínio, mas também estender sua tradição de privilégios no governo do Estado, na burocracia e no exército. (Wehler, 2008: 1286).
5. “Instituir no Kaiserreich um parlamento como órgão próprio do legislativo era uma marca do constitucionalismo liberal”. Porém, para Wehler, até o próprio

---

<sup>30</sup> Nessa questão do militarismo prussiano, não podemos deixar de lembrar da sátira de Heinrich Mann, *O súdito*, que narra a vida de Diederich Hessling desde a mais tenra infância na sociedade do Kaiserreich, a qual se refere Wehler, bastante influenciada pelo militarismo prussiano e seu autoritarismo. Este último espraia-se e permeia todas as instituições onde Hessling se insere, seja no seio da família, na fábrica do pai, na escola, na caserna, na confraria universitária [*Burschenschaft*] Nova Teutônia, no serviço militar ou mesmo em relação ao imperador. Pai, patrão, professores, colegas mais velhos, militares ou policiais, médicos, Deus e o próprio imperador são figuras que encarnam o poder da dominação autoritária. O protagonista encarna uma condição paradoxal: soberano e súdito convivem na mesma pessoa. Ora se submetendo a quem está acima, ora pisoteando quem está abaixo. (Mann, 2014)

sufrágio universal masculino, então o mais moderno sufrágio universal de um grande Estado europeu, teria derivado do arsenal de inovações políticas de Bismarck. Na verdade, essa teria sido uma vitória apenas temporária, pois apesar de o Reichstag ter experimentado um aumento de poder sistemático, devido à expansão das funções de Estado, ele teve que regular um número crescente de problemas. Por outro lado, o caráter da lei eleitoral apoiou a mobilização política de massas, que aumentou o número máximo de participação para 85% nas eleições de 1912. (Wehler, 2008: 1286). Para Wehler “a comparação ensina: nenhum Estado na Europa ou na América do Norte na época possuía uma legislatura eleita que iludiu tão consistentemente com um medo tão desdentado de conflito, a disputa pela hegemonia no sistema político como o Reichstag alemão”. (Wehler, 2008: 1287). Para Wehler, em vez de parlamentarização, as raízes do corporativismo autoritário se aprofundaram. Aqui, no que diz respeito à parlamentarização, Wehler mantém seus argumentos propostos no livro de 1973, nas questões domésticas decisivas, a policracia prussiana seguiu seu curso contra as correntes políticas modernas, ou seja, contra a parlamentarização e a democratização, contra os direitos iguais de participação. (Wehler, 1973: 230)

6. Segundo Wehler, apenas na Alemanha o liberalismo teria sido exposto a uma tripla pressão. A partir de cima recaía sobre ele o peso do regime carismático do bem-sucedido chanceler. De baixo agiu, motivada pelo sufrágio universal no Reichstag e a autonomia do movimento operário, a politização fundamental. E por fim, a depressão econômica entre 1873 e 1879 desacreditou de modo tão radical e eficaz a política liberal, a economia liberal, a “concepção de mundo” liberal o jovem Estado-nação alemão como nenhum outro europeu. Tornando os liberais o bode expiatório pela miséria de um descarrilamento na economia de mercado. (Wehler, 2008: 1287).
7. A burocracia teria sido fortalecida pelo regime autoritário do Kaiserreich por um lado; e pelo bloqueio da parlamentarização (governo parlamentar) por outro. As poderosas tradições alemãs trabalharam, de todo modo, em seu favor como o alargamento das funções de Estado. “Formalmente as repartições públicas da administração pública atuaram como instrumento de poder do



Executivo”. Essa extensão do corpo de funcionários públicos como instrumento de poder não era encontrada, segundo Wehler, nem nos altos funcionários públicos franceses conscientes da tradição e nem no jovem “civil service” inglês. A tradição burocrática alemã não se adaptou de nenhum modo às novas tarefas, por exemplo, “sublinhar” a concepção de Estado interventor e Estado social. A participação do funcionalismo público como copartícipe de poder no Kaiserreich é uma das características políticas mais contestáveis do “Sonderweg” alemão. (Wehler, 2008: 1288).

8. O [*Defizit in Bürgerlichkeit*]<sup>31</sup> é um componente essencial do “Sonderweg”. De acordo com Wehler, “a visão objetiva da *sociedade burguesa* pôde ser realizada em certos campos da realidade através de uma modernização parcial”. O alargamento da dominação burguesa permaneceu estrangulada por antagonistas poderosos, ou seja, por um regime autoritário e uma burocracia de poder. À burguesia nunca foi permitido ascender ao poder de decisão política. Além disso, a ascensão do cada vez mais poderoso movimento de massa do operariado e do catolicismo político estreitou a margem política burguesa cada vez mais. Para Wehler, isso também diferencia o Kaiserreich de outros países ocidentais. (Wehler, 2008: 1289-1290).
9. Outro fator de diferenciação do Kaiserreich é o caráter específico de seu nacionalismo. Claramente para Wehler, tratava-se o nacionalismo como um fenômeno ocidental comum. Todo nacionalismo conhece ou elege seus inimigos, como por exemplo, o estereótipo clássico do ameaçador inimigo externo, porém, no Kaiserreich, a ameaça se apresentaria através dos “inimigos do Reich”, a saber, socialdemocratas, católicos, e mais tarde, também alemães com origem judaica. (Wehler, 2008: 1290-1291).
10. O imperialismo é um fenômeno ocidental geral e o imperialismo do Kaiserreich entrou na luta concorrencial como retardatário das potências

---

<sup>31</sup> *Bürger e Bürgerlichkeit* são conceitos nada fáceis de serem vertidos para a língua portuguesa e precisam ser abordados em uma perspectiva histórica. O conceito de *Bürger* possui uma carga semântica de multiplicidade e se relaciona distantemente do sentido moderno do termo. Eles abarcam significados como burguesia, cidadania, civilidade e uma singular cultura e concepção de mundo. (Mann, 2011: 69)

coloniais mais antigas. Wehler está atento à motivação econômica, especialmente a intenção de se ganhar futuros mercados. Porém, ao contrário da busca de interesses práticos como a Inglaterra na Índia ou da política do Caribe pelos Estados Unidos, o imperialismo alemão foi essencialmente “uma instrumentalização maquiavélica” da arriscada política no além-mar com o objetivo de legitimar o ganho de prestígio e garantir “seu lugar ao sol”. (Wehler, 2008: 1291-1292). De acordo com essa proposta de Wehler, podemos sugerir que os sucessores de Bismarck teriam realizado uma *Weltpolitik* inócua.

11. A política alemã, através da anexação da Alsácia e Lorena e da “guerra econômica” contra a Rússia czarista e a França, acabou por reuni-las em uma coalizão para uma futura guerra de em duas frentes. A aposta na construção da frota de batalha, na visão de Wehler era ridícula, pois tinha adicionado a certeza de uma terceira frente no mar contra a Inglaterra. (Wehler, 2008: 1292).
12. Um dilema fundamental do “Sonderweg” alemão diz respeito ao impedimento da reconstrução do sistema de dominação governo através de todos os meios, de modo que uma solução pela via liberal e democrática não pôde prevalecer. Lembrando que: o irrompimento da industrialização, a ascensão da sociedade de classes e unificação nacional pela via prussiana se entrecruzaram ao mesmo tempo. (Wehler, 2008: 1292).

Inúmeras reformas políticas, sociais e jurídicas estiveram na agenda desde o início no Kaiserreich, seu número e importância aumentaram constantemente à medida que o dilema da modernização se intensificava com a crescente lacuna entre o desenvolvimento socioeconômico acelerado e a ordem política rígida. Qualquer tentativa de reforma, no entanto, fracassou por causa do sistema de dominação que havia sido constitucionalmente sancionado em 1867/71 e do cartel de poder que o defendeu, desde então, por interesses egoístas. A valorização da nobreza, o grau secundário político da burguesia, o isolamento do movimento operário marxista, a severidade do antagonismo de classes – assim começa uma longa série de fatores frequentemente discutidos, que são de fundamental importância para o

esclarecimento socio-histórico das condições do caminho de modernização alemã. No entanto, o fator decisivo para o “Sonderweg” alemão foi, em última análise, o sistema de dominação política e a fundamental constelação de forças sociais que o sustentava. Juntos, eles criaram as tensões fatais que tornaram possíveis as deformações da história alemã até 1945. (Wehler, 2008: 1294-1295)

Depois de concluída nossa leitura do capítulo “Janusgesicht” de Wehler, é possível afirmar, que o historiador de Bielefeld fez uma análise autocrítica, a partir das discussões provocadas pela publicação de seu *Das deutsche Kaiserreich* na década de 1970. Em resumo podemos dizer, com base no referido capítulo conclusivo, que no terceiro volume de sua empreitada *Deutsche Gesellschaftsgeschichte*, Wehler abandonou, explícita ou implicitamente muitas de suas primeiras teses e conceitos presentes no livro de 1973. No primeiro caso, por exemplo, conceitos antes centrais como “bonapartismo” e o “primado da política interna” praticamente desaparecem de sua análise da década de 1990. Na segunda modalidade, podemos sugerir o tratamento diferenciado dado ao conceito de “Sonderweg”, que passa a ser apresentado sempre entre aspas.<sup>32</sup> É evidente o esforço de Wehler em lastrear o “Sonderweg” alemão num constante jogo de contrastes entre características específicas comuns aos Estados europeus e certas condições especiais do caminho alemão em direção à modernidade. Em suma, Hans-Ulrich Wehler matizou significativamente a tese do “Sonderweg” alemão. Atrelado a isso, a questão das causas do nacional-socialismo continuam sendo uma das principais perspectivas da pesquisa de Wehler sobre o Kaiserreich.

Após está análise do capítulo “Janusgesicht”, é possível afirmar que, o edifício constituído pelas ideias de Wehler, sofre significativas alterações, motivadas, é claro, pela querela de 1981. Wehler procura se aproximar, ainda que a contragosto, da tese defendida por Geoff Eley, de que houve no Kaiserreich muito mais uma específica formação do capitalismo burguês, não um déficit, mas uma variante de modernidade. Poderíamos

---

<sup>32</sup> Pensamos que seria interessante lembrar que no *deutsche Kaiserreich* de 1973 o termo *Sonderweg* aparece, nas quase 240 páginas totais, apenas na página 11. Já nas 45 páginas do capítulo final de *Deutsche Gesellschaftsgeschichte* de 1995, o termo “Sonderweg” aparece, pelo menos 15 vezes. Situação paradoxal, pois na publicação mais antiga, apesar de valer-se dela nominalmente apenas uma vez, a tese do “Sonderweg” permeia toda aquela análise, já no capítulo final da obra mais recente, apesar do conceito aparecer mais vezes, na análise de Wehler, a tese do “Sonderweg” é, por assim dizer, suavizada e distanciada, ao longo do capítulo.

dizer, valendo-nos de uma metáfora arquitetônica/estrutural de que um arquiteto e um engenheiro conviviam no historiador Hans-Ulrich Wehler. Ao longo de duas décadas, a fachada do edifício de ideias de Wehler sofre significativas modificações fazendo com que sua arquitetura se aproximasse daquela defendida por Geoff Eley, mas no quesito estrutural deste edifício do pensamento wehleriano, o *Sonderweg* continuou a fazer parte da estrutura que o sustentava.

## Considerações Finais

É somente com algum distanciamento, apenas no final do dia vivido, que o seu sentido pode ser interpretado. O passado é o dia/ vivido; o presente é a noite/ reflexão. (Reis, 2007: 7)

O distanciamento temporal é muito benéfico ao historiador em seu ofício. Duas décadas após o *Sonderweg Streit*, vemos um Hans-Ulrich Wehler, digamos, menos “colérico” com o livro *Mitos da historiografia alemã* de Geoff Eley e David Blackbourn. Os desdobramentos relacionados ao embate teuto-britânico promoveram uma dissipação daquela atmosfera tensa e carregada da década de 1980. A distância temporal permitiu a um Wehler mais amadurecido uma espécie de “normalização” com as proposições dos historiadores ingleses. Em seu livro *Historisches Denken am Ende des 20. Jahrhunderts* [Pensamento histórico no fim do século XX], publicado em 2001, ele avaliou de forma bastante positiva as intervenções dos historiadores ingleses, as quais chamou de “questionamento revigorante” da interpretação da modernidade alemã “de cima” centrada na elite prussiana e em especial da “Sonderwegsthese”, ou seja, um elogio àqueles que nos anos de 1980 criticaram a sua própria interpretação do Kaiserreich. Nele, Wehler se refere à Richard Evans, Geoff Eley e David Blackbourn como representantes de uma corrente neomarxista de cunho gramsciana, cujos primeiros trabalhos – incluindo *Mitos*, é claro – eram baseados em uma “história de baixo”. (Wehler, 2001: 31).

Podemos dizer que, com o passar das décadas os historiadores sociais ingleses também fizeram concessões e até reconheceram abertamente o trabalho dos historiadores alemães, especialmente de Wehler. Um exemplo da referida normalização dos assuntos entre a historiografia social inglesa e a ciência social histórica alemã é o elogio de Richard Evans à Hans-Ulrich Wehler, dentre outros como Jürgen Kocka, Wolfgang Mommsen, Vollker Ullrich, por terem-no ajudado de variadas maneiras em suas pesquisas sobre a história alemã. “Poucos países poderiam ter sido mais generosos ou mais abertos a forasteiros desejosos de estudar seu passado problemático e incômodo”. (Evans, 2014: 31). No livro que abre sua trilogia acerca do Terceiro Reich, Richard Evans faz uso de sentenças bastante equilibradas sobre o passado alemão:

Ao se buscar uma explicação para as origens e ascensão do nazismo na história alemã, corre-se inegavelmente o risco de fazer todo o processo parecer inevitável. [...]. Contudo, tampouco foi um acidente histórico. (Evans, 2014: 29)

## 5.1 A poderosa e peculiar herança imperial

De acordo com Lionel Richard, os que nasceram em Weimar permaneceram na incapacidade política de exercer uma influência marcante sobre o seu curso. A República de Weimar foi assunto, antes de tudo, de cidadãos do Kaiserreich. Os alemães embarcam rumo à democracia, porém levam consigo boa parte de sua bagagem da época imperial. Para retomar aquela metáfora orgânica do princípio do presente texto: na partilha de bens do espólio que pertencia ao defunto chamado Kaiserreich, coube à jovem República herdar o caos provocado pelo regime imperial. O Estado muda de forma, tem uma nova constituição, finalmente adota e implementa um sistema parlamentar que permite o sufrágio de todos os cidadãos com vinte anos, inclusive às mulheres. Porém, apesar do estabelecimento de todas as instituições republicanas, as estruturas sociais se modificam pouco. (Richard, 1988: 266-267)

Notemos os termos grifados nas citações a seguir:

[O Terceiro Reich]. Embora longe de ser um resultado inevitável do curso da história alemã, com certeza utilizou-se de tradições políticas e ideológicas e acontecimentos que eram de natureza especificamente alemã para ter sucesso. (Evans, 2014, 29)

Contudo, o fardo da história alemã inegavelmente despenhou um papel, e é, portanto, com a história alemã que este livro tem de começar. (Evans, 2014: 29)

Para chegar ao poder, o nazismo aproveitou-se de tradições que pertenciam à “natureza especificamente alemã”. Nesse sentido é preciso estar atento ao papel desempenhado pelo “fardo da história alemã”. Caso apresentássemos, as citações acima sem as devidas referências, um leitor desatento, poderia tomá-las, devido aos termos empregados, como trechos de alguma obra de Hans-Ulrich Wehler, mas não! São vocábulos extraídos do referido texto de Richard Evans sobre a ascensão do nacional-socialismo na Alemanha.

Aqui se coloca uma consideração importante a que chegamos depois de percorrer o longo caminho da presente pesquisa: pontos de vista de historiadores dos mais variados

matizes podem estar mais próximos do que se pode pensar. Mesmo após quase quatro décadas da querela em torno da *Sonderwegsthese* e seus respectivos desdobramentos, ainda é possível falar de “peculiaridades” da história alemã, de problemas históricos da Alemanha ou de padrões da história da Alemanha. O que nos leva a expressões como “a questão alemã”, ou “o caso alemão”. O próprio Reinhart Koselleck não parece negar a existência de “peculiaridades” no caminho dos alemães para a formação da nação. Um “caminho de sucessos aparentes, catástrofes amargas, crimes seculares cometidos”. Para Koselleck, o importante seria remover o amontoado de dificuldades, afim de “permitir uma visão desimpedida das peculiaridades da história alemã”. (Koselleck, 2014: 341. Grifo nosso).

A lista de atribuições dos problemas históricos da Alemanha é vasta, mas vale a pena nomear resumidamente dois pontos aqui:

- a) “Localização geográfica”. A Alemanha não era demarcada por fronteiras naturais como, por exemplo, a Inglaterra pelo mar. Isso levou a Alemanha a uma guerra constante em suas entidades políticas. Por um lado, essa é uma visão simplificada e uma explicação superficial, pois não leva em conta as consideráveis diferenças políticas, econômicas e sociais dos diversos “territórios” alemães pré-unificação, além de não aprofundar na variedade histórica daquele universo; por outro lado, ela leva em conta um sistema internacional, onde diferentes Estados competem por espaço, poder e status.
- b) Entidades políticas não coincidentes. O Sacro Império Romano permitia a existência de Estados bem pequenos, que sem a proteção do Império seriam rapidamente conquistados por vizinhos maiores. Havia territórios dinásticos prussianos fora do Sacro Império Romano. Isso permitiu à Prússia conseguir a soberania em 1701.

## **5.2 A utilidade das querelas para a história da historiografia**

O embate de ideias no campo do conhecimento histórico é deveras positivo, salientemos, bastante positivo para a história da historiografia. No caso do Kaiserreich, alargou a compreensão dos historiadores sobre essa época do passado alemão. Inclusive, sem exagero, podemos afirmar que os questionamentos e proposições dos historiadores

sociais ingleses modificaram a pesquisa histórica. Temáticas como história do cotidiano, da cultura, dos conceitos, das mentalidades, de gênero foram potencializados em detrimento da história política. Ao mesmo tempo, superou-se a estreita fixação da pesquisa sobre o Kaiserreich no âmbito nacional, revisando e relativizando a tese do *Sonderweg*. (Frie, 2004: 117).

O resultado produzido pelo embate de Geoff Eley e Hans-Ulrich Wehler, podemos dizer, é que, uma abordagem que se preze sobre o Kaiserreich, precisa necessariamente levar em conta fatores de longo e curto alcance, tensões sociais e políticas do plano interno, bem como condições advindas do plano externo, disposições culturais. Em suma, um complexo de variáveis mais amplo, longe de uma explicação uni-causal.

Como vimos no capítulo sobre o terceiro volume de sua empreitada *Deutsche Gesellschaftsgeschichte*, Wehler mais tarde abandonaria muitas de suas teses e conceitos contidos em seu *Das Deutsche Kaiserreich* de 1973. Nesse sentido, a querela com os historiadores ingleses, em especial, Geoff Eley, foi fundamental. Ela permitiu a Wehler ampliar o horizonte de suas análises posteriores.

Um quadro homogêneo e coerente não se dá. A Alemanha guilhermina seria de uma variedade esmagadora. Os historiadores só podiam reproduzir parte das cores em suas representações. A partir de cada nova geração de estudantes de história foi possível fazer uma quantidade de novos retratos da época. (Frie, 2004: 122-123)

Um trecho do comentário do jurista, Fritz Bauer, então procurador geral de Hessen, a respeito da sentença da Corte de Apelação de Hamburgo, que em 9 de junho de 1966 proibiu a distribuição em âmbito geral do romance *Mefisto* de Klaus Mann, pode ser útil neste momento a respeito da questão da utilidade das discussões na historiografia:

É óbvio que Klaus Mann tenha considerado subjetivamente seu cunhado; isto é coisa do artista, é coisa do historiador, é no fundo algo inevitável. Nunca compreendi a certeza absoluta do historiador; toda interpretação, seja de Wallenstein, seja de Johann Wolfgang von Goethe, é sempre subjetiva; a verdade pura não se deixa constatar, a verdade resulta apenas da discussão. (Spengenberg, in, Mann, 2000: 313. Grifo nosso)

A partir daquela discussão em torno da *Sonderwegsthese* entre os historiadores sociais ingleses e os representantes da ciência social histórica alemã é possível afirmar



que o conhecimento sobre o Kaiserreich se ampliou, aproximando-se, senão da verdade, certamente da realidade do que foi aquela época e todos os seus dilemas. O embate de ideias é benéfico, esperamos ter deixado isso claro. A discussão aproxima-nos da verdade como disseram tanto Fritz Bauer, quanto Sergio da Mata.

É nesse sentido que “o passar dos anos” é importante para o ofício do historiador.

Na verdade, é de madrugada, tarde da noite, que o dia anterior é melhor pensado e organizado e também imaginado!” (Reis, 2007: 8)

Não procuramos neste trabalho fazer um julgamento definitivo, seja da obra de Hans-Ulrich Wehler, ou da obra Geoff Eley. Se, por vezes, fizemos uso de uma entonação que lembrasse a atmosfera de um tribunal, isto significa, que a intenção era de contrastar, de modo destacado, as características do pensamento dos dois historiadores envolvidos na querela. Gostaríamos de deixar claro que a obra de um não é superior à do outro e vice-versa. Elas não são excludentes ou se complementam. Ambos se concentraram em aspectos da história alemã e utilizaram métodos que acreditavam serem os mais adequados em suas pesquisas. Não procuramos fazer uma síntese ao modo hegeliano dos trabalhos de Wehler e Eley, mas, esperamos que o método comparado e contrastivo, do qual lançamos mão em nossa análise tenha sido um procedimento heurístico profícuo.

De acordo com José D’Assumpção Barros, no universo das ciências humanas e sociais é preciso estar habituado ao “viver entre mundos”. (Barros, 2011: 178-180). Entre historiadores, estudos conflitantes sobre um determinado objeto é absolutamente “o estado normal das coisas” e somos advertidos desde o início de nossa formação nas universidades que precisamos navegar neste mar revolvido por ventos tempestuosos que a historiografia nos oferece. Há um quadro de Ivan Konstantinovich que ilustra um barco fustigado por fortes ventos que pode ser utilizado metaforicamente aqui para ilustrar a situação do historiador diante de sua responsabilidade com o passado e para com o trabalho de outros historiadores. Trata-se de “Strong wind” de 1856. Embora, por vezes, diante da força de tais ventos seja preciso recolher as velas, a fim de impedir que a nau emborque e vá a pique. E logo em seguida sejamos forçados a içá-las, no intuito de evitar

o seu lançamento contra os rochedos, esperamos ter sido minimamente bem-sucedidos nesta travessia.<sup>33</sup>

Este não foi um trabalho sobre teóricos da historiografia alemã, embora, teoria da história esteja presente em seu bojo. Ele é muito mais uma tentativa de lidar com a historiografia alemã contemporânea, ainda que também trate de historiografia inglesa.

Temos plena consciência de que tentamos apresentar um trabalho digno à banca de mestrado do Programa de pós-graduação em história da Universidade Federal de Ouro Preto. Dito isto, esperamos, sinceramente estar contribuindo para mitigar, ainda que minimamente, a grande distância imposta entre os universos acadêmicos da Alemanha e do Brasil, em especial, pela grande diferença que separa a língua portuguesa da língua alemã, promovendo assim um intercâmbio acadêmico entre o pensamento historiográfico alemão e os estudos históricos no Brasil. Nossa pesquisa procura, de certa forma, cobrir lacunas no que diz respeito à historiografia alemã contemporânea aludida por Sergio da Mata em seu texto “Elogio ao historicismo” e a mitigar a expressão melancólica de Astor Antônio Diehl sobre quão pouco há de historiadores alemães traduzidos para a língua portuguesa em comparação aos franceses, italianos e ingleses (Diehl, 2007: 242)

À diferença da situação há uma década atrás, atualmente [2010] já se conhece bastante coisa do que escrevem os teóricos da historiografia alemães, mas pouco, pouquíssimo, da historiografia alemã contemporânea propriamente dita (Mata, 2011: 51).

Sabemos bem que é praticamente nula a possibilidade de se ver novamente a polivalência de um polímata como Alexander von Humboldt (1769-1859) – diga-se de passagem, foi etnógrafo, antropólogo, físico, geógrafo, geólogo, botânico, mineralogista, vulcanólogo, humanista e etc. – porém, o que norteou nosso trabalho foi a tarefa deste intrépido naturalista prussiano em lançar pontes entre as mais diversas esferas do conhecimento de sua época. Não se trata aqui de replicar o enfoque mais holístico de Humboldt, um método que buscava abarcar arte, história, poesia, política e dados concretos da realidade que o cercava. O que nos inspira em seu trabalho como cientista é o seu esforço em estabelecer conexões. Apesar de Humboldt ter caído no esquecimento

---

<sup>33</sup> Essa tentativa de produzir uma metáfora de uma espécie de historiador que também fosse navegador foi feita tendo-se em vista os quadros do pintor romântico russo, de ascendência armênia, Ivan Konstantinovich Aivazovskii (1817-1900), conhecido por suas pinturas com paisagens marítimas.

nos países de língua inglesa, “suas ideias e percepções de que as atuais questões sociais, econômicas e políticas estão estreitamente ligadas a problemas ambientais continuam estrondosamente precisas e relevantes” (Wulf, 2016: 471). Talvez, quem saiba o século XXI seja um século de maior diálogo entre o pensamento histórico produzido, não só entre as diversas áreas do conhecimento humano, mas especialmente entre o conhecimento histórico produzido na Alemanha e no Brasil.

Contar é muito, muito dificultoso. Não pelos anos que se passaram. Mas pela astúcia que têm certas coisas passadas – de fazer balancê, de se remexerem os lugares. O que eu falei foi exato? Foi. Mas teria sido? Agora acho que nem não. São tantas horas de pessoas, tantas coisas em tantos tempos, tudo miúdo recruzado. (Rosa, 2001: 200).

## Anexo

### Panorama da história e historiografia do Kaiserreich

Dito de modo generalizante, o conhecimento histórico é também, ao mesmo tempo, a história da própria história como disciplina.<sup>34</sup> (Koselleck, 2006: 176)

O que se pretende fazer neste anexo é, nada mais nada menos, que uma tentativa de produzir um texto historiográfico abrangente sobre a bibliografia em torno dos debates e disputas que buscaram um significado do Kaiserreich fundado em 1871. Optamos pela divisão temporal em seis blocos proposta por Ewald Frie em sua obra *Das Deutsche Kaiserreich* de 2004, na qual ele se dedica a esmiuçar controvérsias historiográficas em torno do Kaiserreich. O conhecimento histórico é também história da historiografia.

As disputas interpretativas em torno do significado do Kaiserreich começaram antes mesmo que ele fosse fundado em 1871. Não é nenhum exagero afirmar que a historiografia do Kaiserreich também começa antes de seu estabelecimento. Se a “Alemanha” como unidade política ainda não existia, havia, sim, uma “Alemanha” linguística, cultural e literária.

---

<sup>34</sup> Gostaríamos de sugerir uma tradução ligeiramente diferente daquela de Wilma Patrícia Maas na edição brasileira de *Futuro passado*. “Dito de modo generalizante, o conhecimento histórico é sempre, e simultaneamente, história da ciência histórica”. No original: “Allgemeiner gesagt, geschichtliche Erkenntnis ist immer zugleich auch Geschichte der Geschichtswissenschaft“. (Koselleck, 1989: 194)

## 2.1 O Kaiserreich antes do Kaiserreich

As guerras de libertação contra napoleão entre 1813 e 1815, encerraram o cosmopolitismo literário e ocasionaram uma onda de literatura nacional embasadas na ideia de nação. Fichte com os seus *Discursos à Nação Alemã*, nas palavras de Otto Maria Carpeaux, “proclamou a doutrina do nacionalismo”. (Carpeaux, 2013: 98). A criação de um Estado-nação era debatida entre os movimentos nacionais e liberais alemães, porém, após a derrota de Napoleão, o que se viu foi o restabelecimento do absolutismo monárquico. O período que se estende do Congresso de Viena até a Revolução de 1848, de acordo com David Blackbourn, é um período de transição marcado por elementos ambíguos conflitantes e pode ser dividido em duas etapas: a *Restoration*, de 1815 até 1830, o ano em que agitações ocorreram numa série de Estados alemães; a segunda etapa, tornou-se conhecida no “espaço de língua alemã” como *Vormärz*, ou “pré-março”, e ainda “pré-1848” e compreende as duas décadas antes da Revolução de 1848. Estas denominações, segundo Mary Fulbrook, são rótulos capciosos, pois “as condições após 1815 não representaram uma simples restauração de padrões socioeconômicos ou políticos pré-napoleônicos; nem o período anterior a 1848 pode ser considerado somente um prelúdio às sublevações revolucionárias. Entretanto, mesmo assim, a fase entre 1815 a 1848 é composta por muitas transições culturais, políticas e socioeconômicas”. (Fulbrook, 2012: 121-122).

Culturalmente, o período é marcado pelo estilo de vida *Biedermeier*. Eric Hobsbawm sugere que para vê-lo, bastaria entrar na casa de Goethe em Weimar, o que na sua opinião no campo da decoração, ele seria um dos mais belos estilos, jamais criado. (Hobsbawm, 1977: 376). Trata-se de uma tendência romântica muito abrandada, aceitável a um público avesso às extravagâncias, no entanto, é preciso ressaltar que, na Alemanha protestante o *Biedermeier* era bastante diferente.

Tendo em mente a retirada da vida pública empreendida por uma burguesia intimidada pela perseguição policial, que se refugiara sob o estilo comedido do *Biedermeier* e a observação de Carpeaux sobre o efeito provocado nos alemães pela Revolução de 1830 na França: “uma revolução tipicamente alemã: abriu uma discussão teórica” é bem intrigante que se tenha ocorrido na “Alemanha” uma revolução como a de 1848. (Carpeaux, 2013: 99)

Movimentos como a “jovem Alemanha” (*Junges Deutschland*) eram mais simbólicos do que eficientes e se o nacionalismo tivesse se limitado às fraternidades

revolucionárias, não deveria receber muita atenção, porém, de acordo com Hobsbawm, o nacionalismo permeava grupos mais poderosos que estavam adquirindo consciência da própria força na década de 1830. Pequenos proprietários, a pequena nobreza e uma insipiente classe média estavam descontentes. Seus porta-vozes eram, frequentemente, intelectuais. (Hobsbawm, 1977: 189-190). O Parlamento de Frankfurt viria a ser composto em sua grande maioria de servidores públicos, advogados, pessoas com diploma universitário e inclusive historiadores como, por exemplo, o medievalista Georg Waitz, Johann Gustav Droysen e Georg Gottfried Gervinus. Apenas quatro eram artesãos e um era camponês. Não haveria presença feminina no parlamento (Kitchen, 2013: posição 2183).

Antes de nos referirmos à Revolução de 1848 propriamente dita, é importante ressaltar que o potencial revolucionário da economia capitalista já era evidente na década de 1840, embora não fossem os primeiros, Engels e Marx captaram-no muito bem no seu conhecido manifesto. “Províncias independentes, ligadas apenas por laços federativos, com interesses, leis, governos e sistemas tributários diferentes” estavam em declínio, pois a centralização política exigiria que elas fossem reunidas “em uma só nação, com um só governo, um só código de leis, um só interesse internacional de classe, uma só fronteira e uma só barreira alfandegária”. Mas ao final da década, o que a burguesia realizara era muito mais modesto do que lhe atribuía o *Manifesto Comunista*. (Hobsbawm, 2011: 107).

A aliança entre o liberalismo e o nacionalismo torna-se a bandeira da Revolução de 1848, que foi bem-sucedida em muitos detalhes considerando o fracasso da unidade nacional em um Estado pelos alemães. Um dos temas de debates mais importantes na Assembleia Nacional reunida em Frankfurt em 1848 dizia respeito à elaboração e aprovação de uma constituição e à questão nacional. No entanto, haviam enormes divergências quanto a como isso poderia ser levado a cabo. Qual deveriam ser as feições do futuro Reich: um pequeno Reich que englobasse os Estados alemães e fosse dirigido pela Prússia ou um grande Reich alemão que, além daqueles, incluísse também a Áustria; uma monarquia parlamentar como a defendida pelos liberais ou uma república como nos moldes sustentados pelos radicais. “O implacável nacionalismo e o arrogante sentimento de superioridade cultural do parlamento de Frankfurt são singularmente repulsivos, mas estão muito distantes das manifestações posteriores do sentimento nacional alemão” (Kitchen, 2013: posição 2249). Eles debateram a questão constitucional por longos seis meses, tempo suficiente para que a contrarrevolução se organizasse. A revolução malogrou. Quem venceu foi o absolutismo prussiano e o particularismo dos pequenos

Estados alemães. Porém, “as revoluções de 1848 deixaram claro que a classe média, o liberalismo, a democracia política, o nacionalismo e mesmo as classes trabalhadoras eram, daquele momento em diante, presenças permanentes no panorama político”. (Hobsbawm, 1996: 50)

Uma reavivada Confederação Germânica reagiu nos anos de 1850 perseguindo duramente a tudo que aparentasse ser uma reedição de 1848. No final desta década, a política nos Estados alemães reagiu cautelosamente com uma política liberal. A questão nacional permaneceu aberta e parecia ser insolúvel. Contemporânea a esses eventos avançava a cientificização da disciplina História e do pensamento progressista linear marcado por uma força orientadora.

Na década de 1850, os historiadores da escola histórica prussiana [*borussischen Historiker*] começaram a se destacar, em especial, Johann Gustav Droysen (1808-1884), que de acordo com o argumento de Ewald Frie, concebeu sua principal obra, “História da Política Prussiana” (*Geschichte der preußischen Politik*) como “a apresentação de uma reflexão do passado com intenção de orientação para o presente e futuro”. Ela enfoca a política externa da Prússia durante o período entre o século XV e o começo da Guerra dos Sete anos. Este trabalho de Droysen era uma mistura de análise histórica, orientação política liberal e esperança na unificação do *Reich* pela Prússia. A unificação “somente seria possível através do Estado prussiano” (Frie, 2004: 2). Segundo Arthur Assis, essa obra de Droysen, é “guiada pela intenção de documentar empiricamente a ideia (nacionalista e histórico-religiosa) de que à monarquia prussiana se havia confiado a missão histórica da unificação dos estados alemães” (Assis, 2010: 33). Na visão dos integrantes da escola histórica prussiana, a nação não possuía nada de artificial, pelo contrário: ela era não só um valor supremo, mas também o destino da história e a Prússia tinha a missão de estabelecer uma unidade alemã no meio das outras potências. Eles queriam criar uma tradição para a missão alemã da Prússia. No entanto, é preciso ressaltar que os projetos para a formação de um Estado-nação eram multifacetados. “Da missão da Prússia na Alemanha até a missão da Alemanha no mundo”. (Ullmann, 1995: 7). O termo “borussisch” ficou marcado como exemplo da utilização de trabalhos científicos históricos para fins de legitimação do poder político da Prússia e da Alemanha. (Frie, 2004: 3). O que é corroborado por Julio Bentvoglio em sua análise sobre os trabalhos publicados na revista *Historische Zeitschrift*, a escola histórica prussiana “devotava-se mais à história contemporânea, em especial, a eventos ligados, direta e indiretamente, à história da Prússia. Ocupava-se ainda de estudar a história de outros Estados germânicos,

tendo, como característica diferencial, a intensa atividade política em prol da unificação por parte dos historiadores a compunham” (Bentivoglio, 2011: 93-94).

Em não mais que uma geração se condensaram no Kaiserreich experiências, hábitos de vida, orientações políticas e sociais de dois séculos. (Frie, 2004: 1)

## 2.2 História do Kaiserreich entre a “Gründung” e a derrota

A Fundação e unificação interna se deveram ao trabalho conjunto entre a coroa, o chanceler, o exército e a maioria dos liberais, enquanto os conservadores, a esquerda e também o centro católico estavam mais ou menos por fora. Como veremos a seguir, isso também se manifestou na historiografia.

Optamos aqui pelo termo “Fundação”, que é comumente utilizado pelos historiadores alemães para se referir ao processo de unificação alemã. Porque a historiografia alemã se refere à Unificação como Fundação (*Gründung*), ao passo que para a Reunificação (1990) fazem uso do termo Reunificação (*Wiedervereinigung*) é uma pequena questão que, infelizmente, não procuraremos elucidar ao longo da pesquisa.<sup>35</sup>

A Fundação tendo sido alcançada após três arriscadas, porém vitoriosas guerras (1864, 1866 e 1870), sob a liderança da Prússia, isto é, através da condução de Bismarck dos assuntos políticos e da engenhosidade de Von Moltke no campo de batalha, a interpretação nacional-liberal – que defendia a fundação do Reich através da via prussiana, subentenda-se, do Estado pequeno-alemão sem a presença da Áustria – impôs-se de modo crescente em relação às outras interpretações, que passaram para o segundo plano.

Os sucessos da Prússia forneceram material substancial para uma “lenda histórica”, pela qual, o historiador Jacob Burckhardt (1818-1897) temia que “toda a história universal desde Adão deveria ser pintada e orientada até a vitória alemã de 1870”

---

<sup>35</sup> Quando pensamos a respeito destas duas palavras vê-se, quão diferentes são seus significados. *Unificação* é uma palavra que remete ao passado, para o anterior, pressupõe a existência de algo que foi transformado em outra coisa, mas nessa outra coisa permaneceria algo da anterior e com isso dar-se-ia uma ideia de continuidade; ao passo que a palavra *fundação* está voltada para o futuro, para o novo, para o rompimento. Quando falamos em unificação alemã, estamos nos referindo à permanência? Enquanto os alemães querem se referir a Fundação da Alemanha como rompimento? Essas questões mereceriam investigação mais aprofundada, que infelizmente não é possível de ser feito aqui.



(Winkler, 2000, v. 1: 264). É possível deduzir que diante de tal defesa inflamada, não sobrara muito espaço para a argumentação contrária, mas é preciso instar aqui. Antes da Fundação, a sentença histórica de Droysen sobre o futuro da Alemanha não estava sozinha, havia outras historiografias alternativas importantes: a que defendia a solução da questão nacional através de uma “grande-Alemanha”, apoiada, em especial, por historiadores católicos e de algumas historiografias mais isoladas como as de cunho conservador e marxista. Mesmo o quadro positivo do *Kaiserreich* pintado pelos historiadores nacional-liberais não era homogêneo. (Ullmann, 1995: 7)

A esta altura deveríamos nos fazer a seguinte pergunta: o que mudou na historiografia após a Fundação do Reich em 1871? Nas duas décadas subsequentes à 1871, O conteúdo dos trabalhos da escola histórica prussiana se modificou. Originaram-se interpretações, nas quais a história alemã aparece como prusso-alemã e a unidade do Reich teria ocorrido desde muito apartada da Áustria. Os hegemônicos historiadores nacional-liberais se permitem fascinar pelo novo poder do Estado-nação alemão e também pela violência do indivíduo, que quebra as estruturas. Essa fascinação cobra seu preço, pois, as esperanças liberal-democráticas passam para o segundo plano com o correr dos anos e com os improváveis sucessos na política externa, a convicção de que seria melhor organizar um futuro nacional com Bismarck do que aguardar seu fim. A análise do passado de Droysen orientada para o futuro é reestruturada por Heinrich von Sybel e Heinrich von Treitschke, representantes de uma geração de historiadores norteados pela ideia de legitimação do presente prusso-alemão. Para essa geração de historiadores, de acordo com Hans-Peter Ullmann, o *Reich* não haveria de se tornar o conteúdo de todo desejo e aspiração futura, mas já era algo real. Os dois reivindicavam uma historiografia universal objetiva. Para isso, viera do segundo plano para o primeiro, a expansão imperialista do *Reich* e assim o olhar sobre os aspectos políticos de sua história se tornaram ainda mais fortes. Além disso se colocavam fortemente contra as tentativas de abrir a ciência histórica às ciências sociais, o interesse da maioria dos historiadores pelos grandes feitos dos grandes homens, em especial, Bismarck. (Ullmann, 1995: 8)

De acordo com Hans-Ulrich Wehler, o liberal de direita, Heinrich von Sybel expressou em 1871 um amplo sentimento de cumprimento do dever político nacional da burguesia: “Como é que se mereceu a graça de Deus, para se experimentar coisas tão grandes e poderosas”, porém em conjunto a essa receosa pergunta: “E como se viverá mais tarde? ”. Ao passo que, até o próprio Bismarck se perguntara de modo semelhante: “O que virá após tais poderosos sucessos? ” Na interpretação de Wehler, esse ceticismo,

um quase medo do dia-a-dia da política do *Reich* provou ser justificado a partir de 1873. Sob a pressão não somente das crises econômicas, mas também das crises políticas e sociais se demonstrava o caráter heterogêneo do *Reich*, cujas partes tinham sido fundamentalmente inventadas, é claro, a partir de diferentes tradições históricas. (Wehler, 1994: 96)

Nas décadas do entorno da virada do século, isto é, 1890 e 1900, o tom das interpretações historiográficas mudou novamente. O futuro move-se cada vez mais para o centro dos estudos. Por um lado, é destacada a situação de risco que corria o *Reich* na política externa, por outro, a fundação do *Reich* atuava como um compromisso pela ação política ofensiva mesmo depois de Bismarck ter sido demitido do cargo de chanceler. Estamos nos referindo à Alemanha guilhermina (1890-1914), marcada pelo seu florescente crescimento econômico, em especial a partir de 1896, a seus adventos culturais e a seus multifacetados desafios, tanto na política doméstica, quanto na externa. Bons exemplos deste tipo de produção historiográfica são os de Dietrich Schäfer para quem, de acordo com Ewald Frie, nenhuma outra nação na Europa “é tão dependente da mobilização de todas as suas forças, nem tão sobrecarregada historicamente e geograficamente como nós somos”. (Frie, 2004: 4). De sua “História Alemã” é possível reproduzir aqui o seguinte trecho: “Aquele que deseja se referir à historiografia com uma tendência política, pode apenas ser respondido pelo autor, que confessa tal tendência. No entanto, ela [a historiografia] não tem outro ponto de origem ou de referência que amor pelo país e a fé em seu futuro” (Frie, 2004: 4).

Erich Brandenburg, assim como Dietrich Schäfer, também apresentou uma argumentação que se relacionava com o futuro e tinha consciência do perigo. O manuscrito de sua obra “A Fundação do Reich” (*Die Reichsgründung*) foi concluído em 1914 e publicado em 1916 e também ressaltava os “os perigos da nossa situação geopolítica e do caráter nacional”. Ao contrário de Schäfer, Brandenburg aconselhava modéstia durante a guerra: “a pequena Alemanha deve permanecer o que se tornou em 1871; se não queremos evocar mais uma vez as lutas e provações, pelas quais passaram nossos pais, e sobre as quais narra este livro”. (Frie, 2004: 4)

A Primeira Guerra Mundial mudou a situação totalmente. Durante a guerra, a maior parte da propaganda alemã, na qual grande número de historiadores estavam ativamente envolvidos, muito do discurso de “ideias de 1914” é mencionado. Sob este título uma soma de características foi elaborada, por meio da qual o *Reich* se diferenciava beneficentemente das democracias capitalistas do Ocidente bem como da dominação czarista

autocrático no Leste. Padrões similares de argumentação também haviam ao lado dos Aliados, mas com valorização oposta. Na Inglaterra e França a imagem de uma potência econômica e militar foi elaborada, que devido ao seu caráter nacional, a sua equipe de gestão incompetente e por seu antiquado sistema político se constituía em uma ameaça constante para os seus vizinhos. Um dos melhores produtos deste tipo incluiu uma representação do Kaiserreich de Thorstein Veblen, em sua opinião, o Kaiserreich não tinha futuro porque a modernização econômica e atraso político produziam tensão cada vez maior. Diagnosticado tanto pelo lado alemão quanto pelos aliados, o *Sonderweg* alemão desempenhou um papel proeminente em comparação com o Ocidente e o Oriente no debate sobre o Kaiserreich – tornando-se positivo ou negativo. (Frie, 2004: 5). Não nos aprofundaremos na discussão sobre o *Sonderweg* neste momento, pois a seguir procuramos mapear historicamente tal conceito que ocupa posição central em muitas pesquisas acadêmicas.

### **2.3 Interpretações sobre o Kaiserreich na República de Weimar e no Terceiro Reich**

Lidaremos nesta seção com as interpretações sobre o Kaiserreich diante do pano de fundo formado pela derrota das tropas alemãs na Guerra Mundial, da abdicação do Kaiser, da queda do sistema monárquico, da assinatura do Tratado de Versalhes e do advento da República de Weimar. Qual seria o significado do Kaiserreich em relação ao novo contexto marcado não mais pela sensação de embriagante vitória como na Fundação, mas pelo gosto amargo da derrota e capitulação?

Com a queda da monarquia Hohenzollern e a derrota da Alemanha na Guerra Mundial, Alfred Weber assim identificaria o dilema que se colocou diante da Alemanha: Como combinar o progresso tecnológico e a democracia parlamentar ocidental, com um compromisso inabalável com os valores culturais não-utilitários. Apesar de acreditar que o progresso industrial levava a nação à rivalidade comercial e conseqüentemente à Guerra com França e Inglaterra, ele tinha esperanças de que a Alemanha conseguisse se estabelecer democraticamente e desse modo, promover a sincronização do campo político à esfera econômica, o que não ocorrera durante a época imperial. E como os demais intelectuais modernistas, cuja maior parte não eram democratas de coração, Alfred Weber acreditava que a República era a forma natural de governo de uma sociedade extremamente industrializada como a Alemanha. Se nos tempos do Kaiserreich ela

guiara-se parcialmente pelo modelo inglês, na República de Weimar ela acabaria por superar o modelo inglês, e, não obstante, o utilitarismo, superficialismo e comercialismo de uma moderna sociedade industrial, a Alemanha não abriria mão do seu interesse em ideias e valores culturais (Ringer, 2000: 228)

Os debates não eram mais como aqueles em que Sybel e Treitschke tinham diante de si um horizonte aberto graças as realizações de um Kaiserreich a muito almejado, e então, recém fundado e que buscavam legitimar através do crivo de seus trabalhos acadêmicos. Também não eram mais como as discussões em que Schäfer e Brandenburg destacavam os riscos das missões futuras do Reich. Inicialmente, podemos dizer que o Kaiserreich fora bastante questionado a partir de seu fim. Como teria se dado a Guerra Mundial e o colapso? Quem poderia ser responsabilizado pela derrota? Como se poderia avaliar a Republicana contemporânea em comparação com o extinto Kaiserreich? (Frie, 2004: 5)

Na República de Weimar, a interpretação do Kaiserreich também se tornou mais diversificada. Havia uma maioria de historiadores nacional-conservadora, que manteve firme na interpretação anterior do Reich de 1871, apesar do quadro catastrófico que a segunda metade da década de 1910 apresentava. Além da maioria nacional-conservadora, havia uma minoria de historiadores liberal-democrática e pró-republicana. Porém, as sínteses dos anos 1920 se moviam entre polos de um distanciamento crítico do Kaiserreich, que frequentemente tinha a ver com a aceitação ou endosso da República de Weimar e defesa incondicional do Kaiserreich, a partir do qual e da revolução a República de Weimar decolou fraca e desprezível. É possível personalizar os polos – entre os quais é preciso destacar, havia muitas posições intermediárias – através dos historiadores Johannes Ziekursch e Adalbert Wahl. (Frie, 2004: 5) (Ullmann, 1995: 8)

Através de sua obra publicada em 1930 em três volumes intitulada “História política do novo *Kaiserreich*” (*Politische Geschichte des neuen deutschen Kaiserreich*), Johannes Ziekursch retoma a tradição de Sybel e Treitschke, a fim de rever o Kaiserreich desde a sua fundação. Ele descreve o Kaiserreich não mais como uma realização de acordo com o “espírito da época”, mas como um baluarte contra a realização do “espírito da época”. Diferentemente de Sybel e Treitschke, que na década de 1870 tinham diante de si as realizações de uma Alemanha triunfante, Ziekursch construiu sua interpretação desde o início como uma história-desastre que recebeu como *telos* a derrota na Guerra e a revolução. Na visão de Ziekursch, havia poucas possibilidades de se evitar o desastre. Uma delas era mudar o rumo do timão decisivamente, no entanto, isso não seria possível

enquanto Bismarck estivesse no comando da nau. O jovem Guilherme II se encontrava em condições, mas ele não tinha conseguido realizar “uma ruptura com a forma de governo de Bismarck”, mesmo após a demissão deste. Ziekursch defende que somente atrelando seu destino ao do liberalismo democrático, Guilherme II poderia ter conduzido a Alemanha em conformidade com o “espírito da época”. De acordo com Ziekursch, “A obra de Bismarck ensina o que o gênio político pode realizar em contradição com seu tempo, mas também, como o tempo se sobrepõe ao mais forte”. Ziekursch queria demonstrar que Bismarck já tinha selado o destino trágico do *Reich*. “Aos opositores políticos é possível derrotar, não ao tempo”. (Frie, 2004: 6)

Não é de se surpreender que a exposição de Ziekursch fosse recebida com pouco entusiasmo dentro da guilda de historiadores alemães. Fiando-nos pelo comentário de Ewald Frie, a apresentação de Ziekursch “contradizia demasiadamente as ideias de uma interpretação da elite acadêmica que em grande parte cresceu no Kaiserreich e nele tinha estabelecido uma carreira. Embora a maioria reconhecesse as deficiências de Guilherme II. No entanto, Bismarck foi construído como uma contrapartida positiva, o que era incompatível com teses de Ziekursch”. E em segundo lugar, ele esperava, um novo avanço alemão com base na República. Embasado nesta crença, Ziekursch tinha a pretensão de educar a geração do pós-guerra. Esse tipo de compromisso com a democracia de Weimar, a maioria dos historiadores alemães não gostaria de assumir ao fim dos anos de 1920. (Frie, 2004: 6)

Na ala direita, Adalbert Wahl publicou entre 1926 e 1936 sua obra em quatro volumes “História alemã. Da Fundação do Reich até a erupção da Guerra Mundial (1871-1914)” (*Deutsche Geschichte. Von der Reichsgründung bis zum Ausbruch des Weltkrieges: 1871-1918*). De acordo com Ewald Frie, Wahl, assim como Ziekursch também começou sua obra com uma introdução que analisava a história intelectual e descobriu que o Kaiserreich tinha chegado ao poder desde a Revolução Francesa opondo-se ao “espírito” liberal e democrático. Mas, para Wahl, o Kaiserreich manteve esse espírito desviando-se do desenvolvimento humano de longo prazo e, portanto, enxergando, em geral, como um título de honra da Prússia-Alemanha em particular e de Bismarck. Eles haviam se apoiado mutuamente contra este desenvolvimento. “O Reich lutou pelo caráter nacional, pela manutenção das diferenças corporativas, pela Constituição e federalismo germânico, pela proteção do trabalho e do Estado, pelas forças da tradição, da fé e alma. No Reich se veria, sem dúvida, um ponto culminante da história

humana”. Na interpretação de Wahl, a República de Weimar equivalia a decadência. (Frie, 2004: 6)

Enquanto Ziekursch ainda é utilizado no século XXI, como ponto de referência em uma discussão crítica na construção do Reich, Adalbert foi esquecido. (Frie, 2004: 7)

É preciso ressaltar que, a ideologia do *Sonderweg* alemão estava à disposição dos historiadores pós Primeira Guerra. Esta ideia pertencia ao século XIX, seu conteúdo era variável, tinha ligação estreita com a busca pela identidade nacional alemã, no entanto, na República de Weimar adquiriu imagem histórica poderosamente significativa. Era a alegação multifacetada de que o desenvolvimento alemão diferia da Europa Ocidental e a reboque a descoberta da superioridade alemã em muitas áreas, especialmente no campo da cultura. No caminho da Alemanha para a modernidade, o desencadeamento da dinâmica industrial no bojo de um Estado autoritário, foi considerado exemplar. Esta visão queria ajudar a reconciliar o presente com o passado, porém não promoveu uma confrontação crítica de ambos. Mas os intérpretes do Reich de 1871, apesar de certas semelhanças, oscilaram entre transfiguração de um lado e verificação por outro, o que começou a estabelecer conflitos internos como os pontos fracos do sistema autoritário. De acordo com Hans-Peter Ullmann, “estes concebiam, apesar das diferenças entre eles, uma outra imagem, muito mais escura do Reich, na qual confrontaram, apesar de destacar tanto os objetivos da revolução de 1848-1849 ou o desenvolvimento das democracias ocidentais e suas deficiências em conformidade, e finalmente se perguntavam, quais decisões antes de 1871, e, no entanto, também quais defeitos estruturais internos e decisões erradas na política externa, o pequeno Reich alemão tomou na guerra e revolução e que pessoas e grupos sociais tinham sido responsáveis”. (Ullmann, 1995: 8 e 9)

Neste ponto de nosso voo a grande altitude sobre a história alemã, lançaremos mão do professor de teologia Zeitblom – personagem narrador criado pelo escritor Thomas Mann em seu romance *Doutor Fausto* – a fim de introduzir a questão do intrincado núcleo traumático da consciência alemã que se formaria a partir de meados da década de 1940. Zeitblom preconizava, no fim da Segunda Guerra Mundial, que no caso de derrota, o destino imporá à alma alemã um dilema permeado de “ininterruptos tormentos da consciência”.

Preciso constatar [diz Zeitblom] que o dilema, no nosso caso, acentua-se de modo nunca visto, e não posso esquivar-me de um profundo ressentimento contra aqueles que [no caso os nazistas] levaram um povo tão bom a uma situação espiritual que, na minha opinião, aflige-o

mais gravemente do que qualquer outro e o coloca em choque desesperado consigo mesmo”. (Mann, 2000: 48)

## 2.4 Discussões fundamentais após 1945

Com a queda do regime nacional-socialista ocasionada por meio da destruição sistemática dos bombardeios aéreos dia e noite, da invasão do território alemão pelas forças militares aliadas e pela posterior deslegitimação cultural e espiritual provocada pela libertação dos campos de concentração, a interpretação do Kaiserreich mergulhou em uma profunda crise. O que o Kaiserreich tinha haver com ditadura, genocídio e a II Guerra Mundial?

Após 1945, os principais historiadores alemães trabalharam em pontos chave da história alemã. Porém, no que diz respeito ao Kaiserreich, estavam interessados em fundir a soberania alemã. Dois influentes historiadores eram Friedrich Meinecke e Gerhard Ritter. Quando Meinecke publicou seu ensaio “A Catástrofe alemã. Considerações e memórias” (*Die Deutsche Katastrophe. Betrachtungen und Erinnerungen*), tinha a idade de 83 anos. (Frie, 2004:8). Ele estava interessado nas causas da “catástrofe alemã” e o debate que se seguiu questionava um “caminho errado” (*Irrweg*) da história alemã, mas não conduziu a uma revisão do quadro histórico, como era esperado. Por seu lado, os apontamentos de Ritter, imediatamente após a guerra foram colocadas em conexão com uma ampla visão geral do Kaiserreich e a história alemã na era moderna.

Na expressão de Winfried Schulze, a “forte fase de reflexão moral” não foi seguida por uma quebra metodológica e seguia adiante com uma historiografia ainda predominantemente política. Desse modo, a controvérsia em torno do *Reich* alemão de 1871 movia-se na década de 1950 em grande medida segundo linhas problemáticas tradicionais, isto é, as diferentes formas de ver o próprio Kaiserreich eram novamente envolvidas num debate sobre a avaliação e valorização de Bismarck. Mesmo a “Controvérsia Fischer”, que ocorreu no começo dos anos 1960, discutia a responsabilidade alemã para com a eclosão da Primeira Guerra Mundial. No entanto, para Hans-Peter Ullmann, ela teria preparado o terreno para uma reorientação na pesquisa sobre o *Kaiserreich* a partir dos anos de 1970. (Ullmann, 1995: 10)

## 2.5 O irrompimento dos anos de 1970

Diferentes linhas de desenvolvimento correram juntas a partir de então, de acordo com Ullmann. Houve mudanças na ênfase de pesquisa em relação ao Kaiserreich ilustrado pelo crescente interesse por uma perspectiva social da história, em especial, por parte dos intelectuais que haviam retornado do exílio. Na República Federal Alemã da década de 1970, a longa tradição de interpretações mais críticas em relação ao Kaiserreich ganhou atratividade novamente. Havia algumas concepções fundamentais que compartilhavam uma série de interpretetes. “Como característica principal do Kaiserreich eles validavam a contradição entre a rápida modernização socioeconômica e a ausência de modernização política”. Eles pesquisavam sobre a gênese do *Reich* pequeno-alemão, especialmente a fracassada revolução de 1848-49. (Ullmann, 1995: 10) A tradicional concentração da ciência histórica alemã em torno de temáticas sobre o Estado e do campo da política foi quebrada. (Frie, 2004:11)

O “Kaiserreich de Wehler”, de acordo com Ewald Frie, mais tarde conhecido como um conceito estabelecido, apresentou-se como produto de um novo olhar interrogativo e interpretativo sobre o Kaiserreich, inaugurando uma nova era na historiografia alemã a respeito. Tal conceito identifica o perfil elevado, bem como o modo pessoal de interpretação de Wehler (Frie, 2004: 10). Segundo Wehler, as “convenções de interpretação e apresentação da historiografia alemã que dominavam desde o século XIX” deveriam ser superadas. Segundo René Gertz, a intenção de Wehler era enfrentar e superar o Historicismo. (Gertz, 2011: 151). 100 anos após a “Fundação” (*Die Gründung*), ele publicou um livro com intenção de fazer um balanço crítico daquele meio século em que perdurou o *Deutsche Kaiserreich*. Com a palavra, Wehler:

Uma história do Kaiserreich alemão de 1871 não pode mais, em minha opinião, ser escrita hoje no estilo da tradicional narrativa de eventos. Pois, ao se insistir em levar adiante convenções de apresentação e interpretação da historiografia alemã desde o século XIX, ao se mover docilmente dentro da tradicional guilda dominante com o seu conceito restrito “de” política, ao se respeitar apenas os limites de explicação entre a ciência histórica e as ciências sociais, dificilmente será possível ser justo com as reivindicações legítimas para um novo livro, no qual se procura traçar um balanço crítico cem anos após a Fundação do Reich. Essas reivindicações baseiam-se no seguinte: informação está combinada a esclarecimento, linhas de desenvolvimento são perseguidas na economia e sociedade, e que, portanto, os processos de decisão política tornam-se transparentes ao se questionar as ligações e as consequências desses desenvolvimentos e decisões. Neste caso, a tradicional apresentação histórica: o



relato cronológico da história dos eventos, não só é contestável, mas também contraria o interesse analítico histórico de nosso tempo. Um caminho legítimo advindo desse dilema pode ser visto na análise estrutural histórica orientada à problemas da sociedade alemã e sua política nos 50 anos entre 1871 e 1918. (Wehler, 1994: 11)

De acordo com Ewald Frie, a mensagem da moderna Ciência Histórica alemã começa na década de 1970. Wehler nasceu em 1931, começou sua carreira acadêmica após 1945 e estudou nos Estados Unidos. Trabalhou em parceria com historiadores como Hans Rosenberg, que na época da ditadura nazista sobreviveu exilado naquele país. Frie atribui três importantes características ao principal professor acadêmico de Wehler: Theodor Schieder: 1) Levou adiante a Ciência Histórica através de seu próprio trabalho. 2) Apresenta-se dentro da historiografia alemã como uma importante figura de liderança e integração entre as gerações e escolas. 3) Foi um estimulador e o mais importante mentor de uma geração de historiadores, que desde a década de 1960 se tornou a condutora de ideias. (Frie, 2004:10)

A interpretação de Wehler foi importante de três maneiras: como retomada da tradição, ora transbordando-a, ora assoreando-a; como um resumo do novo estatuto das discussões desde a década de 1960; como uma espécie de livro tese, em que os pesquisadores trabalharam nos anos seguintes. Wehler começa o balanço final de seu livro *Das deutsche Kaiserreich 1871-1918* com uma citação do historiador Johannes Ziekursch, lembrando assim a interpretação crítica da época de Weimar sobre o Kaiserreich. Segue a referida citação: “O orgulhoso castelo do novo Kaiserreich foi construído contrariando o espírito da época”. [...], através de astúcia e violência, em luta intensa com os seus adversários no exterior e também internos, sob violação da Constituição e guerra civil, passando sobre a cabeça do seu relutante rei e contra a vontade de uma grande parte do povo alemão, o caminho que Bismarck não queria trilhar”. (Wehler, 1994: 227)

Wehler enriquece sua análise com a política externa e interna dos últimos anos de Bismarck e da era guilhermina advinda de Eckart Kehr, historiador da esquerda que faleceu no exílio em 1933 e que interpretava a política externa sob os desígnios da interna [*Der Primat der Innenpolitik*] e que tinha apontado para a conexão entre economia, militarismo e política no fim do Kaiserreich. Retoma a tese do *Sonderweg*, que Ritter esperava ter sepultado, tornando-a negativa. (Frie, 2004:10).

Wehler colocou no centro de sua apresentação “a questão da peculiar carga da história alemã” e defendia que “sem uma análise crítica desse fardo histórico, que em especial se tornou mais pesado no Kaiserreich, não é possível iluminar o caminho em direção à catástrofe do fascismo alemão.” (Wehler, 1994:11-12). Assim, uma mistura estranha, igualmente debilitante e altamente explosiva entre velho e novo apareceu de onde o Kaiserreich havia finalmente perecido. O que restou, seria um duro legado, que desviou o olhar das cargas da época anterior a 1918 e teria contribuído para a ascensão do nacional-socialismo. (Ullmann, 1995: 11).

Uma série de conceitos desempenhava um papel importante na pesquisa sobre o Kaiserreich das décadas de 1970 e 1980: modernização e teoria da modernização, Imperialismo e imperialismo social, capitalismo organizado, bonapartismo, “Primado da política interna”, o *Sonderweg* alemão (Frie, 2004:11), feudalização da burguesia, parlamentarização, industrialização, democratização, revolução burguesa fracassada de 1848/49 (Ullmann, 1995: 11)

Na década de 1980 e também no começo dos anos de 1990, os resultados irrompimento da Ciência Histórica, a partir da “Controvérsia Fischer” e da interpretação de Hans-Ulrich Wehler sobre o Kaiserreich, concentram-se em novos trabalhos. Autores como Michael Stürmer, Wolfgang Mommsen, Thomas Niepperdey e o próprio Hans-Ulrich Wehler apresentavam suas pesquisas através de publicações, ainda que tivessem diferentes orientações políticas. (Frie, 2004:11)

A apresentação de Thomas Nipperdey era uma interpretação liberal-conservadora alternativa à pesquisa social-liberal de Wehler. De acordo com a análise historiográfica de Ewald Frie, enquanto Wehler dissecava analisando, Nipperdey narrava. Sua “História alemã 1866-1918”, mais de 1.800 páginas em dois volumes, deveria “abrange a totalidade do modo de vida, que se sobrepõem as muitas histórias possíveis de econômica, constitucional, classes e luta de classes, a industrialização, cotidiano, mentalidade e grande cultura”. Porém, isso ocorreu de forma muito menos sistemática. Nipperdey oferece no primeiro volume um panorama do cotidiano, economia, relações sociais, camadas sociais e classes, religião, educação, ciência, alta cultura e imprensa. No segundo volume, política interna e externa eram os temas. (Frie, 2004:13)

No entanto a ênfase de Nipperdey no pluralismo não significa capitular à massa e a eliminação de posicionamento. Ela era o próprio programa. Embora Nipperdey tivesse compartilhado muitas das inovações metodológicas e substantivas dos anos 1960 e 1970, ele via o Kaiserreich como “uma modernização resistível, travada e contraditória, como

um conflito de modernidade”, ele processou os debates teóricos relacionando-os, alguns inclusive em que ele próprio tinha tomado parte.

Para Nipperdey a tese do *Sonderweg*: “a consideração da época do Kaiserreich apenas como uma história do nacional-socialismo e Hitler tinha se tornado totalmente obsoleta; outras continuidades construídas sobre essa época, seja de Weimar ou da República Federal. Nesta perspectiva, apresentava-se também um excepcionalismo europeu, não um *Sonderweg* alemão, mas uma variação alemã das operações comuns europeias”. Nipperdey não acreditava em um bloqueio da modernização política, com consequências desastrosas: “a história do Reich de 1871 até 1914 é uma história própria da normalidade europeia, soluções bem-sucedidas para os problemas, bem como tentativas falhas de reforma e modernização inibida, mudança violentas em qualquer caso e mudanças de grande peso”. (Frie, 2004:14)

No horizonte dos anos 1970, com o alargamento das condições do sistema político para a economia, cultura e relações sociais, a história do cotidiano se tornou uma temática, seguida pela história cultural. As teses analíticas e rigorosas da história de Wehler, o elaborado panorama relativizado de Nipperdey, às quais poderíamos juntar a tragédia de imagens alemãs do Reich de Michael Stürmer, a história política e cultural de Wolfgang J. Mommsen, compunham uma rica colheita, que os protagonistas do advento da ciência histórica do final dos anos 1960 e 1970, introduziram nos anos 1980 e início dos anos 1990. (Frie, 2004: 11-14)

## 1.6 Desenvolvimentos após a Reunificação

Pouco após os influentes historiadores das décadas de 1970 e 1980 terem fomentado suas discussões, novas apresentações panorâmicas surgiram. Elas deslocaram seu interesse para além do mundo da política e geralmente eram livros mais finos, menos enciclopédicos e escritos com maior coragem de deixar lacunas abertas. “A grande potência nervosa” (*Die nervöse Großmacht*) de Volker Ullrich detém-se com proximidade em questionamento e estilo aos debates da década de 1970. Volker R. Berghahn, no entanto, visa uma história da sociedade alemã em todos os seus aspectos em sua obra “Alemanha imperial, 1871-1914. Economia, sociedade, cultura e política” (*Imperial Germany, 1871-1914. Economy, Society, Culture, and Politics*). A partir da discussão em 1970 sobre as continuidades entre o Kaiserreich e do Terceiro Reich, ele se despede com a observação irônica de que ele já se considerava forte o suficiente para

descobrir por que a Alemanha tinha ido à guerra em 1914. Na obra do historiador britânico David Blackbourn, “O longo século XIX. História da Alemanha 1780-1918”, a política do longo século XIX é colocada à margem. Na obra “O Império Alemão 1871-1918” (*Das Deutsche Kaiserreich 1871-1918*), publicado em 1995, Hans-Peter Ullmann descreve o Kaiserreich como “entidade ‘entre as épocas’”, (Ullmann, 1995: 7), de curta duração, mas que diversas vezes mudou seu caráter. Ele estava interessado principalmente nas mudanças que ocorreram com o passar dos anos. Seu livro é uma pequena, mas significativa apresentação geral do *Reich* e uma síntese dos diversos campos da sociedade e o desenvolvimento político. Quando Jörg Fisch, em 2002, incorpora o Kaiserreich em uma história da Europa em sua obra “Europa entre crescimento e igualdade 1850-1914” (*Europa zwischen Wachstum und Gleichheit 1850-1914*), ele exhibe uma outra transgressão de fronteira: a tendência das pesquisas a uma comparação internacional. (Frie, 2004: 15)

O que diferenciam essas apresentações mais recentes é a sua abertura e podem ser uma despedida das grandes narrativas históricas. Elas pesaram cuidadosamente conceitos como Estado, nação, *Reich* e política – que Droysen tinha aberto em 1850 – e promoveram uma despedida destes velhos conceitos chave. O Kaiserreich sempre foi uma referência da identidade nacional alemã. As visões próprias de Stürmer, Mommsen, Wehler e Nipperdey indicam isso. Heinrich August Winkler em sua monumental apresentação “O longo caminho para o oeste” (*Der Lange Weg nach Westen*), publicado em 2000, é o acorde tardio. As últimas apresentações deixaram este campo de batalha caracteristicamente alemão e, assim, atraíram novas possibilidades observação. Talvez seja uma expressão da autoconsciência alemã no rastro de uma reunificação alemã bem-sucedida progredindo para a unificação europeia e globalização. (Frie, 2004:15)

Não há clareza, porém, aonde essa abertura vá levar. O que falta às últimas apresentações é uma perspectiva objetiva, como era comum a todas as apresentações da escola histórica prussiana de Droysen em diante. As conclusões e observações não condensam mais em uma grande história geral. Isto poderia ser uma expressão da “despedida da grande narrativa”, um chavão para muitos estabelecida nos últimos anos e desaparecendo de quadros interpretativos – geralmente inconscientemente – os textos de historiadores coesão e sentido oferecidos: modernização, a secularização, a formação de nação, talvez seja capaz de desenvolver uma perspectiva central que faça uma conexão da história do Kaiserreich com o século XXI. Na análise das controvérsias de pesquisa

individuais será importante garantir se surgem novas abordagens ou até mesmo uma nova forma de significado para o Kaiserreich. (Frie, 2004:15-16)

Na segunda década do século XXI, 25 anos após a Reunificação, a Alemanha está novamente diante de um dilema. Ela se equiparou à França e Inglaterra no plano político, assumindo um protagonismo inexistente até poucos anos atrás. Economicamente, indiscutivelmente, é a nação europeia mais poderosa. Aparentemente não quer assumir a posição de figura de proa da Europa. Recusa esse posto de liderança não só por razões históricas constrangedoras – todos sabem os resultados catastróficos das suas duas fracassadas tentativas militares de se alcançar o poder europeu e mundial na primeira metade do século XX – mas também por razões econômicas, pois teria que renunciar a parte de suas riquezas em prol dos países com problemas financeiros da União Europeia. De acordo com Ulrich Beck “Hoje, a Alemanha decide sobre o ser ou não ser da Europa”, essa frase resumiria a situação espiritual e política da Europa atual. A Alemanha foi catapultada pela crise financeira e do euro a essa posição de potência política decisiva da Europa. (Beck, 2015: 21)

Uma pergunta fundamental que podemos fazer após este sobrevoo historiográfico sobre o Kaiserreich diz respeito à possibilidade de transcender a visão estreita do Estado-nação e pensar a política sob uma nova ótica, realmente europeia e transnacional.

## Referências

### 1 Bibliografia de Hans-Ulrich Wehler

WEHLER, Hans-Ulrich: Rückantwort an Geoff Eley. In: *Merkur* 35 (1981), p. 760.

WEHLER, Hans-Ulrich: Deutscher Sonderweg „oder allgemeine Probleme des westlichen Kapitalismus? Zur Kritik an einigen Mythen deutscher Geschichtsschreibung“. In: *Merkur* 35 (1981), p. 478-487.

WEHLER, Hans-Ulrich. *Das deutsche Kaiserreich 1871-1918*. 7ª Edição. Göttingen: Editora Vandenhoeck & Ruprecht, 1994. [1ª Edição 1973].

WEHLER, Hans-Ulrich. Deutschland am Ende des langen 19. Jahrhunderts: Das Janusgesicht von Moderne und Tradition vor dem Beginn des neuen „Dreißigjährigen Krieges“. In: WEHLER, Hans-Ulrich. *Deutsche Gesellschaftsgeschichte, Bd. 3. Von der „Deutschen Doppelrevolution“ bis zum Beginn des Ersten Weltkrieges 1849-1914*, München: Editora C. H. Beck, 1995, p. 1250 a 1295.

WEHLER, Hans-Ulrich. *Die Herausforderungen der Kulturgeschichte*. Munique: Editora C. H. Beck, 1998.

WEHLER, Hans-Ulrich. *Historisches Denken am Ende des 20. Jahrhunderts: 1945-2000*. Göttingen: Editora Wallstein, 2001.

WEHLER, Hans-Ulrich. *Deutsche Gesellschaftsgeschichte, Volume 5: Bundesrepublik und DDR 1949-1990*. Munique: Editora C. H. Beck, 2008. [1995]

WEHLER, Hans-Ulrich. *Deutsche Gesellschaftsgeschichte, Volume 1: Vom Feudalismus des Alten Reiches bis zur Defensiven Modernisierung der Reformära 1700-1815*, Munique: Editora C. H. Beck oHG, 2008. [1987]

## 2 Bibliografia Geral

ASSIS, Arthur e MATA, Sergio da. O Conceito de história e o lugar dos *Geschichtliche Grundbegriffe* na história da história dos conceitos. In: KOSELLECK, Reinhart [et. al.]. *O conceito de história*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013. p. 09-34.

ASSIS, Arthur H. Johann Gustav Droysen (1808-1884). In: MARTINS, Estevão R. (Org.). *A História pensada: teoria e método na historiografia do século XIX*. São Paulo: Contexto, 2010. p. 31-36

BARROS, José d'Assunção. *Os conceitos: seus usos nas ciências humanas*. Petrópolis: Vozes, 2016.

BARROS, José D'Assunção. *Teoria da História*. Princípios e conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Vozes, 2011. v. 1.

BECK, Ulrich. *A Europa alemã: a crise do Euro e as novas perspectivas do poder*. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

BENTIVOGLIO, Julio. A “Historische Zeitschrift” e a historiografia alemã do século XIX. In: *História da historiografia*. Ouro Preto: n. 6, março, 2011. p. 81-101.

BLACKBOURN, David. *History of Germany 1780-1918: The long Nineteenth Century*. 2.ed. Malden: Blackwell Publishing, 2014.

BLACKBOURN, David. Memorial: Hans-Ulrich Wehler (1931-2014). In: *Central European History* n. 47, 2015. p. 700-715.

BOLE, Willi. *grandesertão.br: o romance de formação do Brasil*. 34. Ed. São Paulo: Duas Cidades, 2004.

BRECHT, Bertolt. *Histórias do sr. Keuner*. São Paulo: Editora 34, 2013 (2ª edição).

BREULLY, John. Hans-Ulrich Wehler: A Tribute. In: *German History* Vol. 33, n. 2, 2015. P. e1-e6.

BURKE, Peter. *A escola dos Annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia*. 2. ed. São Paulo: Editora da Unesp, 2010.

CARPEAUX, Otto M. *A histórica concisa da literatura alemã*. São Paulo: Faro Editorial, 2013.

CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: *A Escrita da História*. [2.ed]. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 2007.

CLARK, Christopher. *The Rise and Downfall of Prussia, 1600-1947*. Londres: Penguin, 2007.

DIEHL, Astor. Cultura historiográfica alemã: uma discussão nem tão estranha assim. In: GERTZ, René; CORREA, Sílvio (orgs) *Historiografia alemã pós-muro: experiências e perspectivas*. Santa Cruz do Sul/Passo Fundo: Edunisc/Ufp, 2007.

DUDEN. **Deutsches Universalwörterbuch**, 6. Ed. Mannheim: Editora Duden, 2006.

DUDEN. **Das Fremdwörterbuch**. 10. ed. Mannheim: Editora Duden, 2010.

EBERHARD, Renata M. P. Sobre tradição e inovação na ciência histórica alemã: entrevista com Hans Ulrich Muhlack. *História da historiografia*. Ouro Preto: n. 12, p. 13-33, ago. 2013.

ELEY, Geoff: *The British Model and the German Road: Rethinking the Course of German History before 1914*. In: BLACKBOURN, David e ELEY de *The peculiarities of German history. Bourgeois Society and Politics in Nineteenth-Century Germany*. Oxford: Oxford 1984.

ELEY, Geoff: Antwort an Hans-Ulrich Wehler. In: *Merkur* 35 (1981), p. 757-759.



ELEY, Geoff: Sonderweg und englisches Vorbild. In: BLACKBOURN, David e ELEY, Geoff. *Mythen deutscher Geschichtsschreibung: die gescheiterte bürgerliche Revolution von 1848*. Frankfurt am Main-Berlin-Viena: Ullstein, 1980, p. 7-70.

ELIAS, Norbert. *Os alemães: A Luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

ENZENSBERGER, Hans-Magnus. *Hammerstein ou a obstinação*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

EVANS, Richard. *A chegada do terceiro Reich*. [2.ed]. São Paulo: Planeta, 2014.

FISCHER, Lars. Continuity and discontinuity in Nineteenth and Twentieth-Century German History. *Canadian Journal of History*, v. 45, p. 565-588, 2010.

FRANCO J. Hilário. *A Idade Média, nascimento do Ocidente*. São Paulo: Brasiliense, 2006. [1ª Edição 1986]

FRIE, Ewald: *Das Deutsche Kaiserreich*. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 2004.

FULBROOK, Mary. *História Concisa da Alemanha*. São Paulo: EDIPRO, 2012.

GERTZ, René; CORREA, Sílvio (orgs) *Historiografia alemã pós-muro: experiências e perspectivas*. Santa Cruz do Sul/Passo Fundo: Edunisc/Ufp, 2007.

GERTZ, René. *Como é possível continuar escrevendo história política?* Anos 90, Porto Alegre: UFRGS, vol. 13, n. 23/24, p. 105-131, 2006.

GERTZ, René E. O Historicismo e a moderna História Social alemã. In: Araujo, Valdeir L. [et. Al.]. *A dinâmica do historicismo: revisitando a historiografia moderna*. Belo Horizonte: Fino traço, 2011. p. 149-168.

GOETHE, Johann Wolfgang. *Die Leiden des jungen Werther*. Dortmund: Harenberg, 1985.

GOETHE, Johann Wolfgang Von. *Os sofrimentos do jovem Werther*. 3. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

HACKE, Jens. Erfolgsgründe einer kraftstrotzenden Leistungsgesellschaft. *Süddeutsche Zeitung*, München, 1º set. 2008. Literatur, p. 14.

HACKE, Jens. Alphetier in Turnschuhen. *Süddeutsche Zeitung*, München, 14 out. 2015. Literatur, p. 14.

HAMILTON, Nigel. *Os irmãos Mann: as vidas de Heinrich e Thomas Mann, 1871-1950 e 1875-1955*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1985.

HOBBSAWM, Eric J. *A era das revoluções: Europa 1789-1848*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

HOBBSAWM, Eric J. *A era do Capital: 1789-1875*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

HOBBSAWM, Eric J. *Como mudar o mundo: Marx e o marxismo, 1820-2011*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

JOHNSON, Paul. *Tempos Modernos: o mundo dos anos 20 aos 80*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1994.

KITCHEN, Martin. *História da Alemanha moderna de 1800 aos dias de hoje*. São Paulo: Cultrix, 2013. Edição digital.

KLEMPERER, Victor. *LTI: a linguagem do Terceiro Reich*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

KOCKA, Jürgen. Tendências e controvérsias recentes na ciência histórica da República Federal Alemã. In: NEVES, Abílio e GERTZ, René (Orgs.). *A nova historiografia alemã*. Porto Alegre: Editora da UFRGS e Instituto Goethe. Porto Alegre, 1987.

KOCKA, Jürgen. Asymetrical Historical Comparison: The Case of the German Sonderweg. *History and Theory*, Vol. 38, N. 1, 1999, p. 40-50.

KOCKA, Jürgen. Historische Sozialwissenschaft heute. In: NOLTE, Paul [et.al] (eds.). *Perspektiven der Gesellschaftsgeschichte*. Munique: C. H. Beck, 2000.

KOSELLECK, Reinhart. *Vergangene Zukunft: Zur Semantik geschichtlicher Zeiten*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1989.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto Editora PUC-Rio, 2006.

KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do tempo: estudos sobre história*: 1.ed. Contraponto: Editora PUC-Rio, 2014.

LOUREIRO, Isabel. *A Revolução Alemã, 1918 – 1923*. São Paulo: UNESP, 2005.

MAGNOLI, Demétrio. (Org.). *História das guerras*.. São Paulo: Contexto: 2006.

MALERBA, Jurandir e AGUIRRE, Rojas, Carlos (Orgs.). *Historiografia contemporânea em perspectiva crítica*. Bauru: EDUSC, 2007. p. 45-67.

MANN, Heinrich. *O súdito*. São Paulo: Editora Madalena, 2014. [1919].

MANN, Thomas. *A montanha mágica*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

MANN, Thomas. *Doutor Fausto: a vida do compositor Adrian Leverkühn narrada por um amigo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

MANN, Thomas. *O escritor e sua missão: Goethe, Dostoievski, Ibsen e outros*. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

MARTINS, Estevão. Historiografia alemã no século 20: encontros e desencontros. In: MALERBA, Jurandir e ROJAS, Carlos (orgs.). *Historiografia contemporânea em perspectiva crítica*. Bauru, SP: EDUSC, 2007. p. 45-67.

MARTINS, Estevão. Historiografia alemã no século 20: encontros e desencontros. In: MARTINS, Estevão de Resende. *História pensada: teoria e método na historiografia europeia do século XIX*. São Paulo: Contexto, 2010.

MARTINS, Estevão. Historicismo: o útil e o desagradável. In: ARAUJO, Valdei L. [et.al]. *A dinâmica do historicismo: revisitando a historiografia moderna*. Belo Horizonte: Fino traço, 2011. p. 15-48.

MASTROGREGORI, Massimo. Existe uma formulação teórica em Marc Bloch e Lucien Febvre?. In: NOVAIS, Fernando e SILVA, Rogério (orgs.). *Nova história em perspectiva*. São Paulo. Cosac Naify, 2011. 408-432.

MATA, Sérgio da. Elogio ao historicismo. In: ARAUJO, Valdei L. [et.al]. *A dinâmica do historicismo: revisitando a historiografia moderna*. Belo Horizonte: Fino traço, 2011. p. 49-62.

MATA, Sérgio da. *A fascinação weberiana*. Belo Horizonte: Fino traço, 2013.

MATA, Sérgio da. Historicismo *Engajé*: o debate Treitschke-Schmoller e a eticização da economia política alemã. In: ARAÚJO, André [et.al]. *Entre filosofia, história e relações internacionais: escritos em homenagem a Estevão de Rezende*. São Paulo: LiberArs / SBTHH, 2017.

McMEEKIN, Sean. *O expresso Berlin-Bagdá: o Império Otomano e a tentativa da Alemanha de conquistar o poder mundial 1898-1918*. São Paulo: Globo, 2011

MENDES, Breno. *A representância do passado histórico em Paul Ricoeur: linguagem, narrativa e verdade*. 2013. 221 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFMG, Belo Horizonte. 2013.

NIPPERDEY, Thomas. Wehlers Kaiserreich, in: *Gesellschaft, Kultur, Theorie*, Göttingen, 1976. 360-89.

NIPPERDEY. Thomas. Wehlers Gesellschaftsgeschichte. In: *Geschichte und Gesellschaft*.14. Jahrg., H. 3, Sozialgeschichte in der Erweiterung (1988), pp. 403-415.

NIPPERDEY, Thomas. *Deutsche Geschichte 1866-1918*. V.1: Arbeitswelt und Bürgergeist, v.2: Machtstaat vor der Demokratie. Munique, Editora: C. H. Beck, 1992.

NOLTE, Paul. Gesellschaftsgeschichte – von der Theorie zur Geschichtsschreibung. In: NOLTE, Paul [et.al] (eds.). *Perspektiven der Gesellschaftsgeschichte*. Munique: C. H. Beck, 2000.

NOLTE, Paul. Innovation aus Kontinuität Hans-Ulrich Wehler (1931–2014) in der deutschen Geschichtswissenschaft. In: *Historische Zeitschrift*, v. 299, 2014. p. 593–623.

NOLTE, Paul. *Hans-Ulrich Wehler: Historiker und Zeitgenosse*. Munique: C. H. Beck, 2015.

PLESSNER, Helmuth. *Die verspätete Nation: über politische Verführbarkeit bürgerlichen Geistes*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1959.

REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. [9.ed].Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

RICHARD, Lionel. *A República de Weimar, 1918-1933*. São Paulo. Companhia das Letras, 1988.

RICOEUR, P. *A memória, a história e o esquecimento*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

RINGER, Fritz K. *O Declínio dos Mandarins Alemães: a comunidade acadêmica alemã, 1890-1933*. São Paulo: Edusp, 2000.

ROSA, João Guimarães. *Grande sertão: veredas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

RÜSEN, Jörn. Reflexão sobre os fundamentos e mudança de paradigma na ciência histórica alemã-ocidental. In: NEVES, Abílio e GERTZ, René (Orgs.). Porto Alegre: Editora da UFRGS e Instituto Goethe. Porto Alegre, 1987.

RÜSEN, Jörn. *Razão histórica: teoria da história, os fundamentos da ciência histórica*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1ª reimpressão, 2010.

SAFRANSKI, Rüdiger. *Romantismo: uma questão alemã*. São Paulo: Estação Liberdade, 2010.

SEBALD, W. G. *Guerra aérea e literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SILVA, Luiz Sérgio da. Teoria da História e História da Historiografia na Alemanha hoje: comunicação intelectual e história global. In: ARAUJO, Valdeci L. [et.al]. *A dinâmica do historicismo: revisitando a historiografia moderna*. Belo Horizonte: Fino traço, 2011. p. 139-148.

SPANGENBERG, Berthold. Sobre a publicação desta edição. In: MANN, Klaus. *Mefisto: romance de uma carreira*. São Paulo: Estação Liberdade, 2000.

STEINBERG, Jonathan. *Bismark: uma vida*. Barueri: Amarelis, 2015.

STEINMETZ, Willibald. Da história da sociedade à “nova história cultural”. In: GERTZ, Rene e CORREA, Sílvio (orgs.). *Historiografia alemã pós-muro: experiências e perspectivas*. Passo Fundo: Editora da Universidade de Passo Fundo; Santa Cruz do Sul: Editora da Universidade de Santa Cruz do Sul, 2007. p. 13-43.

ULLMANN, Hans-Peter. *Das Deutsche Kaiserreich 1871-1918*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1995.

VIDIGAL, Armando. Guerras da unificação alemã. In: MAGNOLI, Demétrio. (Org.). *História das guerras*. São Paulo: Contexto: 2006. p. 287-317.

WINKLER, Heinrich. *Der lange Weg nach Westen*. Munique: Editora C. H. Beck, 2000. 2 v.

WULF, Andrea. *A invenção da natureza: a vida e as descobertas de Alexander von Humboldt*. São Paulo: Editora Planeta, 2016.